

# Índice

---

<b>1. Atividades do emissor</b>	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	15
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	16
1.5 Principais clientes	27
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	28
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	32
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	33
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	35
1.10 Informações de sociedade de economia mista	40
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	41
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	42
1.13 Acordos de acionistas	43
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	44
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	45
1.16 Outras informações relevantes	46
<b>2. Comentário dos diretores</b>	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	47
2.2 Resultados operacional e financeiro	53
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	56
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	57
2.5 Medições não contábeis	58
2.6 Eventos subsequentes as DFs	63
2.7 Destinação de resultados	64
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	66
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	67
2.10 Planos de negócios	68
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	70
<b>3. Projeções</b>	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	71
3.2 Acompanhamento das projeções	72

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	73
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	101
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	102
4.4 Processos não sigilosos relevantes	106
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	110
4.6 Processos sigilosos relevantes	111
4.7 Outras contingências relevantes	112
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	113
5.2 Descrição dos controles internos	123
5.3 Programa de integridade	128
5.4 Alterações significativas	136
5.5 Outras informações relevantes	137
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	138
6.3 Distribuição de capital	143
6.4 Participação em sociedades	144
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	145
6.6 Outras informações relevantes	147
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	148
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	154
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	155
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	157
7.4 Composição dos comitês	164
7.5 Relações familiares	167
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	170
7.7 Acordos/seguros de administradores	171
7.8 Outras informações relevantes	172
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	173

# Índice

---

8.2 Remuneração total por órgão	181
8.3 Remuneração variável	185
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	187
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	192
8.6 Outorga de opções de compra de ações	193
8.7 Opções em aberto	194
8.8 Opções exercidas e ações entregues	195
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	196
8.10 Outorga de ações	197
8.11 Ações entregues	199
8.12 Precificação das ações/opções	200
8.13 Participações detidas por órgão	201
8.14 Planos de previdência	202
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	203
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	205
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	206
8.18 Remuneração - Outras funções	207
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	208
8.20 Outras informações relevantes	209
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	210
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	212
9.4 Outras informações relevantes	213
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	214
10.1 Descrição dos recursos humanos	216
10.2 Alterações relevantes	217
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	218
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	222
10.5 Outras informações relevantes	223
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	224

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	226
11.2.1 Itens 'n.' e 'o.'	227
11.3 Outras informações relevantes	229
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	230
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	231
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	232
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	234
12.5 Mercados de negociação no Brasil	235
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	236
12.7 Títulos emitidos no exterior	237
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	238
12.9 Outras informações relevantes	240
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	252
13.1.1 Declaração do diretor presidente	253
13.1.2 Declaração do diretor de relações com investidores	254
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

## 1.1 Histórico do emissor

### 1. ATIVIDADES DO EMISSOR

#### 1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. (“Companhia”) foi fundada em 2010 com objetivo de explorar o mercado de fabricação de pás para aerogeradores. A decisão por implantar a fábrica no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Estado do Ceará, visou a atender com diferencial de custos logísticos o potencial para instalação de parques eólicos na região nordeste do Brasil; potencial este demonstrado no 1º Atlas do Potencial Eólico Brasileiro (2001) e confirmado com a realização do 1º Leilão de Energia Eólica realizado em 2009 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Após estudos realizados com consultorias especializadas no setor, a Companhia iniciou a construção do parque fabril em 2011 e se tornou operacional no 2º trimestre de 2012.

A Companhia teve como primeiro cliente a fabricante de aerogeradores indiana Suzlon, e, já em 2013, ocupou a totalidade das linhas de produção com a espanhola Acciona Windpower, ano no qual foram produzidas e entregues ao cliente 153 pás. Ainda em 2013, a Companhia foi certificada nas normas ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001, reforçando o compromisso da empresa com a padronização e qualidade dos produtos e serviços entregues aos clientes. Em 2014, primeiro ano no qual a Companhia auferiu lucro líquido, foram produzidas e entregues 351 pás, dentre as quais foi iniciada a produção do modelo AW61.2. Este mesmo ano ficou marcado com o início da produção para a brasileira WEG, que substituiu a linha de produção antes ocupada pela Suzlon.

O primeiro ciclo de forte expansão da Companhia teve início em 2015, com o início da produção para a dinamarquesa Vestas, ano no qual foram produzidas e entregues 553 pás. A expansão teve continuidade em 2016, com início da produção para a estadunidense General Electric (GE). Neste mesmo ano, a Companhia produziu e entregou 880 pás para seus quatro clientes: Acciona, WEG, Vestas e GE.

Em 2017, além de continuar aumentando sua participação no mercado brasileiro, a Companhia iniciou suas exportações para os Estados Unidos, tendo produzido um total de mais de 1.400 pás, equivalente a mais de 1 GW de potência.

No ano seguinte, a Companhia manteve o volume de pás produzidas acima das 1.400 unidades, com exportações representando aproximadamente 50% da produção total da Companhia. A crescente presença da Companhia no mercado internacional viabilizou a aquisição da sua subsidiária integral, a Aeris Services LLC e o início das operações da divisão de serviços nos Estados Unidos. O ano de 2018 também ficou marcado pelo reconhecimento como a melhor empresa do ano no setor de Bens de Capital pela “Revista Exame”, além de figurar entre as 77 empresas mais sustentáveis do país pelo “Guia Exame de Sustentabilidade” e foi reconhecida entre as dez melhores empresas de grande porte para se trabalhar no Estado do Ceará pela “Great Place To Work”.

## 1.1 Histórico do emissor

A Companhia produziu mais de 1.900 em pás em 2019, equivalente a mais de 1,5 GW de potência, mais de 70% do volume produzido foi entregue para o mercado dos Estados Unidos. Este mesmo ano foi marcado pelo início da produção, no terceiro trimestre, das pás com mais de 70 metros que equipam o aerogerador V150, da Vestas, com potência de 4,2 MW.

No ano de 2020, a Companhia iniciou a produção das pás que equipam o aerogerador N149 e adquiriu uma nova unidade fabril, denominada Aeris Pecém II.

Logo no início de 2021, a Companhia celebrou um contrato com um novo cliente, a empresa alemã-espanhola Siemens Gamesa, para a produção de pás eólicas com capacidade equivalente a 3,8 GW de potência em um valor total estimado em R\$ 3,0 bilhões. Referido contrato com a Siemens Gamesa viria a ser encerrado em 2024, com a conclusão da produção do último lote de pás eólicas objeto do contrato.

Em setembro de 2021 a Companhia e a Nordex Energy SE & Co KG (“Nordex”) celebraram contrato disciplinando os termos e condições para o fornecimento de pás eólicas, contemplando: (i) a conversão de duas linhas de produção já existentes e contratadas para um modelo de pá para aerogeradores de potência superior a 5 megawatts; e (ii) a instalação de uma nova linha de produção deste mesmo modelo de pás. Nos termos do referido contrato, que deverá vigorar até o final de 2023, a Companhia deverá fornecer à Nordex pás eólicas que resultarão no aumento líquido do potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo no montante equivalente a 2,0 gigawatts. O Contrato tem aumento líquido estimado em R\$ 1,6 bilhões.

Em julho de 2022, a Companhia celebrou um novo aditivo contratual com a Vestas Wind Systems A/S, prorrogando o modelo atual até 2024, resultando no fornecimento de pás eólicas que representam uma adição de capacidade equivalente a até 3,3 gigawatts de potência, o que resultam em um aumento líquido no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo de até R\$ 2,6 bilhões. Adicionalmente, para os anos de 2025 e 2026, e sujeito às vendas da Vestas para entregas em território brasileiro, a Companhia pode receber um complemento de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos que, quando combinado ao incremento de ordens de 2023 e 2024, representem uma capacidade equivalente 7,3 gigawatts de potência.

No dia 8 de novembro de 2023, a Companhia informou ao mercado por meio de Fato Relevante o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia (“Ações”), a ser realizada pela Companhia, compreendendo a distribuição primária de 476.190.477 (quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e noventa mil e quatrocentas e setenta e sete) novas Ações, ao preço de R\$0,84 (oitenta e quatro centavos) por Ação, perfazendo o montante total de R\$ 400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos), a ser realizada

## 1.1 Histórico do emissor

no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26 da Resolução CVM 160, sem esforços de colocação das Ações no exterior.

Em 27 de dezembro de 2023, foi celebrado um aditivo para o fornecimento de pás eólicas com a Nordex. Nos termos do Aditivo celebrado, o Contrato de Fornecimento teve a sua vigência prorrogada, passando a vigorar até o final de 2024. Considerando os termos ora aditados, por meio do Contrato de Fornecimento, prevê-se um aumento líquido de até 0,7 gigawatts no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo, o que, se materializado, poderá resultar em um aumento líquido de receitas estimado em até R\$ 600 milhões no âmbito do Contrato de Fornecimento.

Em 8 de janeiro de 2024 a Companhia e a Vestas celebraram novo aditivo por meio do qual, dentre outras questões, pactuaram nova prorrogação da vigência do Contrato de Fornecimento até o final de 2028. Considerando os termos do Aditivo Contratual, e sujeito a determinadas condições, inclusive a efetiva demanda por parte da Vestas, prevê-se um incremento no potencial de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos em capacidade equivalente a 8,8 gigawatts (já considerando a repactuação de volumes contratada para 2024), o que, se materializado, poderá resultar em aumento líquido de receitas de até R\$ 7,6 bilhões até o fim do prazo do Contrato de Fornecimento.

Por fim, nota-se que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024 aprovou a proposta de grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 20:1. Após a abertura do período de livre ajuste de posições, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas grupadas a partir do pregão de 14 de maio de 2024.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. (“Aeris” ou “Companhia”) é uma das maiores fabricantes de pás para aerogeradores de energia eólica do mundo e conta com uma carteira de clientes (OEMs) que apresentam posição de destaque em todos os mercados nos quais atuam.

No final do exercício social de 2023, a Companhia possuía duas unidades industriais com capacidade de operar mais de 15 linhas de produção de pás com comprimento superior a 70m simultaneamente, o que possibilita volume de produção anual suficiente para equipar mais de 1.200 aerogeradores com potência superior a 4,5 MW, totalizando assim capacidade produtiva superior a 5,0 GW por ano.

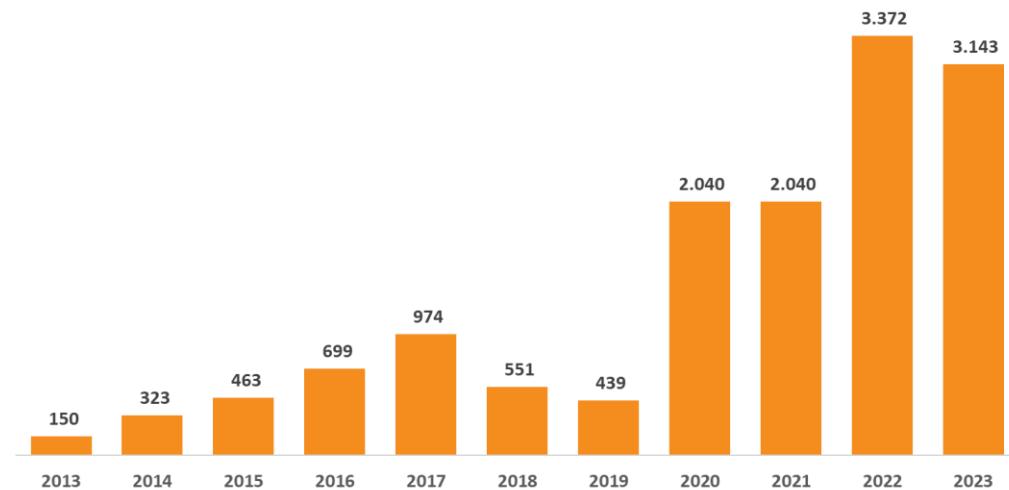
Em 14 anos de operação, a Companhia apresentou um histórico de execução que atende, nacional e internacionalmente, os principais fabricantes de turbinas eólicas do mundo. A qualidade de nossa entrega e a satisfação dos nossos clientes são comprovadas pelas recorrentes renovações contratuais, permitindo que a Companhia mantenha participação de mercado global (ex-China) de 7,7% uma vez que produziu o equivalente a 3.143 MW em 2023, ano no qual o total de instalações globais (ex-China) foi de 40.956 MW conforme dados da GWEC (*Global Wind Energy Council*).

De acordo com nosso estatuto social, a Aeris tem como objeto social: (a) o design, a prototipagem, a produção, a instalação, a venda, a montagem, o transporte, a construção e comercialização de pás de rotores para turbinas utilizadas na geração eólica de energia, bem como de peças, componentes, sistemas e equipamentos a eles relacionados; (b) o desenvolvimento de atividades de exportação, importação e armazenagem das pás de rotores para turbinas utilizadas na geração de energia eólica, peças, materiais e artefatos relacionados à fonte de energia renováveis ou não, e de produtos em geral; (c) a seleção, aquisição e comercialização de matérias-primas para a produção das pás de rotores para turbinas utilizadas na geração de energia eólica; (d) prestação de serviços de reparo, manutenção geral e assistência técnica de pás de rotores para turbinas utilizadas na geração eólica de energia, bem como de serviços a usuários finais e de pós-venda em geral; (e) prestação de serviços de engenharia associados às atividades relacionadas acima, atuando em todas as áreas afins, especialmente com relação a sistemas de energia eólica; (f) participação em licitações, leilões ou quaisquer processos públicos relacionados a execução das atividades desenvolvidas pela Aeris; (g) o desenvolvimento de projetos e estudos e a prestação de assessoria e consultoria relacionados com suas atividades, incluindo análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza; (h) a participação em outras sociedades ou entidades como sócia, acionista ou quotista; (i) comercialização atacadista de resíduos e sucatas metálicos e não-metálicos, papel, papelão e embalagens; (j) comercialização de energia elétrica, bem como a prática de atividades acessórias à comercialização de energia; (k) serviços de armazém geral, com emissão de warrant; e (l) design, prototipagem, fabricação, instalação, venda, montagem, transporte, armazenagem, de quaisquer itens (incluindo partes e peças) originados de materiais compósitos em

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

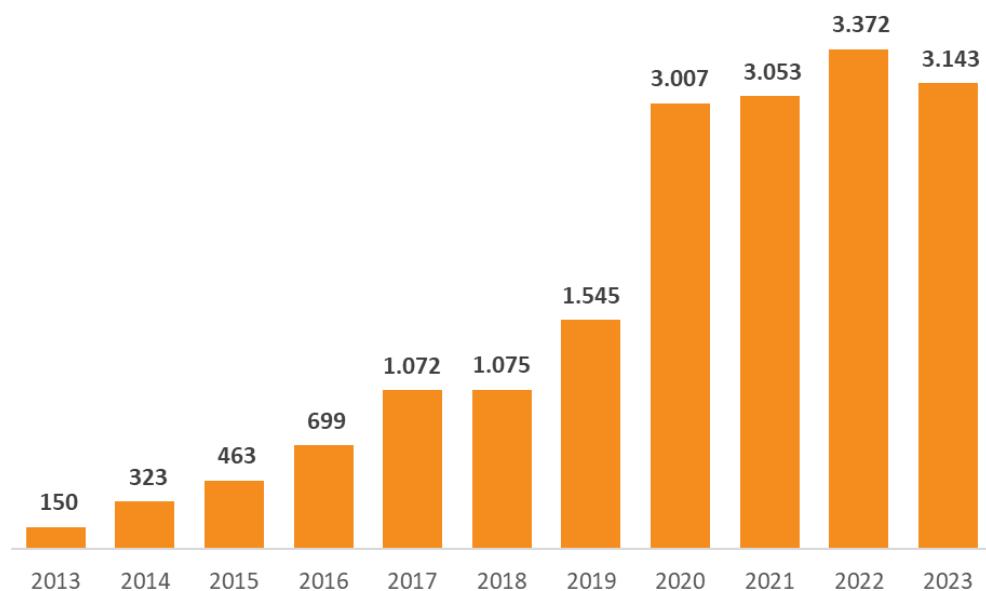
geral (inclusive, cilindros de pressão para transporte e armazenamento de gases), tais como plásticos e suas obras, carbono e suas obras, vidro e suas obras, entre outros de mesmo manuseio e natureza.

**Evolução da capacidade entregue pela Aeris para o mercado doméstico (MW)**



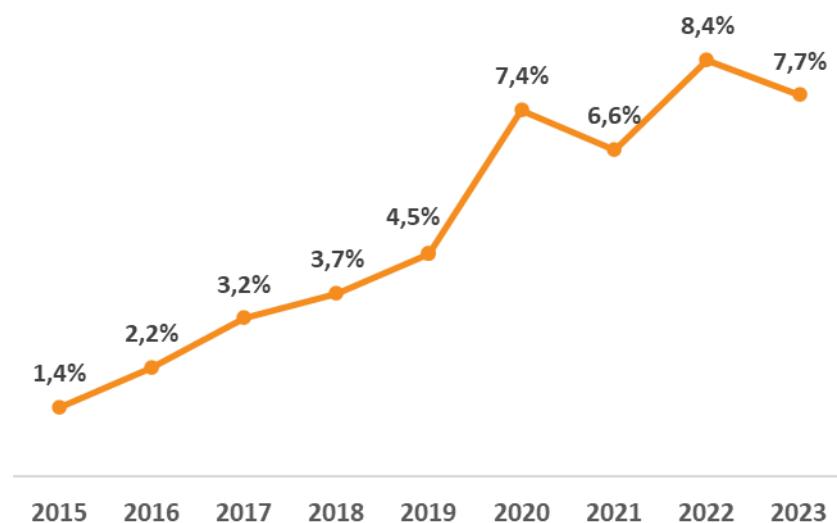
*Fonte: Companhia*

**Evolução da Capacidade Total Entregue pela Aeris (MW)**



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Market Share da Aeris no Mundo (excluindo mercado chinês)



Fonte: GWEC Global Wind Statistics 2023

Desde nosso primeiro contrato de fornecimento assinado em 2011 com a Suzlon Energy, desenvolvemos relacionamento com os principais OEMs do mercado, e o nosso portfólio de clientes atual inclui grande representatividade no mercado eólico global, como Vestas Wind Systems A/S, Nordex Energy GmbH (Nordex-Acciona Windpower), WEG Equipamentos Elétricos S.A. Desde o início das operações fabris da Companhia em 2012, houve aumento significativo no portfólio de novos clientes e extensão de contrato com clientes existentes, reflexo dos atributos de excelência operacional da Aeris e da relação de confiança estabelecida com nossos clientes ao longo dos anos.

Em fevereiro de 2021 fechamos um contrato de fornecimento com fabricante global de turbinas Siemens Gamesa, com capacidade equivalente a 3,8 gigawatts de potência, em um valor estimados de R\$ 3,0 bilhões. O contrato vigorou até 2024, com a conclusão da produção do último lote de pás eólicas.

Em julho de 2022 a Companhia celebrou um novo aditivo contratual com a Vestas Wind Systems A/S, prorrogando o modelo atual até 2024, resultando no fornecimento de pás eólicas que representam uma adição de capacidade equivalente a até 3,3 gigawatts de potência, o que resultam em um aumento líquido no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo de até R\$ 2,6 bilhões.

Adicionalmente, para os anos de 2025 e 2026, e sujeito às vendas da Vestas para entregas em território brasileiro, a Companhia pode receber um complemento de ordens de fornecimento de pás

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

eólicas de múltiplos modelos que, quando combinado ao incremento de ordens de 2023 e 2024, podem representar uma capacidade equivalente 7,3 gigawatts de potência.

Em janeiro de 2024, foi celebrado um novo aditivo com a Vestas prorrogando a vigência do Contrato de Fornecimento até o final de 2028. Esse novo aditivo prevê um incremento no potencial de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos em capacidade equivalente a 8,8 gigawatts (já considerando a repactuação de volumes contratada para 2024), o que, se materializado, poderá resultar em aumento líquido de receitas de até R\$ 7,6 bilhões até o fim do prazo do Contrato de Fornecimento.

Esses movimentos solidificam ainda mais o posicionamento da Aeris como um fornecedor global de pás para turbinas eólicas.

A Aeris conta com uma área construída de 203.189m<sup>2</sup>, dedicada à fabricação de pás para aerogeradores, tendo feito expansões em 2015 para atender ao início da fabricação das pás da Vestas, em 2017 para atender à produção das pás da Nordex-Acciona e da WEG, e em 2019 para iniciar a produção de novos modelos de pás da Vestas.

Destaca-se, ainda, o início das exportações no último trimestre de 2017 de um modelo de pá da Vestas, para o mercado dos Estados Unidos da América. Já em 2019, assinamos com a Nordex-Acciona nosso primeiro contrato 100% focado em exportações.

Nossas operações fabris estão concentradas em duas unidades produtivas, ambas localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Estado do Ceará. A construção da fábrica nessa região foi motivada pela redução dos custos logísticos, uma vez que mais de 50% da potência eólica instalada no Brasil está há menos de 500 km da fábrica, e pela proximidade com o Porto do Pecém, utilizado tanto para exportação de pás quanto para recebimento de insumos via importação ou cabotagem.

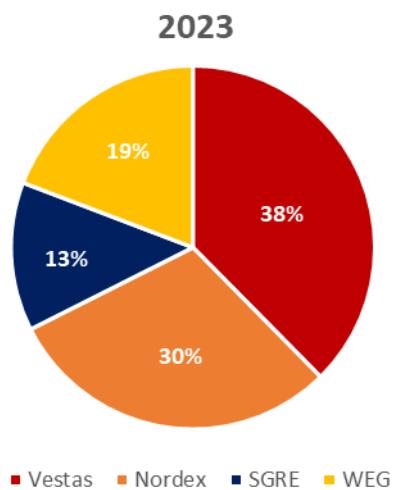
Em 2013, fundamos nossa unidade de serviços especializados, e passamos a oferecer serviços de inspeção e reparos em pás, tanto de fabricação própria, quanto de terceiros, contando com equipes atuando nas diversas regiões do Brasil e em outros países da América, como EUA, México e Argentina. Nos EUA, contamos com uma subsidiária denominada Aeris Services LLC, dedicada à prestação de serviços de manutenção e reparo de pás, que utiliza do conhecimento e infraestrutura na fabricação de pás, para oferecer ao mercado de OEM de aerogeradores um serviço diferenciado.

Atuamos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo, segundo os quais dedicamos capacidade em nossas instalações aos clientes em troca de seu compromisso de adquirir volumes anuais mínimos de conjuntos de pás eólicas (que consistem em três pás eólicas). Esse modelo de fornecedor dedicado e colaborativo nos fornece volumes contratados que geram uma previsibilidade de receita significativa, além de gerar também eficiência de capital que nos permite produzir pás

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

eólicas a um custo total entregue, a nosso ver, muito competitivo, ao mesmo tempo que garante capacidade dedicada, crítica para nossos clientes. Com isso, permitimos que muitos dos principais fabricantes de equipamentos originais de turbinas eólicas (OEMs) da indústria, que historicamente dependiam de produção interna, terceirizassem a fabricação de algumas de suas pás eólicas por meio das instalações de manufatura avançadas da Aeris, estrategicamente localizadas, com uma mão de obra qualificada e com custo muito competitivo em escala global.

**Quebra de Receita Contratada conforme contratos de fornecimento de pás por cliente (%)**



Além da fabricação de pás para aerogeradores, oferecemos aos nossos clientes os serviços de desenvolvimento de processos de fabricação customizados, além de projeto e fabricação de ferramentas exclusivas para cada produto.

Além do disposto acima, é importante ressaltar que, desde o início das operações fabris da Companhia, em 2012, a Aeris vem experimentando um crescimento acelerado, estando preparada para continuar a lidar com os desafios gerados nos mais diversos processos internos, incluindo o fluxo e armazenamento de matéria-prima, fluxo de componentes e produto acabado dentro da unidade fabril, gestão de resíduos do processo produtivo, contratação e treinamento de mão de obra, coleta de dados e processamento de informações, aperfeiçoamento do sistema de gestão, dentre outros.

Os recursos da oferta pública de ações da Aeris destinam-se não somente à expansão da nossa capacidade produtiva, mas também à modernização das atuais instalações fabris e dos processos de apoio a produção, contribuindo para a contínua redução de desperdícios.

### ***Vantagens Competitivas e oportunidades:***

#### **Capacidade tecnológica e histórico de entrega**

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Operando em uma atividade específica e demandante, desenvolvemos ao longo de nossa trajetória amplo capital tecnológico e conhecimento das demandas de nossos clientes, o que nos permite entregar os produtos dentro do prazo e atendendo a todos os padrões mundiais de qualidade, além de estabelecer relevante barreira à entrada de novos concorrentes.

O modelo de negócios verticalizado, no qual somos responsáveis por todas as etapas de produção, desde a gestão da matéria-prima até a entrega do produto acabado, reforça nossa habilidade de entregar pás para aerogeradores customizadas. Dado o controle do processo completo de produção, do processamento de insumos à entrega dos produtos finalizados, detemos o know-how da execução e tecnologia que permite uma maior performance e agilidade na entrega ao cliente. Além disso, não possuímos histórico de recalls e/ou devolução de pás, comprovando a qualidade e consistência de nossa entrega.

No segmento de pás eólicas, possuir um histórico de execução comprovado é fundamental, pois os fabricantes mundiais de turbinas (OEMs) exigem que seus fornecedores demonstrem conhecimento técnico e antecedentes na indústria, dado o elevado nível estratégico que tais fornecedores possuem no modelo de negócio dos OEMs. Neste sentido, o sólido e reconhecido histórico de entrega da Aeris funciona como alta barreira à entrada de novos entrantes.

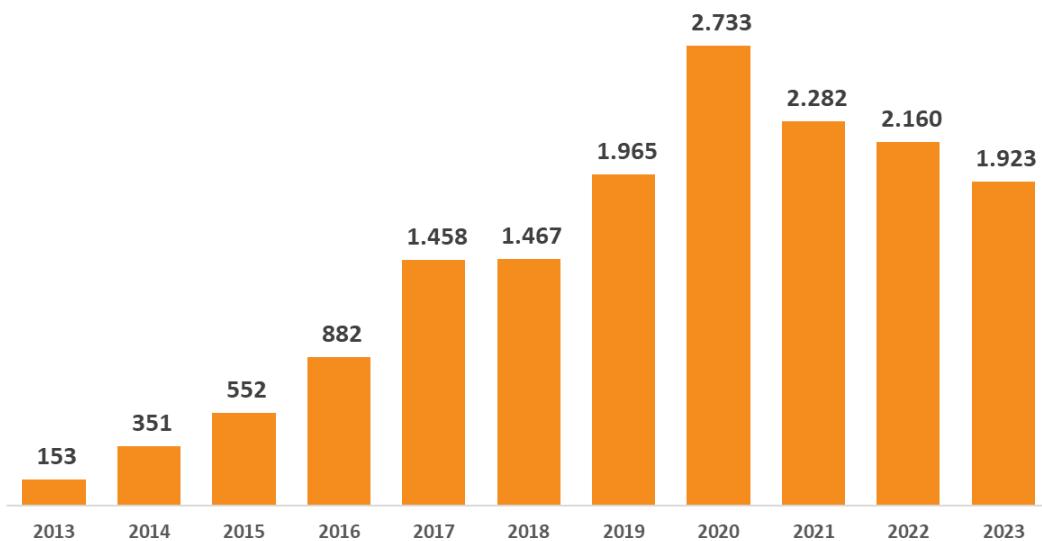
Acreditamos que nossos clientes apoiam nosso crescimento, através de investimentos substanciais na expansão de nossa capacidade produtiva, na forma de taxas contratuais e antecipações de valores, o que comprova o interesse destes fabricantes em nosso crescimento e perpetuação como um fornecedor e exportador de confiança.

Um exemplo que demonstra esta dinâmica com nossos clientes é o relacionamento com a Vestas. Em 2015, assinamos o primeiro contrato com a fabricante para produção de pás com valor total de R\$ 855 milhões. Para atender a demanda, a Vestas investiu aproximadamente R\$ 125 milhões na ampliação do nosso parque industrial em 15.000 m<sup>2</sup>. Em 2018, dado o sucesso da parceria, o contrato foi renovado por mais 2 anos, compreendendo um valor adicional de R\$ 853 milhões para a Aeris. Em paralelo, também em 2018, um novo acordo foi firmado com a Vestas, este para produção de um novo modelo de pás. O acordo possuiu, originalmente, um valor total de R\$ 4.253 milhões e compreendeu um investimento na ordem de R\$ 250 milhões em nosso parque industrial, ampliando a área em mais 50.000 m<sup>2</sup>. Em 2024, nosso relacionamento com a Vestas foi estendido até 2028 através da celebração do aditivo contratual, já citado.

Desta maneira, em um mercado em que os fabricantes de turbina cada vez mais terceirizam a produção das pás, e impulsionado por crescente demanda por inovação e tecnologia, aparecemos como um fornecedor adequado para atender a demanda em todo o mundo.

### Histórico de Pás Faturadas (unidades)

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Companhia

Nos últimos 3 anos, tivemos redução na quantidade de pás faturadas devido principalmente a transição das linhas de produção para fabricação de pás maiores, as quais equipam aerogeradores de maior potência que, consequentemente, apresentam maior ciclo de fabricação.

**Parque industrial estrategicamente localizado em região com um dos maiores potenciais eólicos do mundo e logística favorável para exportações.**

O nosso parque industrial é capacitado para a produção de pás de grande porte, contando com uma área total superior a 2.025.183 m<sup>2</sup>, e área construída de 203.189 m<sup>2</sup>. Contamos com uma capacidade produtiva superior a 6.000 pás por ano e com corpo técnico de mais de 4.000 funcionários altamente qualificados e treinados para atender aos mais rigorosos requisitos dos clientes. Nos últimos anos, realizamos constantes expansões de capacidade instalada, visando atender à crescente demanda de nossos clientes.

A fábrica está localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, próximo à cidade de Fortaleza (CE), no centro do ecossistema de geração eólica do Brasil. Atualmente, a região nordeste concentra mais de 92% dos 31,1 GW de potência eólica instalada no Brasil.

Além disso, acreditamos que a proximidade do Porto de Pecém, cerca de 20 km de distância, nos garante um diferencial competitivo logístico, uma vez que permite o carregamento de pás direto da fábrica para as embarcações, reduzindo movimentações adicionais e custos de armazenagem no processo de exportação de pás. Com isto, conseguimos reduzir substancialmente os custos da entrega das pás para o mercado nacional e internacional, além de oferecer um ciclo logístico rápido e confiável para os parques eólicos. Nos últimos anos, a logística se tornou um fator chave neste

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

segmento, uma vez que o mercado vem demandando pás cada vez maiores, visando obter ganhos de produtividade e tornando o transporte mais complexo e custoso.

A localização geográfica privilegiada da Aeris, a posiciona estrategicamente como um fornecedor viável e com vantagens competitivas logísticas, para capturar as oportunidades de crescimento do setor, tanto a nível nacional quanto mundial.

### **Processo produtivo eficiente**

Buscamos manter uma mentalidade de controle de custos e ganho de eficiência nos processos industriais, o que nos possibilita crescer o volume produzido e ao mesmo tempo reduzir o custo de não qualidade nos últimos anos.

Para atingir tal nível, buscamos operar com uma estrutura produtiva enxuta, toda concentrada em um único parque industrial, com foco contínuo na otimização de processos, redução dos desperdícios e consequente maximização dos retornos sobre o capital investido.

Outro aspecto chave é o engajamento de todo corpo técnico, motivados por uma cultura de meritocracia e alinhados com os interesses e objetivos da companhia. No centro de nossa cultura está o cuidado com nossas pessoas, e acreditamos que este é o caminho mais eficiente para gerar funcionários engajados, que consequentemente geram aumento de produtividade e retorno financeiro, que é compartilhado com os próprios funcionários, retroalimentando este ciclo virtuoso de engajamento.

### **Cultura organizacional forte e direcionada para criação de valor compartilhado**

Em 2022, realizamos junto à consultoria Falconi a identificação da nossa Cultura atual e a definição da Cultura necessária para que tenhamos uma empresa cada vez mais bem posicionada no setor. Esse trabalho envolveu milhares de colaboradores e foi oficialmente lançado em meados de 2022.

Definimos nosso manifesto cultural e nossos três valores: 1. Desenvolvemos e cuidamos da nossa gente; 2. Focamos na qualidade; 3. Geramos valor. Cada um desses valores foi desdobrado em atributos, competências e comportamentos que os sustentam. Revisamos nossos processos para conectá-los com essa cultura, garantindo o alinhamento das práticas. Um bom exemplo dessa conexão é a utilização das competências e comportamentos definidos na cultura necessária no processo de Avaliação de Desempenho de todos nossos colaboradores.

Todo nosso sistema de gestão também está diretamente conectado com essa cultura, desde o orçamento anual até o desdobramento de metas e definição de projetos estratégicos. Desenvolver e cuidar das pessoas, focar na qualidade e gerar valor se transformaram no guia da empresa, tanto para iniciativas estratégicas de longo prazo, quanto para nossas ações de rotina.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Ganhos de escala e rapidez no compartilhamento de lições aprendidas

Com nossas operações concentradas no mesmo complexo industrial, conseguimos diluir de forma eficiente nossos custos fixos e despesas, resultando em maior competitividade para os clientes e em retornos sobre o capital investido que permitem a continuidade de nosso crescimento.

Associada a uma cultura voltada para a melhoria contínua, a concentração das operações permite que lições aprendidas sejam compartilhadas com rapidez e eficácia, sempre preservando a propriedade intelectual de nossos clientes. A rápida disseminação do conhecimento contribui para a redução de desperdícios e, consequentemente, melhores retornos aos nossos acionistas.

### Temas ESG (“*Environmental, Social e Governance*”)

A Aeris segue diversas práticas ESG, entre a quais destacamos em 2023:

- **Ambiental**

Além ser uma parte importante na cadeia de valores da energia eólica, que já é naturalmente e ecologicamente benéfica, seguimos padrões estritos de proteção ambiental, uma vez que somos signatários do *United Nations Global Compact*.

- Reciclamos mais de 32% dos resíduos gerados em nossas operações;
- Realizamos o plantio de mais de 2,3 mil mudas, alcançando novamente a meta estabelecida de plantar 1 muda plantada para cada pá produzida;
- Reduzimos a pegada hídrica da empresa em 4% em relação ao ano anterior, e aumentamos a reutilização de água, alcançando mais de 35 milhões de litros de água reaproveitados, um aumento de mais de 50% em comparação ao ano anterior;
- Alcançamos a meta estabelecida para consumo de água por pessoa, chegando à marca de 53 litros/pessoa/dia;
- Continuamos a produção dos nossos próprios coletores internos de resíduos, a partir de sobras de resíduos provenientes do processo produtivo, sendo reutilizado nesse ano mais de 13 toneladas de resíduos que seriam descartados;
- Calculamos nossas emissões de GEE relativas ao ano de 2023, que totalizaram 9,9 mil tCO<sub>2</sub>e;

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Mantivemos o nosso reporte, ao Carbon Disclosure Project (CDP), das informações relacionadas as suas emissões, reforçando a transparência de suas informações e seu compromisso com transição para uma economia de baixo carbono;
  - Priorizamos a compra de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, certificada via I-REC assegurando a aquisição de 100% de energia renovável.
- **Social**
- Ocupamos o 18º lugar no ranking de maiores empresas do Ceará e 416 ª Lugar no Ranking Nacional de Grandes Empresas
  - Possuímos diversos programas de treinamento para os funcionários jovens, recém-chegados e que já fazem parte da equipe tais como, Jovem Aprendiz, Programa Geração Aeris Estágio, On The Job, Programa de Desenvolvimento para Líderes, Academia de Líderes e PDL Talentos;
  - Na jornada pela equidade, avançamos com a divulgação da Cartilha: Diversidade & Inclusão, onde tivemos 9 ações de letramentos para colaboradores de toda a fábrica e líderes das áreas produtivas, e 8 ações de letramento ligadas a nosso calendário.
  - A licença paternidade, antes de 5 dias, passou a ser de 20 dias;
  - Realizamos doações que atenderam 905 crianças em 12 comunidades e instituições nas nossas proximidades;
  - Realizamos 58 horas de voluntariado e 2.224 pessoas beneficiadas pelas 11 ações realizadas.
  - Realizamos 5 projetos sociais;
  - Repassamos R\$ 100,000 para projetos incentivados Lei do Esporte;
  - Beneficiamos 12 comunidades/Instituições dos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante;
  - Estabelecemos três valores: Desenvolver e Cuidar da Nossa Gente; Focar na Qualidade e Gerar Valor.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- **Governança**

- Somos auditados desde a nossa fundação em 2010, sempre por empresas classificadas entre as maiores empresas de auditoria do Brasil (KPMG, PwC, Deloitte; EY e BDO);
- Possuímos comitê de auditoria estatutário, com membros independentes e externos;
- Possuímos comitês dedicados ao monitoramento de práticas ESG, como o Comitê de Sustentabilidade e o Comitê de Integridade. O Comitê de Integridade tem a responsabilidade de zelar pelo cumprimento do Código de Conduta Aeris, que norteia o padrão de ética e conduta da empresa;
- Adotamos uma política de remuneração variável dos executivos atrelada a práticas ESG; e
- A meta 5.5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela ONU, prevê “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Em 2022, a Conselheira Gisela Sarnes Negrão Assis foi designada para assumir a presidência do Conselho de Administração da Aeris.

### ***Obstáculos e desafios:***

Além dos riscos descritos nas seções 4.1, 4.2 e 4.3 deste Formulário de Referência, buscamos identificar nossas vulnerabilidades e agir para que elas sejam corrigidas ou tenham seu impacto atenuado.

### **Desafios gerados pelo crescimento acelerado**

Desde o início das operações, em 2012, a empresa vem experimentando um crescimento acelerado, intensificado pela expansão de 2020, que dobrou a capacidade entregue ao mercado. Com esse movimento, cresceram também os desafios, dentre eles a manutenção do fluxo e o apropriado armazenamento de matérias-primas, componentes e produtos acabados na unidade fabril. Ainda assim, a Aeris se manteve competitiva: potenciais ordens cobertas por ordens de longo prazo totalizam, em 31 de dezembro de 2023, 2.935 sets de pás com potência equivalente a 13,2 GW.

## **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

**1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

### **a. produtos e serviços comercializados**

A determinação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa que divide o negócio em: (i) Produção de Pás para Aerogeradores; e (ii) Serviço de Manutenção de Pás para Aerogeradores. No entanto, o segmento de serviços de manutenção ainda não tem representatividade relevante no contexto de negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, esse tipo de operação representava apenas 5,33% e 3,13% do seu faturamento líquido, respectivamente.

Nesse contexto, todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados. As decisões relacionadas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas. Dessa forma, a Companhia concluiu que tem somente um segmento relevante passível de reporte nas demonstrações financeiras.

### **b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas um segmento operacional, conforme item (a) acima.

### **c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas um segmento operacional, conforme item (a) acima.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

**1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:**

### a. características do processo de produção

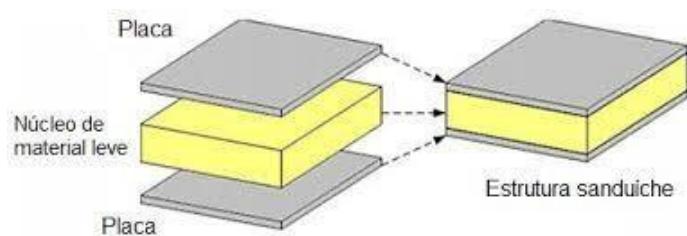
As características específicas de cada modelo de pá fabricada pela Companhia resultam em diferenças sutis no processo produtivo. Feita esta ressalva, o processo produtivo pode ser dividido nas seguintes etapas:

1. Recebimento, inspeção e armazenagem de matéria-prima;
2. Corte de tecidos e formação dos kits de tecidos e de materiais consumíveis;
3. Produção dos componentes da pá;
4. Montagem da pá;
5. Acabamento; e
6. Armazenagem do produto acabado.

#### ***Recebimento, inspeção e armazenagem de matéria-prima***

Os três principais insumos utilizados na fabricação das pás são as fibras de reforços (fibra de vidro e fibra de carbono), a resina epóxi e o núcleo de espuma e madeira de balsa. Esses materiais compõem o que chamamos de compósito sanduíche.

Compósitos sanduíche são materiais obtidos a partir da combinação de outros materiais de forma a obter um produto final com propriedades diferentes dos seus componentes individuais. A estrutura do compósito sanduíche é formada por duas camadas rígidas e resistentes e uma camada leve e relativamente mais espessa entre elas. Essa camada mais leve é chamada de núcleo e sua função é proporcionar um espaçamento entre as camadas externas, resultando em uma estrutura final que atenda aos requisitos de peso e resistência estabelecidos pelo projeto. As camadas externas são compostas por um reforço (fibras de reforços), que absorverá a maior parte dos esforços de tração e flexão e por uma matriz, material responsável por dar forma ao produto final e absorver os esforços de compressão, manter os reforços coesos e transmitir cargas entre eles.



## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### ***Tecido de fibra de vidro e fibra de carbono***

O tecido de fibra de vidro utilizado na fabricação das pás eólicas pode apresentar configuração unidirecional ou multidirecional. Uma vez que a fibra de vidro suporta esforços apenas no seu eixo longitudinal, o projetista define a configuração e a quantidade de camadas de tecido utilizadas em cada região da pá conforme os esforços estruturais aos quais a pá eólica está sujeita, aproveitando, assim, a principal vantagem que os materiais compósitos apresentam sobre os materiais metálicos, que são isotrópicos.

Já o pultrudado de fibra de carbono é fabricado por meio de um processo contínuo no qual as fibras embebidas em resina são “puxadas” e passam por um molde aquecido que define o perfil da secção transversal da peça. Este processo gera peças com alta relação resistência/peso, sendo uma das evoluções tecnológicas em materiais que viabilizaram o aumento do tamanho médio das pás observado nos últimos anos sem com que houvesse aumento exponencial no peso individual das pás eólicas.

### ***Resina epóxi***

A resina epóxi é a matriz dos laminados utilizados na pá eólica. É um químico bicomponente amplamente utilizado devido às características como a baixa contração após a desmoldagem, resistência química, resistência mecânica, baixa toxicidade e custo competitivo.

### ***Kit de núcleo***

Os materiais de núcleo já são fornecidos em kits processados pelo fornecedor para aplicação direta nos componentes da pá e são compostos por placas de espuma de policloreto de vinila (PVC), politereftalato de etileno (PET) e madeira de balsa.

Cada placa tem todas as suas medidas de largura, comprimento, espessura, densidade, ângulos e chanfros especificamente projetadas para que se encaixem perfeitamente, formando a peça final com todas as propriedades necessárias para sua aplicação.

Em cada placa, também é feito um acabamento com cortes e furações. Os cortes são necessários para dar flexibilidade suficiente às placas para que conformem ao molde. Também servem como canais facilitadores do fluxo de resina durante o processo de infusão. Já os furos permitem a passagem de resina de um lado para o outro da placa propiciando uma distribuição homogênea da resina na peça.

A lista de materiais de uma pá contém tipicamente mais de 200 itens distintos, os quais são recebidos, inspecionados e armazenados conforme controle do sistema de gerenciamento dos estoques (WMS).

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O conjunto de inspeções realizado em cada material é definido pela Companhia e compõe o Plano de Controle de Qualidade.

### ***Corte de tecidos e formação dos kits de tecidos e de materiais consumíveis***

Para garantir o bom andamento do processo e a produtividade na fabricação das peças, todos os materiais necessários à operação são previamente preparados e processados para que sejam disponibilizados já prontos no ponto de uso e na correta sequência de utilização. Os principais materiais que devem ser previamente preparados na fabricação das pás são os tecidos de fibra de vidro e os materiais auxiliares da infusão.

#### ***Corte de tecidos***

Os tecidos fornecidos em rolos devem ser cortados na geometria correta de cada camada para deposição nos moldes conforme projeto da pá. O corte das camadas de tecido é feito em máquinas de comando numérico computadorizado (CNC) a partir de planos de corte desenvolvidos em software CAD. Os planos de corte são desenvolvidos de forma a buscar sempre o máximo aproveitamento dos rolos de tecido. Algumas camadas menores e com geometrias menos complexas são cortadas manualmente, com auxílio de mesas, gabinetes e tesouras elétricas.

Após cortadas, as camadas são separadas em kits para cada peça, com o sequenciamento correto de utilização e devidamente embaladas para evitar contaminação.

#### ***Costura de tecidos***

Alguns pacotes de camada são costurados para facilitar e acelerar o posicionamento no molde e para evitar qualquer desalinhamento de tecidos durante o posicionamento das camadas. A costura é feita em máquina de costura CNC ou em máquina de costura industrial simples. Após costurados, os pacotes são separados e embalados para evitar contaminação.

#### ***Montagem dos kits de consumíveis***

Diversos materiais consumíveis são utilizados para auxiliar no processo de infusão e de fabricação da pá. Muitos deles devem ser preparados e cortados no formato adequado para serem enviados à produção prontos para utilização. Dentre estes materiais, destacam-se:

- O “*“peel ply”* é um tecido de poliamida texturizado utilizado para dar rugosidade à superfície da peça para que ela tenha aderência à resina e massa de colagem que serão aplicadas sobre ela;

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- A “tela transfer” é uma tela plástica utilizada para controlar o fluxo de resina na peça garantindo a qualidade do laminado final;
- O plástico perfurado é um filme de poliolefinas, com furos para permitir a passagem de resina, utilizado para separar os outros consumíveis da peça. Por não ser aderente à resina epóxi, permite que os consumíveis sejam removidos com facilidade;
- Kits de mangueiras são utilizados para transportar a resina para a peça durante o processo de infusão. Os kits são montados previamente com o acoplamento das mangueiras a válvulas e conectores, utilizando abraçadeiras e fita selante para vedação.

### ***Produção dos componentes da pá***

Embora algumas pás tenham diferenças de configuração, a grande maioria delas é produzida pela junção dos seguintes componentes:

- Cascas;
- Alma(s) do Bordo de Ataque;
- Alma(s) do Bordo de Fuga;
- Segmentos ou pré-fabricados de Raiz;
- *Sparcaps* (de fibra de vidro ou de pultrudado de fibra de carbono); e
- Tampa da Pá (Close Out).

### ***Produção de peças em compósito por moldagem por transferência de resina assistida por vácuo (VARTM)***

A planta de fabricação da Companhia é capacitada para fabricar pás com a tecnologia de produção de compósitos através de infusão assistida por vácuo (VARTM). O processo se inicia com a preparação dos moldes. Primeiramente, é realizada a limpeza da superfície, com pano seco, para remoção de poeira e outros resíduos. Caso necessário, também podem ser utilizados agentes de limpeza e espátulas cegas para remoção de resinas, ceras e outros contaminantes provenientes de fabricações anteriores. A seguir, é feita a aplicação de agente desmoldante, responsável por evitar a aderência da peça ao molde, prevenindo a ocorrência de possíveis danos, tanto à um quanto ao outro, durante a desmoldagem.

Com o molde preparado, é feita a deposição dos materiais constituintes da peça. No caso das cascas, o primeiro material é o *gelcoat* ou *process coat*, um químico bicomponente, compatível com resina epóxi, de cor transparente, utilizado para dar acabamento à superfície da peça, selando seus poros, protegendo contra raios UV, caso seja necessário manter a peça em ambiente externo antes da pintura, e promovendo uma superfície adequada e compatível com os materiais de acabamento que

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

serão posteriormente aplicados. Para as peças internas da pá, que não serão acabadas ou expostas ao ambiente externo, esse material não é necessário.

Sobre o *gelcoat* ainda em cura, o processo se inicia já com a deposição dos tecidos de fibra de vidro. Para as peças em compósito sanduíche, também são posicionados os materiais de núcleo, conforme sequência definida no projeto da pá. No caso das cascas, as *sparcaps* de material compósito (fibra de vidro e resina epóxi e pultrudado de carbono e fibra de carbono e de vidro) também são posicionadas nessa etapa, e serão infundidas junto com os outros materiais.

Com todos os itens constituintes da peça devidamente posicionados no molde, é feita a montagem do plano de infusão e o isolamento do sistema para o vácuo. Esse isolamento é obtido com o uso de um filme plástico elastomérico, de poliamida, selado sobre todo o perímetro do molde com o auxílio de fita selante, de borracha de butila.

O vácuo é então aplicado ao sistema pelo uso de bombas de vácuo e a resina líquida é infundida para dentro da peça pela ação da pressão atmosférica, impregnando as camadas de fibra de vidro. Após a cura da resina, a bolsa é removida e a peça sólida pode ser desmoldada.

### ***Montagem da pá***

Nessa etapa, todos os componentes da pá são colados para formar o produto final. As almas são preparadas e montadas no dispositivo de colagem das almas (DCA), equipamento desenvolvido para garantir o correto posicionamento das almas na casca. A união é feita com massa de colagem, um adesivo estrutural bicomponente a base de epóxi, que promove a adesão mecânica entre as peças. A aplicação da massa é feita por máquinas específicas que garantem a correta mistura e proporção dos componentes e a vazão do produto. Além disso, são utilizados gabaritos para definir o perfil correto da massa aplicada para evitar falhas na colagem.

Uma vez aplicada a massa, o dispositivo de colagem das almas é levado para a casca, e as almas são posicionadas e pressionadas sobre as linhas de colagem. O dispositivo permanece na casca até que massa esteja totalmente curada, garantindo que as almas não saiam de posição ou se inclinem durante o processo. Essa fase é chamada de colagem. Nesta fase, também são fixados alguns componentes do sistema de para raios, utilizando adesivo poliuretano bicomponente.

Após a remoção do DCA, é feita uma nova aplicação de massa para colagem de uma casca na outra. O próprio molde é equipado com dispositivo que permite o seu fechamento e união das cascas. O molde permanece fechado até que a massa esteja curada. Após a cura da massa, é possível abrir o molde e desmoldar a pá.

A qualidade da colagem é verificada através de inspeção não destrutiva. Os métodos utilizados são inspeção visual e inspeção por ultrassom.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### **Acabamento**

O processo de acabamento se inicia com a trimagem do perímetro da pá para a remoção das rebarbas provenientes dos processos de infusão e fechamento da pá. Após esse ajuste, o processo prossegue com a laminação de reforços nos bordos da pá. Esse processo é feito por impregnação manual de tecidos de fibra de vidro com resina epóxi bicomponente específica para esse tipo de aplicação. A seguir, as camadas impregnadas são posicionadas na pá, de acordo com as definições do projeto.

Em seguida, dois químicos bicomponentes à base de poliuretano são utilizados para dar acabamento, o *putty*, massa utilizada para dar forma e corrigir o perfil da pá e o *porefiller*, massa utilizada para preenchimento de poros da superfície. Após a aplicação do *putty* outro químico bicomponente (*leading edge protection* - LEP) costuma ainda ser aplicado no bordo de ataque da pá para a maior resistência dessa região contra o efeito erosivo ao qual será submetido durante sua operação.

Após a cura dos reforços, do *putty* e do LEP, a pá deve ser preparada para a pintura, através de lixamento de sua superfície por máquinas de lixamento semiautônomas e por processo de lixamento manual. Esse processo promove a rugosidade adequada para correta aderência da tinta.

A pintura é feita com tinta bicomponente aplicada por rolos de pintura. Os rolos são específicos para garantir a rugosidade final da superfície e não deixar pelos ou outros resíduos aderirem na superfície da pá. Na região da ponta da pá pode vir a receber ainda tinta de coloração vermelha bicomponente para formar a marca de aviação, caso tenha sido requerida por nossos clientes.

No acabamento, a pá passa por um processo de processamento da sua raiz, para que essa superfície esteja adequadamente preparada para que a montagem da pá no aerogerador ocorra de maneira precisa. Esse processo varia bastante entre os diversos modelos de pás, mas a Companhia busca agrupá-los, basicamente, em dois grupos: (i) pás que possuem sua raiz formada exclusivamente por material composto e, neste caso, o processamento da raiz normalmente inclui o processo de furação e faceamento; e (ii) pás cuja raiz apresenta insertos metálicos e materiais compostos e, neste caso, o processamento costuma ser restrito ao faceamento dos insertos. Tal processamento pode acontecer antes ou depois de outros processos, sendo que tal definição é tomada tendo como meta a otimização do fluxo produtivo no prédio de acabamento das pás.

Na etapa final do acabamento, são instalados os últimos componentes do sistema de para raios, bem como a tampa da pá (*Close Out*) na raiz da pá.

A seguir, as pás são pesadas para formação do set de três pás que serão instaladas na mesma torre. Caso necessário, é inserida nas pás material químico bicomponente na quantidade necessária para que as três pás do set estejam com o momento de inércia na mesma faixa. Tal processo é denominado de balanceamento do set de pás.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Por último, são coladas as etiquetas e adesivos informativos da pá, adesivos reflexivos, proteção de ponta e cobertura da raiz. É feita uma inspeção final na pá, para garantir a qualidade do produto e a seguir a pá é enviada para a área de estocagem.

### ***Armazenagem do produto acabado***

Um pátio externo é utilizado para a armazenagem das pás. O produto acabado não exige, nesta etapa, nenhuma proteção adicional. Antes da expedição das pás para os parques eólicos, é feita uma última inspeção visual de qualidade.

### ***Comparação entre a produção anual e a capacidade instalada***

Segue abaixo quadro que evidencia a capacidade instalada da fábrica da Companhia, bem como a produção da referida fábrica no encerramento de 31 de dezembro de 2023:

Fábrica	Total	Encerrado em 31 de dezembro de 2023
<b>Capacidade Instalada</b>	PÁS/Ano	3.142
<b>Produção</b>	PÁS/Ano	1.923

### ***Seguros***

A Companhia mantém apólices de seguros vigentes na modalidade responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais causados a terceiros.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos, conforme indicados na tabela abaixo:

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

APÓLICES	Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Prêmio*	Fim da validade
POSI - Seguro de Responsabilidade para Ofertas Públicas de Valores Mobiliários (IPO)	TOKIO MARINE	Responsabilidade Civil Administradores e Acionistas	N/A	R\$30.000.000,00	R\$ 189.792,81	10/11/2026
POSI - Seguro de Responsabilidade para Ofertas Públicas de Valores Mobiliários (FOLLOW)	GENERALI	Responsabilidade Civil Administradores e Acionistas	N/A	R\$30.000.000,00	R\$ 174.489,68	23/02/2025
Apólice D&O (Responsabilidade Civil dos administradores);	GENERALI	Responsabilidade Civil Administradores	N/A	R\$30.000.000,00	R\$ 45.200,06	31/12/2024
Seguro de Frota de Automóveis e Caminhões	TOKIO MARINE	Veículos	Varia por tipo de cobertura**		R\$ 168.312,98	31/12/2024
Apólice RD Equipamentos (Seguro de Operação)	TOKIO MARINE	Risco Diversos - Patrimonial	N/A	R\$ 2.960.000,00	R\$ 24.523,46	26/03/2025
Seguro Garantia (Contratos de Energia) CAPITALE	SOMPO	Garantia	N/A	R\$ 1.157.363,31	R\$ 3.000,00	31/01/2025
Seguro de Riscos Operacional - AERIS I / AERIS II	HDI	Risco Operacional	R\$2.727.767.693,00 – Materiais R\$ 216.086.000,00 – Lucro Cessante	R\$ 593.000.000,00	R\$ 3.324.688,31	21/08/2024
Apólice de RC Geral	FARIFAX	Responsabilidade Civil	N/A	R\$120.000.000,00	R\$ 698.503,18	21/08/2024
Apólice Seguro Reta	MAPFRE	Drone	N/A	R\$ 727.167,35	R\$ 810,51	07/03/2025
Apólice Empresarial	TOKIO MARINE	Escritório de fortaleza	R\$ 3.500.000,00 – Materiais R\$ 420.000,00 – Lucro Cessante	R\$ 3.920.000,00	R\$ 1.586,85	18/06/2024

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As apólices de seguros estabelecidas pela Companhia possuem coberturas determinadas por análise da sua área própria de seguros e junto a especialistas das corretoras que a auxiliam na colocação de suas apólices, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades da Companhia, estando, portanto, dentro dos padrões do mercado segurador.

### b. características do processo de distribuição

A Companhia transfere a posse e a propriedade de seus produtos dentro das dependências do parque fabril onde foram fabricados. O processo de transporte até os parques eólicos e a instalação das pás faz parte do escopo dos clientes da Companhia.

### c. características dos mercados de atuação, em especial:

#### i. participação em cada um dos mercados

A Companhia atua na fabricação de pás eólicas, fornecendo produtos personalizados para mercados nacionais e internacionais. A Companhia é responsável pela fabricação da maioria das pás eólicas instaladas em território nacional nos últimos anos, e produziu em 2023 o equivalente a 7,7% (em MW) do mercado global, desconsiderando o mercado chinês, de acordo com relatório emitido pela GWEC<sup>1</sup>.

A Companhia acredita ser o principal fabricante brasileiro de pás eólicas e desempenha um papel relevante como exportador.. Atualmente, a Companhia é capaz de atender todo o seu mercado-alvo com fabricação centralizada no Brasil e atuação global por meio da divisão de serviços (oferta de produtos e serviços associados).

A composição da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 2.911.749, e R\$ 2.831.915 em 31 de dezembro de 2023. Abaixo consta a descrição entre serviços prestados a partir da unidade de negócios da Companhia no exterior, exportações a partir da matriz e vendas no mercado brasileiro:

Receita operacional líquida em		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
<b>Aeris EUA</b>	2,0%	2,7%
<b>Exportações da Matriz</b>	6,4%	0,1%
<b>Mercado Brasileiro</b>	91,7%	97,2%

<sup>1</sup> De acordo com o relatório *Global Wind Stats* da GWEC (Global Wind Energy Council)

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100%</b>
--------------	---------------	-------------

Em 2022 e 2023, a Companhia importou matéria-prima de dezenas de países, com destaque para os Estados Unidos, Alemanha, China, Espanha, Índia, Países Baixos, Turquia e Polônia. A Companhia exportou pás em 2022 para os Estados Unidos, Colômbia, Alemanha, Espanha e Chile. Em 2023, a Companhia não realizou exportações.

### ii. condições de competição nos mercados

Os contratos de fornecimento de longo prazo de pás firmados entre a Companhia e seus clientes preveem condições comerciais tanto para o mercado local, quanto para exportação das pás. A Companhia passou a exportar, em 2017, e, desde então, provou ser competitiva para manter o crescimento nas vendas para o mercado externo ao mesmo tempo em que é líder na produção de pás para o mercado local. A Companhia tem como principais competidores a TPI Composites Inc e a LM Wind Power, além de competidores que atendem primariamente o mercado chinês. Além destes, a Companhia pode competir, em alguns casos, com fábricas de seus próprios clientes quando estes decidem por verticalizar parte da produção.

### d. eventual sazonalidade

Tanto a produção das pás quanto o envio aos parques eólicos não sofrem qualquer efeito da sazonalidade.

### e. principais insumos e matérias primas, informando:

#### i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia adquire matérias-primas de fornecedores aprovados no processo de homologação tanto pela própria Companhia quanto pelos seus clientes. Os fornecedores devem obrigatoriamente atender às especificações do produto, bem como terem a certificação da DNV-GL (Det Norske Veritas – Germanischer Lloyd) atestando que os materiais são produzidos e sua documentação seguem os padrões definidos para o mercado de turbinas eólicas e seus componentes.

#### ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Assim como existe forte concentração na posição ocupada pela Companhia na cadeia de valor, bem como dos clientes da Companhia, as empresas que ficam à montante na cadeia de valor também competem em um ambiente consolidado, o que faz com que a Companhia tenha poucas alternativas de fornecimento para diversos itens críticos para a manufatura das pás.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Durante o período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou a fornecedores de material direto Nacional e Internacional o montante de R\$ 1,7 bi, dos quais 69% se concentram em 8 fornecedores abaixo.

Fornecedores	Montante
OWENS CORNING	283.237.913,54
JMB Sp. z o.o.	166.956.983,26
BLUE CUBE BRASIL	159.749.358,02
ZOLTEK CORPORATION	135.923.767,19
DOWAKSA ILERI	125.259.419,60
HONG KONG AOSHENG	113.770.698,47
WESTLAKE EPOXY BV	98.031.518,27
WESTLAKE EPOXY INC	82.940.083,76

Em 31 de dezembro de 2023, os oito maiores fornecedores de matérias primas da Companhia receberam pagamentos que equivalem a mais de 41% da receita líquida da Companhia. Esta relevância se deve ao fato de que os materiais diretos representam mais de 76% dos custos de produção das pás e os principais materiais empregados nas pás, como carbono, fibras de vidro e resina. Estes materiais representam, quando combinados, 68% dos custos de materiais empregados na pá, podendo superar 74% do custo de materiais para alguns modelos de pás.

### iii. eventual volatilidade em seus preços

Como já descrito nos itens 4.3 e 5.1 deste Formulário de Referência, os preços das matérias-primas estão sujeitos à volatilidade. Os mecanismos de precificação previstos nos contratos de fornecimento de longo prazo de pás firmados entre a Companhia e seus clientes mitigam a eventual volatilidade nos preços de matérias-primas, uma vez que suas variações são repassadas aos clientes.

## 1.5 Principais clientes

**1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

### a. montante total de receitas provenientes do cliente

A totalidade da receita auferida foi distribuída, principalmente, entre 4 clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2023, conforme abaixo:

<b>Receita operacional líquida</b>				
	<b>31/12/2022</b>		<b>31/12/2023</b>	
	(Em milhares de Reais)	(em %)	(Em milhares de Reais)	(em %)
<b>Vestas</b>	1.491.962	51,2%	1.065.222	37,6%
<b>NordexAcciona</b>	878.119	30,2%	804.588	28,4%
<b>Siemens Gamesa</b>	306.821	10,5%	596.113	21,0%
<b>WEG</b>	181.167	6,2%	360.148	12,7%
<b>Outros</b>	53.680	1,9%	5.844	0,3%
<b>Total</b>	<b>2.911.749</b>	<b>100%</b>	<b>2.831.915</b>	<b>100%</b>

### b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, considerando que a Companhia possui apenas um segmento de negócios. Para mais informações, vide item 1.3 deste Formulário de Referência.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

**1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

**a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A Companhia não desempenha atividades em segmentos regulados, ou ainda para as quais necessite de agências reguladoras e/ou autorizações governamentais. A necessidade de obtenção de aprovações se restringe àquelas de natureza legal e genérica.

**b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

Devido à natureza das suas atividades desenvolvidas, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a leis e regulamentos relativos à proteção do meio ambiente, cujo cumprimento é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

As eventuais violações à legislação ambiental podem gerar responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, criminal e civil.

### **Esferas de responsabilidades relacionadas ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares:**

#### **Responsabilidade Administrativa**

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal n.º 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R\$ 50 milhões, que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei Federal n.º 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, resultando na extensão da responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê, em seu artigo 4º, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica caso haja obstáculos ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Nessa situação, os sócios passam a ser responsáveis pela reparação e/ou compensação do dano causado ao meio ambiente.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: (i) multa; (ii) restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

### Responsabilidade Civil

Na esfera civil, a responsabilidade ambiental, delineada pela Lei Federal n.º 6.938/1987 (“Política Nacional do Meio Ambiente”) é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de desenvolvida pela companhia para que seja configurada a obrigação de reparação e/ou compensação ambiental.

Além disso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que a Companhia venha a contratar poderão dar ensejo à sua obrigação de repará-los e/ou compensá-los como, por exemplo, as atividades relacionadas à destinação final de resíduos sólidos, ainda que realizada por terceiros contratados.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

De acordo com a legislação federal brasileira, a Política Nacional do Meio Ambiente prevê que a construção, instalação, expansão, modificação e operação de atividades potencialmente poluidoras, que utilizem recursos naturais, que de alguma forma causem degradação do meio ambiente e que possam vir a causar danos ambientais estarão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. O processo de licenciamento, por sua vez, poderá englobar três diferentes etapas, com a obtenção de Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). Referidas licenças possuem validade limitada, de modo que deverão ter sua renovação tempestiva e periodicamente solicitada perante os respectivos órgãos ambientais competentes, sob pena de perda de sua validade. Além disso, as licenças ambientais podem vir a estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades, que podem, eventualmente, impactar e condicionar a operação de atividades da Companhia.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar e/ou compensar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item acima, as multas, na esfera federal, podem chegar a R\$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência genérica e específica, respectivamente).

O gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia deve obedecer às previsões da Lei Federal n.º 12.305/2010. O responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar e/ou compensar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Portanto, a disposição inadequada de resíduos pode causar danos ao meio ambiente, à vida e saúde da população e, consequentemente, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, além da responsabilidade pela reparação e/ou compensação do dano causado na esfera cível, conforme indicado acima.

Ainda, segundo a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador da contaminação, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação, recuperação e/ou compensação dos danos associados.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

### c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei n.º 9.279/96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro da marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito exclusivo de uso no Brasil, pelo prazo determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

A Companhia não possui dependências de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

### d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

#### i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

#### ii. em favor de partidos políticos

#### iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, uma vez em que a Companhia não prestou quaisquer contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor das categorias indicadas nos itens acima.

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### 1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

#### a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme apresentado na tabela a seguir, as receitas obtidas no mercado brasileiro representaram 92% em 31 de dezembro de 2022, e 97% em 31 de dezembro de 2023.

Receita Operacional Líquida		
(Em milhares de reais)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
<b>Mercado Internos</b>	2.669.275	2.752.517
<b>Mercado Externo</b>	242.474	79.398
<b>Total</b>	2.911.749	2.831.915

#### b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023	
	(Em milhares de reais)	% da Receita Total	(Em milhares de reais)	% da Receita Total
-Alemanha	90.234	3,1%	712	0,0%
- Estados Unidos	76.344	2,6%	77.435	2,7%
- Chile	60.724	2,1%	0	0,0%
- Colômbia	12.249	0,4%	0	0,0%
- Outros	2.923	0,1%	1.251	0,00%
<b>- TOTAL</b>	<b>242.474</b>	<b>8,3%</b>	<b>79.398</b>	<b>2,7%</b>

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

### 1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

As exportações da Companhia estão sujeitas à regulação dos países dos seus importadores, com destaque para os Estados Unidos da América, deixando-a exposta a vários riscos relacionados às operações internacionais, conforme identificados nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 deste Formulário de Referência, entre os quais, destacamos:

***Uma escalada de protecionismo pode inviabilizar nossas exportações com significativo impacto em nossa receita:*** O protecionismo é utilizado por praticamente todos os países em maior ou menor grau, sendo um conjunto de medidas a serem tomadas no sentido de favorecer as atividades econômicas internas, reduzindo e dificultando ao máximo, a importação de produtos e a concorrência internacional. Quanto maior o poder econômico de um país, maior será seu grau de influência no mercado internacional. No mercado em que atuamos, há vários países fabricantes de pás eólicas com grande poder econômico. Dentre eles vale destacar, como exemplo, os Estados Unidos. Caso os Estados Unidos decidam estabelecer alguma medida protecionista ou acordos comerciais com outros países que exportam pás, nossa competitividade pode diminuir inviabilizando nossas exportações e com isso impactar de forma relevante e adversa nossa receita e nossos resultados.

***Uma mudança significativa na taxa de câmbio pode afetar nossa competitividade em mercados internacionais:*** A taxa de câmbio tem papel fundamental na economia de um país, uma vez que pode influenciar diretamente no sistema econômico, afetando as empresas nacionais. A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar ou outras moedas estrangeiras pode resultar em pressões inflacionárias adicionais no nosso país, levando a um aumento nas taxas de juros, limitando nosso acesso aos mercados estrangeiros e enfraquecendo a confiança dos investidores no Brasil. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do país, o que pode comprometer as exportações brasileiras. Qualquer um desses eventos pode prejudicar de forma relevante e negativa a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossos resultados.

A constante flutuação no câmbio e variação do Real frente às moedas internacionais, entre elas principalmente o dólar, oferece grande risco ao nosso segmento de atuação, devido principalmente ao fato de a maior parte dos clientes serem internacionais. Para as empresas exportadoras, a baixa do dólar oferece menores benefícios, pois o pagamento dos produtos comercializados será feito com uma moeda desvalorizada, acarretando a nós possíveis prejuízos financeiros e perda de competitividade frente aos players internacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$ 4,8407 por US\$ 1,00, representando uma valorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 7,2%, em relação a 31 de dezembro de 2022.

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Uma desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá de forma significativa do cenário econômico e das condições sociais e políticas em curso nos mercados importadores de pás para aerogeradores. A capacidade de exportar seus produtos no futuro pode ser adversamente afetada por fatores que estão além de seu controle, tais como: (i) variações cambiais; (ii) mudanças adversas nos incentivos fiscais para energias renováveis, em especial a energia eólica; (iii) aumento de tarifas de importação; e (iv) quaisquer eventos que possam afetar o transporte e as operações portuárias necessárias para que as pás cheguem a seu destino.

Os países para os quais a Companhia pode efetuar suas exportações podem barrar seus produtos, proibindo a compra destes por períodos indeterminados, por diferentes razões, incluindo alterações na legislação aplicável.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

#### a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações ASG uma vez por ano, por meio de Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia (“Relatório de Sustentabilidade”), o qual se encontra disponibilizado na página de relações com investidores da Companhia, na área específica e dedicada à sustentabilidade (vide item 1.9.d deste Formulário de Referência).

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia é estruturado a partir de informações e indicadores socioambientais e econômicos, e leva em conta o reporte de todas as informações relacionadas aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), sendo a Companhia signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas desde o ano de 2016.

O Relatório de Sustentabilidade é disponibilizado em português e inglês, com o objetivo de reportar estas informações de forma acessível e clara para as diferentes partes interessadas.

#### b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia utiliza como referência para estruturação e elaboração das informações as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), entidade internacional que define indicadores de *performance* para aspectos ASG.

#### c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O documento não é auditado ou revisado por uma entidade independente.

#### d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser acessado na página de relações com investidores da Companhia, através do link <https://www.ri.aerisenergy.com.br/a-companhia/sustentabilidade/>, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

#### e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Sustentabilidade considera uma matriz de materialidade, atualizada a cada 2 anos, para definir os temas relevantes a serem reportados, a qual é formulada a partir da análise de frameworks globais relacionados à sustentabilidade, além de *benchmarking* sobre aspectos

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

relevantes no setor de energia eólica. A esse estudo, agraga-se a visão estratégica da alta gestão da Companhia. Com o objetivo de trazer um reporte com visão holística de sustentabilidade corporativa, são somados, ainda, aspectos considerados prioritários externa e internamente.

A Companhia ressalta que a matriz de materialidade vigente é válida para os Relatórios de Sustentabilidade relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Externamente, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compõe a principal base de direcional, junto aos princípios do Pacto Global.

De forma complementar, a Companhia pondera a significância dos seus impactos econômicos, ambientais e sociais e qual a relação destes com as avaliações e decisões dos *stakeholders*. Com isso, os impactos relevantes, dentro e fora da Aeris, relacionados às atividades, produtos, serviços e interações sociais foram levados em consideração e estruturaram os indicadores materiais para o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2023, compondo a Matriz de Relevância conforme os eixos e tópicos abordados a seguir:



Em complemento à avaliação contextual, no âmbito interno, a Companhia avaliou suas prioridades em relação à sustentabilidade, a partir de suas políticas corporativas e da visão estratégica do negócio. Esse processo envolveu, ainda, a consideração da significância dos impactos econômicos, ambientais e sociais de cada aspecto, bem como sua influência sobre as avaliações e decisões dos

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

*stakeholders*. Assim, com base nas respostas dos *stakeholders*, bem como dos compromissos da Companhia em relação à sustentabilidade, foram definidos nove tópicos materiais

Além da divulgação de uma matriz de materialidade, o Relatório de Sustentabilidade da Companhia adotou também indicadores-chave de desempenho baseados em estudo que considerou os desafios atuais e futuros da Companhia e da região onde esta se encontra inserida, utilizando-se também do Sumário Remissivo GRI, no qual são apresentados indicadores selecionados por tópicos, com base em temas relevantes elencados e que compõem os indicadores de desempenho a serem monitorados e reportados pela Companhia.

Tal estudo contemplou 16 indicadores e 14 metas globais, envolvendo os sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) prioritários para a Companhia e as ações internas a serem executadas para atingir as respectivas metas.

**f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

O Relatório de Sustentabilidade considera os ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, sendo considerados ODS materiais para os negócios da Companhia, atualmente:

- 3 – Saúde e bem-estar;
- 4 – Educação de qualidade;
- 5 – Igualdade de gênero;
- 7 – Energia limpa e acessível;
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico;
- 12- Consumo e produção responsáveis; e
- 13 – Ação contra a mudança global do clima.

**g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

As mudanças climáticas já estão em curso e podem se agravar, conforme vários anúncios já feitos pelo Painel Intergovernamental da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática (IPCC/ONU). A recomendação é que os países concentrem esforços de mitigação e adaptação, para limitar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) – oriundos, principalmente, da queima de combustíveis fósseis. A expansão da capacidade instalada de energia eólica desempenha um papel fundamental na redução das emissões de GEE e na mitigação das mudanças climáticas. Para gerar energia eólica não há emissão de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) nem CO (monóxido de carbono), gases que influenciam diretamente nas condições climáticas, além de oferecerem riscos para o equilíbrio dos ecossistemas

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

e comprometerem uma série de atividades econômicas, causando inclusive impactos sociais. O ano de 2023 foi marcado por secas, enchentes e ondas de calor em diversas regiões do Brasil e do mundo.

Em 2023, a Companhia realizou o reporte, ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), das informações relacionadas as suas emissões, reforçando a transparência de suas informações e seu compromisso com transição para uma economia de baixo carbono.

Além disso, o Relatório de Sustentabilidade adota os GRI *Standards* e identifica a ação contra a mudança global do clima como um tema material, atendendo, portanto, a maioria das divulgações recomendadas pela Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), em seus quatro elementos principais.

**h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Com base na metodologia *GHG Protocol*, a Companhia calcula suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), buscando alternativas para reduzir a pegada de carbono de suas próprias operações, e, assim, contribuir no combate às mudanças climáticas.

Em 2023, as emissões de GEE totalizaram 12,26 mil tCO<sub>2</sub>, distribuídas entre três escopos, conforme tabelas abaixo:

<b>Fontes de Emissão – ESCOPO 1 (2023)</b>	
Combustão estacionária	282,5
Combustão móvel	1.486,5
Emissões fugitivas	1.022,4
Resíduos sólidos	3,0
<b>Total do escopo 1</b>	<b>2.794,5</b>

<b>Fontes de Emissão – ESCOPO 2 (2023)</b>	
Energia elétrica	2.360,252
<b>Total do escopo 2 (Baseado em localização)</b>	<b>2.360,252</b>
<b>Total do escopo 2 (Baseado em escolha de compra)</b>	<b>0</b>

<b>Fontes de Emissão – ESCOPO 3 (2023)</b>	
Transporte de colaboradores	6.527,7
Viagens a negócios	148,4
Resíduos gerados nas operações	435,5

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

<b>Total do escopo 3</b>	7.111,7
--------------------------	---------

Mais informações acerca da emissão de GEE's pela Companhia podem ser acessadas através do Relatório de Sustentabilidade, acessado conforme informado no item 1.9(d) acima.

**i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

**i. a não divulgação de informações ASG**

**ii. a não adoção de matriz de materialidade**

**iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

**iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

**v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

**vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota todas as condutas acima, conforme descrito nas letras de "a" a "h" deste item 1.9 do Formulário de Referência.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

**1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:**

**a. interesse público que justificou sua criação**

**b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

**i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”**

**ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**

**iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

**c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

## 1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

### 1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram adquiridos ou alienados quaisquer ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal nos negócios da Companhia.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

**1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas**

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

O acordo de acionistas foi celebrado em 25 de agosto de 2020, aditado pelo primeiro aditamento, assinado em 25 de janeiro de 2022, pelo segundo aditamento, em 3 de outubro de 2023 e, pelo terceiro aditamento, em 28 de novembro de 2023, entre as seguintes partes: (i) Bruno Lolli; (ii) Cássio Cancela e Penna; (iii) Daniel Henrique da Costa Mello; (iv) Vitor de Araujo Santos; (v) Alexandre Sarnes Negrão; (vi) Bruno Vilela Cunha; (vii) Luiz Henrique Del Cistia Thonon; (viii) Gisela Sarnes Negrão Assis; (ix) Fernanda Sarnes Negrão; (x) Vera Sarnes Negrão; e (xi) Bernardo Romano Negrão ("Acordo de Acionistas").

O Acordo de Acionistas permanecerá integralmente válido e em vigor pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da obtenção do registro de companhia aberta junto à CVM e início da negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3. O Acordo de Acionistas é renovável automaticamente por um único igual período de 30 (trinta) anos caso qualquer dos acionistas signatários não notifique os demais com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência do término do seu prazo de vigência sobre sua intenção de não renovar o Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas em sua íntegra, bem como seu primeiro aditamento, encontra-se disponíveis no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página de relações com investidores da Companhia (<https://www.ri.aerisenergy.com.br/informacoes-aos-investidores/documentos-cvm/>).

## 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

### 1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreram alterações relevantes na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

## 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

### 1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou sua controlada não celebraram contratos relevantes com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## 1.16 Outras informações relevantes

### 1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes a serem informadas nesta seção 1 deste Formulário de Referência.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e fluxo de caixa relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

A seguir, os Diretores da Companhia esclarecem a composição de alguns itens das demonstrações dos resultados:

**Receita operacional líquida:** a receita líquida da Companhia é composta pela receita bruta da venda de pás para aerogeradores e da prestação de serviços de inspeção e reparo em pás para aerogeradores deduzidas de impostos sobre a venda, com alíquotas de 1,65% de PIS/PASEP, 7,6% de COFINS para venda de produtos no mercado nacional. Já a receita bruta da prestação de serviços também é deduzida pelo ISS de 2,0%. Os produtos vendidos pela Companhia não apresentam incidência de ICMS uma vez que estão incluídos no Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.

**Custo dos produtos vendidos:** o custo dos produtos vendidos tem como principal componente o custo de aquisição de matérias-primas, inclui os ganhos e perdas com derivativos cambiais voltados exclusivamente à compensar os efeitos da variação cambial sobre matérias-primas, sendo também composto pelos custos da mão de obra direta (salários, encargos e benefícios), gastos gerais de fabricação (GGF), que contemplam manutenções, serviços de terceiros, utilidades e materiais indiretos indispensáveis no processo produtivo e, por fim, a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo. Para os produtos exportados, os ganhos com a utilização de incentivos fiscais como o Reintegra e o Proex-equalização também são contabilizados através da redução do custo do produto vendido. Este grupo também inclui o custo dos serviços prestados.

**Despesas comerciais, gerais e administrativas:** incluem principalmente as despesas com pessoal dos setores administrativos e despesas com os administradores da Companhia. As despesas com vendas estão incluídas neste grupo e são pouco relevantes devido às características do negócio, como a quantidade reduzida de clientes e potenciais clientes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

**Despesas tributárias:** incluem tributos diretos como IPTU das instalações fabris e ICMS sobre remessas diversas de materiais.

**Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** a Companhia aufera receitas extraordinárias a título de “*ramp up fee*”, que vem a ser um pagamento compensatório feito pelo cliente no início do contrato visando compensar parte dos custos adicionais inerentes à curva de aprendizado e ao baixo giro dos ativos alocados ao contrato na sua fase inicial. Este grupo também inclui a receita de venda de ferramentais específicos projetados e fabricados pela Companhia para atender contratos e a venda de resíduos para reciclagem. Outras despesas operacionais também estão listadas neste grupo, como gastos com produtos em garantia e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

**Resultado financeiro:** o resultado financeiro inclui receitas e despesas de juros referentes a aplicações financeiras e operações de empréstimos e financiamentos, respectivamente. Inclui ainda o efeito da variação cambial sobre pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes, saldos das contas internacionais e mútuo, sempre considerando a variação entre a data do reconhecimento do direito ou da obrigação e a data efetiva de pagamento. Também consta nesse grupo os encargos financeiros oriundos das despesas operacionais referente a manutenção das debentures e despesas de operações de antecipação de clientes.

**Imposto de renda e contribuição social – correntes:** referem-se ao imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro líquido, que podem atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do lucro tributável, sendo: (i) imposto de renda, recolhido à alíquota de 15% sobre o lucro tributável; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que excede R\$ 240 mil ao ano, recolhido à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, recolhida à alíquota de 9%. É importante destacar que, sobre as parcelas de impostos de renda e adicional de imposto de renda, existe uma redução de 75% gerada pelo incentivo fiscal concedido pela SUDENE.

**Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas citadas no item anterior sobre as diferenças intertemporais, além de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

#### **COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do resultado	2023	2022	AH %
<i>(Em milhares de Reais, exceto quando em %)</i>			
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.831.915</b>	<b>2.911.749</b>	<b>-2,7%</b>
Custos dos produtos vendidos	(2.442.913)	(2.649.461)	-7,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>389.002</b>	<b>262.288</b>	<b>48,3%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(116.205)	(104.744)	10,9%
Despesas tributárias	-	-	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8.284)	23.719	-134,9%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>264.513</b>	<b>181.263</b>	<b>45,9%</b>
Despesas financeiras	(514.000)	(505.751)	1,6%
Receitas financeiras	122.650	183.555	-33,2%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(391.350)</b>	<b>(322.196)</b>	<b>21,46%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(106)	(1.450)	-92,69%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	20.376	22.391	-9,00%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(106.567)</b>	<b>(119.992)</b>	<b>-11,19%</b>

### Receita operacional líquida

No comparativo do exercício social apresentado, nota-se a manutenção da receita líquida de vendas, passando de R\$ 2.911,7 milhões no fim do exercício social de 2022 para R\$ 2.831,9 milhões no exercício social de 2023. Representando uma redução de 2,7% quando comparado a 2022, resultado desta queda de volume e da desvalorização do Real frente ao Dólar, sendo parcialmente compensadas pelo aumento do preço médio de vendas das pás em USD/MW de 5,2%.

### Custos dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o custo dos produtos vendidos pela Companhia era de R\$ 2,4 bilhões e R\$ 2,6 bilhões, respectivamente, representando uma redução de 7,8%. A redução destaca-se a influência da maturidade produtiva das linhas de produção, que exerceu papel preponderante nesse decréscimo.

### Lucro Bruto

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro bruto da Companhia teve uma alta de 48,3% no comparativo do final do exercício social de 2022 com o exercício social de 2023, passando de R\$ 262,3 milhões para R\$ 389,0 milhões.

### Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais, gerais e administrativas sofreram aumento de 10,9% no comparativo de 2022 com 2023, passando de R\$ 104,7 milhões para R\$ 116,2 milhões, essa variação está em linha com o aumento operacional da Companhia, decorrente

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente pelas despesas incorridas no faturamento das pás que estavam em processamento a mais tempo.

### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas apresentaram variação negativa de 134,9% passando de R\$ 23,7 milhões no final do exercício social de 2022 para um resultado negativo em R\$8,2 milhões no final do exercício social de 2023. Essa variação deve-se ao registro em 2022 de receita proveniente do resarcimento de perdas de produção causadas por alterações de projeto ocasionados pelos clientes e receitas associadas ao início do contrato de fornecimento de pás.

### Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou crescimento de 45,9%, passando de R\$ 181,2 milhões no final do exercício social de 2022 para R\$ 264,5 milhões no final do exercício social de 2023. Esta variação é reflexo da maturação e aumento de eficiência das linhas de produção.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou de menos R\$ 322,2 milhões no final do exercício social de 2022 para menos R\$ 391,3 milhões no final do exercício social de 2023, representando uma variação de 21,46%. O incremento no endividamento atrelado à CDI e aumento desse índice quando comparados ao mesmo período do ano de 2022, colaboraram para o aumento desse grupo. Adicionalmente houve uma elevação nos encargos de operações financeiras, oriundos das despesas operacionais referente a manutenção das debentures e despesas de operações de antecipação de cliente.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes referentes a 2023 foi negativo em R\$ 0,1 milhões e negativo em R\$ 1,4 milhões em 2022. Esta redução deve-se ao prejuízo registrado da controladora. O imposto corrente de 2023 é referente a controlada.

O imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a 2023, por sua vez, foi de R\$ 20,4 milhões, inferior ao valor apurado em 2022 no montante de R\$ 22,4 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Este aumento, por sua vez deve-se principalmente por constituição do prejuízo fiscal do período corrente.

### **Lucro líquido**

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o prejuízo líquido da companhia passou de R\$ 120,0 milhões no ano de 2022 para um prejuízo de R\$ 106,6 milhões negativos em 2023 representando uma variação negativa de 11,2%.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios sociais indicados abaixo:

(Em milhares de reais)	2023	2022	AH
Resultado do período	(126.837)	(140.933)	-10,0%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(198.791)	(13.299)	1.394,8%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(65.896)	(87.108)	-24,4%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	267.051	270.579	-1,3%
(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	2.364	170.172	-98,6%

#### **Caixa gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais**

As atividades operacionais geraram caixa negativo em R\$ 198,8 milhões no ano de 2023, em comparação a consumo de caixa de R\$ 13,3 milhões no ano de 2022. A variação do fluxo de caixa das atividades operacionais nestes períodos tem como principais causas a variação em ativos e passivos decorrentes do não atingimento das metas operacionais de faturamento e produção decorrentes de problemas técnicos de produção e mudança de critérios fabris.

#### **Caixa gerado pela (aplicado nas) atividades de investimento**

As atividades de investimento geraram caixa negativo em R\$ 65,9 milhões no exercício de 2023, em comparação a R\$ 87,1 milhões no mesmo período de 2022. Essa queda é explicada, dentre outras questões, pelo fim do ciclo de expansão fabril. Em 2023, a companhia realizou a aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade produtiva nas estações de acabamento de pás a fim de balancear os gargalos produtivos na busca da redução do prazo médio de fabricação

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Caixa gerado pela (aplicado nas) atividades de financiamento**

No exercício encerrado de 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento geraram caixa positivo de R\$ 267 milhões, em consequência da oferta pública de ações realizada em dezembro de 2023. No mesmo período de 2022, a geração de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 270,1 milhões.

### **(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes de caixa**

No exercício encerrado de 31 de dezembro de 2023, a Companhia gerou caixa no montante de R\$ 2,2, No mesmo período de 2022, a geração de caixa totalizou R\$ 171,2 milhões.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Os diretores devem comentar:

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são majoritariamente resultantes da venda de pás para aerogeradores conforme pedidos dos clientes já previstos nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores. A Diretoria entende que tais contratos permitem que a Companhia tenha alta previsibilidade nas receitas futuras, fazendo com que a maior fonte de incerteza sobre a receita seja a taxa de câmbio uma vez que, além de exportar produtos precificados em dólar americano, a Companhia também determina o preço de venda, conforme previsto nos contratos, de acordo com a taxa de câmbio. Parte do preço é definido em moeda estrangeira (dólar americano), sendo proporcional à expectativa de custos com materiais diretos importados ou mesmo comprados no Brasil com preço variável conforme a taxa de câmbio.

Os Diretores da Companhia analisam a receita operacional líquida segregada por produto (modelo de pá) e por mercado (brasileiro ou exportação). A receita de vendas por modelo de pá tem sua divulgação restrita. Tanto a evolução da produção anual e capacidade instalada quanto a participação em cada um dos mercados constam na Seção 1.4, item (c) deste Formulário de Referência.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia fabrica pás para aerogeradores a partir de especificações definidas pelo cliente. O maior componente dos custos refere-se à matéria-prima empregada na fabricação das pás, seguida pelos custos com mão de obra direta, mão de obra indireta e gastos gerais de fabricação. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

- Diferença entre o consumo previsto e o consumo real das matérias primas utilizadas no processo produtivo: o processo de fabricação em material composto, mesmo utilizando máquinas e equipamentos sofisticados, é altamente dependente da perícia dos operadores de produção. Falhas no atingimento de especificações do produto geram retrabalhos e aumentam o consumo de materiais para reparos, além de comprometerem os volumes estabelecidos em contrato quando se opera próximo da capacidade plena na linha de produção. A Diretoria da Companhia entende que a capacidade de produzir com baixo índice de defeito confere importante diferencial competitivo, uma vez que o consumo de materiais tende a ser definido em conjunto com o cliente considerando como referência a expectativa dos projetistas.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

- Diferença entre o custo unitário das matérias primas e o custo real de aquisição: assim como o consumo esperado é definido juntamente com o cliente, o custo de aquisição das matérias primas, incluindo custos logísticos e tributos, é uma variável utilizada para a composição do preço do produto final. Desvios incorridos no processo de compra de matérias-primas podem afetar os resultados operacionais tanto positiva quanto negativamente. Os efeitos das variações no custo unitário de aquisição de matérias primas podem ser compartilhados com os clientes, tendo assim seu impacto reduzido.
- Índice de rejeito de componentes e gastos com serviços executados em produtos em garantia: ao especificar o produto, a Companhia considera provisões para perda de componentes pelo não atingimento das especificações de qualidade, e para gastos com execução de serviços em produtos em garantia, ou seja, nos casos em que defeitos gerados pela Companhia chegam até o cliente final e geram a necessidade de reparo em campo.
- Eficiência produtiva: a Diretoria da Companhia considera que a diferença entre o preço líquido de venda e o custo de materiais diretos reflete a agregação de valor ( $VA = value addition$ ). O VA pode ser interpretado como a geração de valor econômico utilizado para o pagamento dos custos com mão de obra, gastos gerais de fabricação, despesas administrativas e a remuneração do capital investido. Ao planejar a produção de um certo volume de pás por um dado período e alocar os recursos a isso, a Companhia corre o risco de não gerar retorno satisfatório sobre o capital investido caso não produza o volume suficiente para isso.
- Inflação de preços: a Companhia pode sofrer aumentos sistemáticos nos custos em valores diferentes aos da inflação do período, fazendo com que os mecanismos contratuais de correção de preço por inflação não sejam eficazes.
- As variações cambiais nas relações com clientes e fornecedores apresentam correlação negativa com o efeito cambial sobre a receita e o custo de materiais diretos. Eventuais perdas podem ocorrer quando existem variações relevantes nas entregas em relação ao plano de produção.

**b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, incluindo os

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

mecanismos de correção de preços devido à variação cambial e à inflação, são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as variações das receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, foram absorvidas por condições comerciais, de forma a minimizar os possíveis efeitos negativos na receita da Companhia, não havendo, portanto, variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

**c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A Diretoria entende que, a variação de preços dos principais insumos e produtos, o câmbio e as taxas de juros não tiveram um impacto relevante no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, no exercício social de 31 de dezembro de 2023.

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, especificamente sobre os mecanismos de correção de preços devido a variações nos custos de matérias-primas, variações cambiais e inflação são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Os diretores devem comentar:

**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Em 2023, Companhia decidiu revisitar a sua política contábil de reconhecimento de receitas com o intuito de aprimorar os critérios que determinam o cumprimento da obrigação de performance para verificação do momento do reconhecimento.

A Companhia ressalta que a alteração da política contábil ora mencionada é realizada de forma voluntária e não impacta de forma material suas informações financeiras, tampouco a sua situação financeira patrimonial.

Nesse sentido, reforça-se que a alteração não decorre de qualquer erro ou aplicação inadequada do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e visa apenas a promover, em conformidade com as normas contábeis e a realidade atual dos negócios da Companhia, uma informação confiável e mais adequada nas suas demonstrações financeiras.

Para detalhamento da mudança ocorrida, ver nota explicativa 2.5 e 3.10 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

**b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os relatórios dos auditores independentes não continham opiniões modificadas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

- informar o valor das medições não contábeis**

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis: EBITDA, o EBITDA ajustado, a Margem EBITDA ajustada, a Dívida Líquida e a Dívida Bruta. A tabela abaixo apresenta os valores de tais medições não contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>
EBITDA	329.555
(+/-) Imposto de Renda - Incentivo Fiscal SUDENE <sup>1</sup>	0
(+/-) Incentivo de Longo Prazo <sup>2</sup>	288
(+/-) Consultoria Performance <sup>3</sup>	(6)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>329.837</b>
Margem EBITDA ajustada (%)	11,6%
Dívida Bruta	1.696.249
Dívida Líquida	632.727

<sup>1</sup> O benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

<sup>2</sup> Incentivo de longo prazo trata-se de um plano de remuneração baseado em ações, visando otimizar as estratégias de estímulo e retenção de profissionais.

<sup>3</sup> Consultoria Performance trata-se de um plano de pagamento para terceiros/fornecedores com base em ações.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 (“[Resolução CVM 156](#)”), conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do período/exercício, acrescido dos impostos de renda e

## 2.5 Medições não contábeis

contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia lembra que esta medida não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA ajustado refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social após da aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia, somado as despesas de incentivo de longo prazo, que trata-se de um plano de remuneração baseado em ações que visa otimizar as estratégias de estímulo e retenção de profissionais, e adicionando as despesas provisionadas de consultoria de performance, que trata-se de um plano de pagamento para terceiros/fornecedores com base em ações.

O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro—*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa operacional para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou como alternativas ao lucro líquido, ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos ao fluxo de caixa, como medidas de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

Ademais, uma vez que o EBITDA e o EBITDA ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

A Margem EBITDA ajustada é o resultado da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil utilizada pela Companhia. O indicador de dívida bruta é uma métrica financeira que mede o total da dívida de uma entidade, sem levar em consideração ativos ou outros elementos que poderiam ser usados para liquidar a dívida. É uma medida simples que representa a quantidade total de dinheiro

## 2.5 Medições não contábeis

que a entidade deve a terceiros. Esse indicador é útil para avaliar a capacidade de pagamento de uma entidade e seu nível de endividamento total. No entanto, ele não leva em consideração os ativos da entidade, o que significa que não fornece uma imagem completa da saúde financeira. Portanto, é comum que o indicador de dívida bruta seja usado em conjunto com outros indicadores, como o indicador de dívida líquida, que subtrai os ativos da dívida total para fornecer uma imagem mais precisa da situação financeira.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro, liquidez e é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Essa medição não possui significado padrão e outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

### b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação das medições não contábeis apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023</b>
<b>Lucro Líquido do período/exercício</b>	<b>(106.567)</b>
(+/-) Resultado Financeiro	(391.350)
(+/-) Depreciação e amortização	65.042
(+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, antes do incentivo fiscal	(20.270)
<b>EBITDA</b>	<b>329.555</b>
(+/-) Imposto de Renda - Incentivo Fiscal SUDENE <sup>1</sup>	0
(+/-) Incentivo de Longo Prazo <sup>2</sup>	288
(+/-) Consultoria Performance <sup>3</sup>	(6)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>329.837</b>
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>11,6%</b>

## 2.5 Medições não contábeis

<sup>1</sup> O benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

<sup>2</sup> Incentivo de longo prazo trata-se de um plano de remuneração baseado em ações, visando otimizar as estratégias de estímulo e retenção de profissionais.

<sup>3</sup> Consultoria Performance trata-se de um plano de pagamento para terceiros/fornecedores com base em ações.

A tabela abaixo apresenta as conciliações da Dívida Líquida e Dívida Bruta apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Indexador	Juros (%a. a) *	Vencimento**	31/12/2023
Capital de giro	CDI	1,50%	20/11/2024	114.617
Financiamento	CDI	1,20%	15/04/2024	153.245
Financiamento	TLP	7,49%	15/08/2026	96.743
Debêntures	CDI	2,00%	31/07/2026	1.330.988
Total Moeda Nacional				1.695.593
(+) Instrumento Financeiro PC				656
<b>Dívida Bruta Total</b>				<b>1.696.249</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa				1.063.522
<b>Dívida Líquida Total</b>				<b>632.727</b>

\* Taxa de juros da última captação

\*\*Último vencimento do grupo de contratos

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

### EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição apropriada para a correta compreensão dos resultados das operações da Companhia, posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de cargas tributárias de imposto de renda e contribuição social, alterações na

## 2.5 Medições não contábeis

forma de contabilização de incentivos governamentais, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do seu ativo imobilizado.

### **EBITDA ajustado**

A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a medida mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Ademais, acredita-se que o EBITDA ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua capacidade de gerar caixa líquido proveniente de suas operações e, portanto, demonstra sua capacidade de cumprir com suas obrigações, bem como obter financiamentos para seus investimentos e capital de giro. Esse efeito não gera impacto na geração de caixa bruto operacional.

### **Margem EBITDA ajustada**

A Companhia entende que a medição da Margem EBITDA ajustada é útil na avaliação da lucratividade e eficiência da Companhia.

### **Dívida Líquida e Dívida Bruta**

A Dívida Líquida é uma medição de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

Para cálculo da Dívida Líquida, a Companhia considera a Dívida Bruta que consiste na consolidação dos Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes somados aos instrumentos financeiros do passivo circulante, subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte evento subsequente:

Aditivo contratual de vendas:

Em 8 de janeiro de 2024, a Companhia e a Vestas celebraram novo aditivo (“Aditivo Contratual”) por meio do qual, dentre outras questões, pactuaram nova prorrogação da vigência do Contrato de Fornecimento até o final de 2028.

Considerando os termos do Aditivo Contratual, e sujeito a determinadas condições, inclusive a efetiva demanda por parte da Vestas, prevê-se um incremento no potencial de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos em capacidade equivalente a 8,8 gigawatts (já considerando a repactuação de volumes contratada para 2024), o que, se materializado, poderá resultar em aumento líquido de receitas de até R\$ 7,6 bilhões até o fim do prazo do Contrato de Fornecimento.

Com a celebração do Aditivo Contratual, a Companhia reforça a sua visão quanto ao sucesso e ao caráter estratégico de parceria com a Vestas, iniciada em 2015, e no âmbito da qual a Companhia já efetuou entregas de pás eólicas que resultam em mais de 8,5 gigawatts de potência, tanto para o mercado doméstico quanto para exportação.

## 2.7 Destinação de resultados

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

- a. regras sobre retenção de lucros**
- b. regras sobre distribuição de dividendos**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

		<b>31.12.2023</b>
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>		Nos termos do artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, será destinado para a Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social.
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>		No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 106.567 mil, não havendo, assim, retenção de lucros.
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>		Não aplicável.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>		De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório a parcela correspondente a 25% do saldo remanescente após as seguintes deduções e reversões: 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal; parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções Governamentais; parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida. A parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral e o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional, observado o disposto no artigo 45 do Estatuto.

## 2.7 Destinação de resultados

<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Em regra, a Companhia declara dividendos anuais apurados em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p>De acordo com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria pode levantar balanços trimestrais, ou em períodos menores, e declarar dividendos intermediários ou intercalares a conta de reserva de lucros ou lucros acumulados, ou pagar juros sobre capital próprio, respeitando as regras e limites impostos pela legislação aplicável</p>
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Não aplicável.</p>
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	<p>Não há.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

**ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

**iii. contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

**iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não havia outros itens não evidenciados nas informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

**b. natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia submetem anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia a aprovação do plano orçamentário do exercício subsequente, incluindo o plano de investimentos. Os investimentos destinados ao atendimento de novos contratos de fornecimento de pás firmados em 2022 resultaram em investimentos para aquisição de imobilizado e intangível de R\$ 89,2 milhões no mesmo período. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 os investimentos totalizaram R\$ 66,0 milhões.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores informam que as fontes de financiamento dos principais investimentos de expansão de capacidade produtiva advêm de capital operacional e de capital de terceiros através de linhas de longo prazo com instituições de fomento. A parte necessária, denominada de contrapartida da empresa, vem do caixa da Companhia, formado pela própria geração de caixa operacional da Companhia.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não foram realizados desinvestimentos de capital no último exercício social, nem tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia mantém uma equipe de pesquisa e desenvolvimento de soluções para melhorar o processo de manufatura em pás para aerogeradores, incluindo soluções de

## 2.10 Planos de negócios

coleta e tratamento de dados utilizando IOT (internet das coisas) e inteligência artificial. As pesquisas da Companhia são mantidas em sigilo e tratadas como segredo industrial.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados pela Companhia.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia está comprometida em apoiar a transição energética, rumo a uma economia de carbono neutro, se fortalecendo a cada ano, crescendo com responsabilidade, a partir da crença no potencial de transformação das pessoas.

Para a Companhia, a sustentabilidade é parte indissociável do negócio, tendo evoluído em suas práticas relacionadas a ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês) de maneira que busca integrar a sustentabilidade em seus negócios, estando sempre atenta aos impactos socioambientais de nossas atividades, buscando mitigar os negativos e potencializar os positivos através do gerenciamento de riscos e impactos.

Em 2022, a Companhia passou a integrar a nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (“ISE”), que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023. O objetivo do ISE é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial, apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem melhores práticas ESG, que contribuem para a perenidade dos negócios.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 2.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

**3.1 As projeções devem identificar:**

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Nos termos da regulamentação da CVM, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Nesse sentido, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

### **3.2 Acompanhamento das projeções**

**3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Nos termos da regulamentação da CVM, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Nesse sentido, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4. FATORES DE RISCO

**4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:**

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Cabe aos investidores atuais e potenciais analisar detalhadamente as informações contidas nesse Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, reputação, situação financeira, reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser adversamente afetados por quaisquer dos riscos listados abaixo. O preço de mercado das ações de nossa emissão poderá flutuar em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco e, caso essa flutuação seja negativa, nossos potenciais investidores poderão perder parte ou até mesmo as totalidades de seus investimentos.

Nesta seção, quando nós afirmamos que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou terá um efeito adverso ou negativo sobre nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderia ou poderá afetar adversa ou negativamente nossos negócios, nossa condição financeira, reputacional, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, nossa liquidez, nossos negócios, nosso futuro e o de nossas subsidiárias e o preço de mercado de nossas ações, bem como o preço de outros valores mobiliários que venham a ser emitidos por nós. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Além disso, os riscos descritos abaixo são aqueles que, na data-base deste Formulário de Referência, acreditamos poder afetar substancial e/ou adversamente nossos negócios, reputação, condição financeira e/ou resultados operacionais, influenciando desse modo, eventuais decisões de investimento a nós relacionadas.

Além dos “Fatores de Risco” descritos nesta seção, outras situações e ocorrências também poderão nos afetar adversamente, incluindo fatores de riscos internos não identificados ou não considerados relevantes pela Administração.

- Companhia

***Nossos produtos podem não atingir as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente, podemos não ser capazes de identificar e corrigir estas não conformidades e as pás podem apresentar falhas durante a operação do aerogerador, expondo a empresa a elevados custos com garantia e afetando a reputação da empresa.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossos produtos podem chegar aos parques eólicos com falhas originadas em diversas etapas de nosso processo produtivo ou decorrentes de acidentes ocorridos durante os procedimentos de transporte até sua destinação final, caso a responsabilidade por tal serviço de transporte seja alocada à Companhia. Dentre essas falhas destacamos:

- utilização de matérias-primas não conformes por falha no sistema de inspeção de recebimento de materiais ou outra falha similar;
- erros operacionais não identificados e não corrigidos durante o processo de produção; e/ou
- danos causados durante o transporte, armazenagem e movimentação dos produtos acabados, inclusive quando realizados por nossos clientes.

Nossos contratos de fornecimento contêm cláusulas de garantias de funcionamento dos produtos por nós fornecidos e, eventual falha ou defeito decorrentes dos riscos acima mencionados, podem levar à execução das garantias contratuais por nossos clientes, acarretando custos para a Companhia.

No exercício social encerrado em 31 dezembro de 2023, reconhecemos gastos na execução de serviços para corrigir falhas em produtos apresentadas durante o período de garantia que representaram 0,40% de nossa receita líquida, o que equivale a R\$ 11,4 milhões.

Falhas ou defeitos em nossos produtos, pela razão que seja, acarretando ou não em recalls, podem resultar em gastos com garantia em volumes significativos, que podem, inclusive, não ser integralmente cobertos pelas apólices de seguro vigentes. Caso isso ocorra, poderemos não conseguir contratar seguros para nossos produtos no futuro (ou poderemos só conseguir contratar tais seguros em condições mais onerosas), poderemos ter nossa reputação abalada e poderemos ter que desembolsar valores adicionais relevantes. Qualquer desses fatores poderão afetar adversamente e de forma relevante nossos resultados financeiros e operacionais.

***Podemos ser incapazes de produzir nosso produto em quantidade suficiente ou nos prazos acordados com nossos clientes. Podemos não ser capazes de cumprir as metas de volume de entrega estabelecidos em contratos de fornecimento de pás. Isso pode comprometer as projeções de receitas e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.***

Temos um processo produtivo influenciado e dependente de diferentes fatores externos sobre os quais não temos influência. Nossas cadeias de suprimentos, nacional ou

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

internacional, podem sofrer atrasos nos fornecimentos de matérias primas, sendo que algumas delas não possuem similar nacional e são produzidas em poucos países estrangeiros, dificultando sua obtenção, seja por questões mais diretamente vinculadas à importação, como a volatilidade cambial, seja por questões de estoque insuficiente.

Além disso, podemos experimentar a falta de mão de obra qualificada (inclusive por questões de saúde laboral derivada de doenças em larga escala e pandemias) e sofrer impactos derivados de mudanças relacionadas à logística, questões regulatórias, aduaneiras e fiscais e o funcionamento apropriado de nossas unidades fabris por conta de paradas prolongadas de produção, inclusive decorrentes de quebra de máquinas com alto tempo de reparo, falhas no abastecimento de água, energia elétrica e combustíveis, recebimento de matérias-primas que não cumprem os requisitos de qualidade, principalmente em matérias com ciclos logísticos longos.

Caso ocorram atrasos decorrentes desses fatores, podemos não conseguir cumprir os prazos contratados perante nossos clientes e/ou atender a demanda previamente acordada, resultando em provável aplicação de penalidades como o pagamento de multas, cancelamentos e possível perda de participação de mercado.

O disposto acima, caso ocorra, deverá comprometer nossa estratégia de crescimento e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados.

***Nossa receita está concentrada em poucos clientes. A não renovação de contratos de longo prazo ou a falha de algum dos clientes em cumprirem seus compromissos contratuais podem afetar significativamente, de forma negativa, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.***

O mercado no qual atuamos tem como característica a concentração de um número pequeno de clientes, todos fabricantes de aerogeradores, que invariavelmente possuem alta relevância no faturamento das companhias geradoras de energia renovável decorrente de fontes eólicas para os quais tais clientes prestam serviços e realizam fornecimentos de aerogeradores. Isso ocorre também conosco. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o cliente mais representativo da Companhia, a Vestas, representou 37,6% de nossa receita líquida.

Caso algum dos principais contratos com clientes seja rescindido ou não renovado, ou ainda, algum de nossos clientes for incapaz de cumprir suas obrigações previstas em contrato, total ou parcialmente, especialmente aquelas obrigações relacionadas ao pagamento tempestivo de valores a nós devidos e à colocação de novas ordens de compra nos volumes mínimos definidos em contrato, poderemos ter nossos resultados

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

operacionais e nossa condição financeira afetados de forma relevante e negativa. Para mais informações, veja o item 1.5 deste Formulário de Referência.

***Temos nossas atividades concentradas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o que nos expõe a riscos que, se concretizados, deverão impactar nossa situação operacional e nossas condições financeiras de forma adversa e relevante.***

Atualmente temos três unidades fabris, localizadas no Complexo Industrial e Portuário Pecém, no Estado do Ceará, e os riscos que estamos sujeito nos complexo industrial são: (i) riscos de desastres naturais; (ii) acidentes de grandes proporções; (iii) greves ou paralisações; (iv) imposição de restrições de acesso decorrentes de *lockdown*; (v) perdas ou danos a bens e equipamentos; (vi) perda de licenças essenciais a nossas atividades; ou; (vii) doenças infecto contagiosas, inclusive pandemias, como o surto do coronavírus (COVID-19), que podem levar a uma interrupção ou significativa redução de nossas operações, afetando adversamente e de forma relevante nossa capacidade de produzir, auferir receitas e, consequentemente, obter resultados financeiros satisfatórios.

***Nossos contratos estão sujeitos a diversas penalidades (*liquidated damages*) caso sejamos incapazes de cumprir nossas obrigações lá estabelecidas, resultando, além da aplicação de penalidades pecuniárias, na possibilidade de término antecipado ou declaração de vencimento antecipado do contrato pela respectiva contraparte, impactando significativamente e de forma adversa nossos resultados operacionais e situação financeira.***

Nossos contratos estão sujeitos a diversas penalidades (*liquidated damages*) caso sejamos incapazes de cumprir nossas obrigações lá estabelecidas. Isso pode acarretar a aplicação de multas e possibilidade de rescisão antecipada do contrato por parte do cliente. Assim, podemos ser compelidos a fazer pagamentos a nossos clientes como consequência de falhas no cumprimento de cláusulas contratuais, em especial sobre o prazo de entrega dos produtos, seja por atrasos na construção de prédios, instalação de máquinas e equipamentos, incapacidade de atingir a cadêncie de produção prevista em contrato, ou atraso para atingir volume estabilizado de produção, ou mesmo podemos ter o contrato encerrado antecipadamente por descumprimento de obrigações.

Além disso, alguns de nossos contratos financeiros estabelecem obrigações de fazer e não-fazer por parte da Companhia e de seus acionistas, cujo descumprimento pode levar ao vencimento antecipado das dívidas por eles representadas. Na hipótese de a Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados e acionar disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross-*

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

*(acceleration)*, que poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, veja o item 2.1 “f” deste Formulário de Referência.

Caso qualquer das situações aqui previstas ocorra, poderemos ter nossa reputação, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira afetados substancial e negativamente. Para mais informações, veja a seção 2 deste Formulário de Referência.

***Qualquer surto de doenças, podem produzir efeitos e impactos imprevisíveis e voláteis sobre nossas atividades.***

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem modificar nossas práticas de negócios (incluindo viagens de funcionários, locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências), o que poderia prejudicar o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia e impactar as operações da Companhia.

***Podemos ser incapazes de atrair e reter talentos, afetando tanto nossa capacidade de gestão quanto nossa capacidade técnica em cumprir nossa estratégia.***

A falta de capacidade de retenção de talentos oferece alto risco de perda de diferencial competitivo pois está diretamente ligado a vários custos operacionais, bem como a possíveis prejuízos financeiros. A não retenção de pessoas com potencial e talento, pode comprometer diretamente a qualidade do produto, afetando diretamente a imagem da empresa e gerando altos riscos de desacordos contratuais por parte dos clientes. Ainda, não reter talentos pode elevar o *turnover*, aumentando consequentemente custos de contratação e *onboarding* (treinamento até estarem aptos às funções) e rescisões contratuais. Todos estes fatores certamente têm por consequência a baixa produtividade, riscos de não atendimento às normas de segurança do trabalho, elevados custos operacionais e ainda prejuízos a imagem de um bom lugar para trabalhar e construir uma carreira. Caso não consigamos reter nossos talentos e/ou atrair novos talentos, poderemos ter afetada tanto nossa capacidade de gestão quanto nossa capacidade técnica em cumprir nossa estratégia e, consequentemente, ter nossos resultados impactados de forma relevante e negativa.

***Somos responsáveis por quaisquer perdas e danos decorrentes da não entrega de produtos. As nossas apólices de seguro contratadas podem não ser suficientes para cobrir totalmente tais perdas e danos.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

Perdas ou danos da não entrega do produto e demais situações que não estejam cobertas por nossas apólices de seguro empresarial e de responsabilidade civil, poderão gerar custos extras não previsto sem nossas coberturas.

Podemos não ser capazes de renovar as apólices de seguro e, em caso de renovação, não podemos garantir que conseguiremos renová-las nas mesmas condições contratadas. A ocorrência do aqui disposto pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e na nossa situação financeira.

***Caso não seja capaz de cumprir com as leis e normas de combate à corrupção e lavagem, a Companhia pode ficar sujeita a multas, penalidades ou outras sanções regulatórias, e suas vendas e lucratividade podem sofrer quedas significativas.***

A Companhia, no curso de seus negócios, está sujeita à Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 11.129/2022 (“Lei Anticorrupção”), à Lei n.º 8.429/1992, alterada pela Lei n.º 14.230/2021 (“Lei de Improbidade Administrativa”), às Leis n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021 (“Leis de Licitações”), à Lei n.º 12.529/2011 (“Lei Antitruste”) e à Lei n.º 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”).

Diante disso, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por atos cometidos por seus administradores, funcionários e terceiros que atuem em seu nome, caso estes venham a descumprir com suas políticas e procedimentos anticorrupção e/ou com a Lei Anticorrupção e/ou Lei de Improbidade Administrativa. Falhas em seus procedimentos de auditoria de terceiros (clientes ou fornecedores) podem levar a Companhia a contratar com terceiros inidôneos, ocasião em que a Companhia poderá vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei.

Isto porque, a Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública. Deste modo, pessoas jurídicas, como a Companhia, podem ser afetadas por atos lesivos, ainda que praticados por terceiros agindo em seu interesse ou benefício, sujeitando a Companhia à aplicação de penalidades cíveis e administrativas.

A prática de ato em violação às leis de combate à corrupção ou condutas anticompetitivas, por qualquer funcionário ou administrador da Companhia, ou mesmo por um terceiro agindo no interesse ou benefício da Companhia, pode ensejar a instauração de investigações ou de processos de natureza administrativa ou judicial contra a Companhia, o que poderá impactar de forma adversa a sua imagem e reputação, afetar a sua capacidade financeira e as suas operações, acarretar a eventual aplicação de penalidades previstas nas leis aplicáveis – incluindo multas, suspensão ou impedimento de contratação com o poder público e perda de autorizações e alvarás – e

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

sujeitar seus administradores à inabilitação de suas funções e consequente afastamento da Companhia, bem como a sanções criminais.

No caso de infrações antitruste, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas a uma multa que pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, bem como a penalidades acessórias, que incluem (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas e contratar com o poder público; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

No caso de infrações à Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas às penalidades de (i) multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa; (ii) publicação extraordinária de decisão condenatória; e (iii) reparação integral do dano causado.

***Nossas políticas e controles internos podem ser ineficazes ou podemos ser incapazes de identificar o descumprimento de tais políticas ou sermos ineficientes nas ações corretivas quando identificarmos falhas.***

Nossas políticas e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes e/ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos colaboradores, representantes e membros de nossa administração. Caso nossos colaboradores ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, nós poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que, por sua vez, podem afetar substancial e negativamente os nossos negócios e a nossa imagem.

Nossos controles internos, políticas e manuais, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção por parte de nossos administradores,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

empregados e fornecedores. Ainda, esses controles internos, políticas e manuais podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros de nossa administração, funcionários e terceiros que agem em nosso nome e/ou os representantes de nossos fornecedores atuem em conformidade às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, envolvendo nossa administração, funcionários ou terceiros que agem em nosso nome podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) proibição ou suspensão de nossas atividades; (iii) vencimento antecipado de contratos financeiros; (iv) rescisão de contratos de fornecimento celebrados com nossos clientes; e/ou (v) proibição de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

Ademais, em relação à auditoria de nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas por nossos auditores independentes necessidades de análises de processos de negócio relevantes que assegurem a geração de informações financeiras utilizadas para tomada de decisões e preparação das demonstrações financeiras. A ausência do controle pode ocasionar erros nas demonstrações financeiras, além de impedir que sejam aplicadas avaliações sobre os controles estabelecidos como forma de garantir que estejam adequados e operando adequadamente.

Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos nossos negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como podem afetar negativamente nossa reputação.

***Podemos diluir a participação societária dos titulares de ações ordinárias de nossa emissão e optarmos por captar recursos por meio de oferta subsequente de ações ou pela emissão de títulos conversíveis em ações.***

Podemos decidir expandir nosso negócio, agregando mais acionistas por meio de oferta subsequente de ações de nossa emissão ou pela emissão de títulos conversíveis em ações. Nesses casos, como cada acionista detém uma parte percentual da Companhia, quando entram novos acionistas há uma diluição da fatia de cada um, em termos proporcionais. A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de nossa emissão pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas, podendo resultar na diluição da participação dos nossos acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil da participação dos nossos acionistas. Adicionalmente, ainda que sejam emitidas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de nossa emissão sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação em nosso capital social.

***Falhas em nossa infraestrutura ou nos nossos sistemas de informação, como ataques de hackers e violações de segurança e privacidade, podem afetar nossas operações e causar perdas financeiras, afetando de forma relevante e negativa nossos resultados operacionais.***

O nosso negócio envolve a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais, inclusive de caráter sensível, de clientes, fornecedores e empregados. A nossa tecnologia da informação e infraestrutura podem ser vulneráveis a ataques de hackers ou violações de segurança. Neste caso, terceiros poderão acessar os dados pessoais ou exclusivos de nossos clientes, fornecedores e/ou empregados que estiverem armazenados ou acessíveis através desses sistemas.

Nossas medidas de segurança podem também ser violadas por falha humana, atos ilícitos, erros ou vulnerabilidades de sistema, ou outras irregularidades. Qualquer violação, efetiva ou percebida, pode interromper nossas operações, resultar na indisponibilidade de nossos sistemas ou serviços, na divulgação imprópria de dados, prejudicar de maneira relevante a nossa reputação e marca, resultar em uma exposição jurídica e financeira relevante, levar à perda de confiança do cliente, com impacto adverso sobre nosso negócio e resultados operacionais. Ademais, quaisquer violações da segurança da rede ou de dados de nossos clientes ou fornecedores, incluindo o data center, pode ter efeitos adversos semelhantes. As vulnerabilidades ou violações de dados, reais ou percebidas, pode dar origem a ações contra nós por parte desses terceiros que se sentirem prejudicados, o que também pode afetar negativamente e de forma relevante nossa imagem e nossos resultados.

***Nossos resultados podem ser adversamente impactados de forma relevante pela volatilidade cambial ou pela falha em executar a política de hedge cambial.***

Não temos controle sobre as oscilações do mercado financeiro e podemos falhar na execução da política de *hedge* cambial.

Além disso, as operações de *hedge* nos expõem a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de *hedge* venha a não cumprir com suas obrigações contratuais, ou em que ocorra um descasamento entre o preço subjacente

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

ao contrato de *hedge* e o preço real das mercadorias ou da taxa de câmbio no momento da transação.

A realização de operações de *hedge* pode não ser suficiente para nos proteger dos riscos relacionados a nossas atividades e pode também nos levar a perdas que afetem de forma relevante e adversa a nossa capacidade de pagamento e nossos resultados operacionais e financeiros.

***Nossa situação financeira pode se deteriorar consideravelmente caso os incentivos fiscais regionais, setoriais e/ou incentivos dados a empresas exportadoras sejam alterados ou extintos.***

Possuímos diversos benefícios fiscais, tais como:

- FDI – Fundo de Desenvolvimento da Indústria do Estado do Ceará (“FDI”), instituído pela Lei n.º 10.367, de 7 de dezembro de 1979. O FDI tem como abrangência atividades industriais em todo o estado do Ceará através de incentivos fiscais de ICMS que envolvem (i) a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo devedor mensal do imposto, com dedução de percentual dessa parcela; (ii) o diferimento parcial ou total do imposto; (iii) a concessão de crédito presumido; (iv) a concessão de redução da base de cálculo do ICMS; (v) e a concessão de incentivos financeiros relacionados ao ICMS. A princípio, o prazo de vigência do benefício é até 31 de maio de 2032;
- SUDENE - Redução de 75% do IRPJ para novos empreendimentos na região da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, instituído pelo Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002;
- Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, conforme Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014. O Reintegra tem por objetivo devolver parcial ou integralmente a parcela de tributos incidente na cadeia de produção de bens destinados à exportação;
- Confaz 101/97. O Convênio ICMS Confaz 101/97 concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes, listados no próprio convênio, para o aproveitamento das energias solar e eólica. A princípio, o prazo de vigência do benefício é até 31 de dezembro de 2028;
- Incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura de Caucaia – benefício fiscal relacionado à redução da alíquota de IPTU, ITBI, ISS e taxas ambientais, sanitárias e de construção; e

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

- A extinção ou alteração desses benefícios e/ou a nossa incapacidade de repassar integralmente esses efeitos benéficos a nossas operações ou mesmo aos preços praticados junto a nossos clientes pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e na nossa situação econômico-financeira.

***Tecnologias disruptivas podem tornar nosso produto e/ou nosso processo produtivo obsoletos, afetando nossos resultados operacionais e financeiros de forma adversa e relevante.***

Estamos sujeitos a disruptões tecnológicas que tornem obsoleto o conceito do aerogerador, ou que alterem o design do aerogerador extinguindo a necessidade de uso de pás eólicas ou, ainda, a mudanças em processos de fabricação de pás eólicas que tornem nossos ativos (instalações e *know-how*) obsoletos e sejamos incapazes de nos adequar a tais mudanças, afetando a viabilidade de nosso modelo de negócios e, consequentemente, nossos resultados operacionais e financeiros de forma adversa e relevante.

***A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigirá capital adicional que talvez não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições a nós favoráveis.***

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, dependerá de buscarmos, além de nosso caixa operacional, capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou outros valores mobiliários, inclusive emissão de novas ações, ou contratação de empréstimos. Nossa capacidade futura de captação de capital dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial e brasileira, que são afetadas por fatores fora de nosso controle.

É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, possa não estar em condições a nós favoráveis. A restrição à captação em condições aceitáveis poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados e negócios. Ademais, caso contratemos endividamento adicional, os riscos associados à nossa alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios.

***Estamos sujeitos a resultados desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos que poderão afetar negativamente nossos resultados e nossa situação financeira.***

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos réu ou poderemos nos tornar réu em ações judiciais e administrativas, nas esferas fiscal, cível, trabalhista e penal, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis. Provisões podem não ser constituídas ou, se constituídas, podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente desses processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obrigue a despendere valores significativos. Decisões judiciais desfavoráveis a nós, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas (incluindo as descritas nos itens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário de Referência), que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso relevante nos nossos resultados, negócios e situação financeira. Além disso, decisões desfavoráveis em processos movidos contra nós e/ou contra nossos administradores também poderão causar danos à nossa reputação.

***Estamos sujeitos a riscos relativos ao não cumprimento da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Podemos ser afetados adversamente pela aplicação de sanções, inclusive pecuniárias, por esse não cumprimento.***

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” ou “LGPD”), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece novo marco legal a ser observado pelas empresas no tratamento de dados pessoais (coleta, classificação, utilização, processamento, armazenamento, transferência, eliminação, entre outras operações realizadas com dados pessoais) e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Além de sanções administrativas, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais também prevê que sanções cíveis e penais sejam aplicadas em caso de violação às suas disposições. Assim, podemos estar sujeitos a tais penalidades caso a Companhia não atenda integralmente ao disposto na LGPD no curso das suas operações.

***A ocorrência de um desastre natural, epidemia generalizada de saúde, pandemia ou outros surtos pode prejudicar significativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Desastres naturais, como incêndios ou inundações, o surto de uma epidemia ou pandemia generalizada de saúde ou outros eventos, como guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação pode prejudicar significativamente nossos negócios. A ocorrência de um desastre ou evento similar pode afetar significativamente nossos negócios e operações. Esses eventos também podem nos levar a fechar temporariamente nossas instalações operacionais, o que prejudicaria gravemente nossas operações e prejudicaria seriamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Além disso, nossas vendas líquidas podem ser significativamente reduzidas na medida em que um desastre natural, epidemia ou pandemia de saúde, ou outro evento imprevisível e inevitável prejudique a economia do Brasil ou de outras jurisdições em que operamos. Nossas operações também podem ser gravemente interrompidas se nossos clientes, prestadores de serviços ou outros participantes forem afetados por desastres naturais, epidemias ou pandemias generalizadas de saúde, pandemias ou outros eventos importantes.

- **seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

***Os interesses dos acionistas controladores podem divergir dos interesses dos demais titulares de ações ordinárias da Companhia.***

Levando em consideração que os acionistas controladores possuem, aproximadamente, 42% das ações da Companhia, as tomadas de decisões que necessitarem da aprovação dos acionistas, tais como, eleição dos membros do Conselho de Administração, aquisições, investimentos, financiamentos, entre outras, serão determinadas pelos acionistas controladores, o que pode ser conflitante com os interesses dos demais acionistas. Além disso, tais conflitos de interesse podem resultar em questões de ordem econômica, financeira ou operacional, podendo também levar a litígios o que pode afetar adversamente e de forma relevante as nossas atividades e situação financeira e, consequentemente afetar nossos resultados operacionais.

***Os titulares das ações por nós emitidas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório***

De acordo com nosso estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos obrigatórios.

Em determinadas circunstâncias, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório. Dentre elas:

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;
- caso o fluxo de caixa e os lucros da subsidiária, bem como a distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, não ocorra, comprometendo os resultados e, consequentemente, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório pela Companhia; e/ou
- a existência atual ou futura de restrições à distribuição de dividendos nos contratos de financiamento ou demais instrumentos de dívida celebrados pela Companhia.

Além disso, alguns dos contratos de financiamento e demais instrumentos de dívida celebrados pela Companhia incluem restrições quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas o que, por consequência, pode limitar a disponibilidade de caixa da Companhia e comprometer a sua habilidade de fazer distribuições de proventos aos acionistas.

Dessa forma, os titulares das ações de nossa emissão podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

- **seus administradores**

*Os interesses de nossos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação de nossas ações, na medida em que suas remunerações são baseadas, em parte, em planos de opções de compra de ações.*

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossos Administradores são beneficiários de planos de remuneração baseado em ações, nos termos do qual os potenciais ganhos para os beneficiários estarão vinculados a valorização do preço de nossas ações no mercado. O fato de os membros da nossa Administração receberem, como parte de sua remuneração, planos de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia, pode levar tais pessoas a ficar com seus interesses vinculados à cotação de ações de nossa emissão, de modo a exercer o poder de controle sobre a Companhia, incluindo sobre suas estratégias de desenvolvimento, e seus gastos, de maneira divergente em relação aos interesses de nossos acionistas.

Para mais informações sobre os planos de remuneração baseado em ações, ver o item 8.4 deste Formulário de Referência.

- **suas controladas e coligadas**

Não existem riscos associados à controladas e coligadas.

- **seus fornecedores**

***A interrupção no recebimento de matérias primas e insumos poderá causar efeitos adversos às nossas operações e aos nossos resultados.***

Dependemos largamente do fornecimento de matérias-primas e insumos por fornecedores locais e internacionais, principalmente as fibras de reforços (fibra de vidro e fibra de carbono), a resina epóxie o núcleo de espuma e madeira de balsa. Tais fornecimentos são majoritariamente regulados por contratos de longo prazo celebrados com diversos fornecedores. Interrupções no fornecimento de matérias-primas ou insumos essenciais a nosso processo produtivo poderão ocorrer por diversas razões, incluindo disruptões na cadeia logística marítima internacional. A impossibilidade de obtermos matérias-primas ou insumos de forma a mantermos a produção constante, devido a não manutenção das atuais relações com fornecedores de matérias primas, à renegociação de contratos, seu término, ou por qualquer outra razão, poderá causar efeito adverso às nossas atividades.

***Utilizamos insumos que estão sujeitos a flutuações de preços de commodities, fazendo com que os reflexos de tais flutuações de preços tenham que ser repassados ao longo da cadeia de valor que está inserido o nosso negócio.***

Os insumos que utilizamos são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado às condições econômicas internacionais e nacionais. Estamos sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, impactando nos custos de aquisição de matérias-

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

primas. Sendo assim, podemos não ser capazes de repassar esses custos aos nossos clientes, podendo diminuir a nossa margem de lucro e causando um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, várias fontes de risco na cadeia de fornecimento, incluindo greves ou paralisações, perda ou danos aos nossos equipamentos ou a seus componentes enquanto estiverem em trânsito ou armazenamento, desastres naturais ou a ocorrência de uma enfermidade ou surto de doenças ou guerras, poderiam limitar o fornecimento dos insumos usados em nossas instalações.

- **seus clientes**

***Podemos ser responsabilizados por danos causados à jusante da cadeia de valor, resultando em custos não previstos e possível dano à reputação da Companhia.***

Os aerogeradores equipados com as pás por nós produzidas podem sofrer falhas que afetem de forma parcial ou até mesmo inviabilizem sua operação dentro dos parâmetros de segurança e eficiência especificados, tais como vibrações estruturais no aerogerador acima dos limites previstos no projeto dos aerogeradores elaborado por nossos clientes, vindo a afetar negativamente o relacionamento de nossos clientes com os proprietários de parque eólicos e, consequentemente, podendo afetar negativamente e de forma relevante nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***Uma deterioração na capacidade de pagamento dos nossos clientes pode afetar significativamente a capacidade financeira da Companhia.***

Atuamos em um segmento específico. Além disso, temos grande concentração de receita em poucos clientes. Caso haja uma deterioração na capacidade de pagamento dos nossos clientes, nossos resultados poderão ser afetados, dentro dos prazos estabelecidos nos contratos com nossos clientes, pois a possibilidade de vendermos nosso produto, que seria destinado a este cliente, para outro clientes/empresa é muito baixa. Corremos ainda o risco de ficarmos com estoque de matérias-primas de uso exclusivo deste cliente. Caso isso ocorra, seremos afetados de maneira relevante e adversa.

- **setores da economia nos quais o emissor atue**

***Nossas operações podem ser adversamente afetadas por restrições à estrutura logística e de transportes do Brasil.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O Brasil é um país extenso e muito plural em sua geografia e, devido a isso, sempre foi pontuada como uma dificuldade para o país o desenvolvimento de uma rede de transportes completa, sendo ainda nossa malha hidroviária, ferroviária e rodoviária deficitária e ineficiente se comparado o estado da infraestrutura e a demanda atual. Contribuindo com esta situação, somam-se os altos preços de combustíveis, pedágios e impostos cobrados nas diferentes modalidades de transporte.

Especificamente ao nosso negócio, temos a necessidade de obtenção de licenças específicas para o transporte das pás eólicas até os locais de destinação de nossos produtos realizados por nossos clientes e estrutura de acompanhamento ao transporte por meio de veículos batedores, bem como restrições nos horários de tráfego e infraestrutura ao longo do trajeto. Tudo isso certamente influencia nossos custos logísticos e pode impactar prazos de entrega aos clientes acarretando multas contratuais, dentre outras penalidades, impactando nossa situação financeira.

- **regulação dos setores em que o emissor atue**

*A demanda por instalação de parques eólicos pode flutuar consideravelmente nos mercados nos quais atuamos por conta de fatores políticos, volatilidade cambial, regulatórios, econômicos e ambientais, impactando negativamente e de forma relevante nas vendas e, consequentemente, nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.*

O mercado em que atuamos é um mercado altamente influenciado por políticas públicas, concessão de subsídios governamentais, regulamentação, questões de natureza ambiental e volatilidade cambial, dentre outros fatores. Adicionalmente, existem outras tecnologias de energia renovável que podem vir a concorrer com nossos produtos ou a substituir a forma atualmente utilizada para a geração de energia decorrente de fonte eólica o que inclusive pode levar a uma mudança de políticas públicas e diminuição ou cancelamento de incentivos à produção de energia eólica. Desta forma, estamos sujeitos a políticas públicas não favoráveis, cancelamento de subsídios governamentais, legislações ambientais mais restritivas e mudanças na regulamentação que não conseguimos prever neste momento. Qualquer desses fatores pode impactar negativamente e de forma relevante e permanente nossos volumes de produção e venda e, consequentemente, nossos resultados operacionais e financeiros.

*O setor de energia elétrica no Brasil sofre forte influência regulatória e política e uma mudança nas diretrizes de desenvolvimento do setor elétrico pode impactar na demanda por pás eólicas.*

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

O setor de energia elétrica no Brasil é amplamente regulado pelo governo, que possui competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica. O setor elétrico é segmentado entre as empresas que atuam nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Os agentes da categoria de geração podem ser enquadrados em diferentes regimes jurídicos, a depender das especificidades do seu ato de outorga (e.g. serviço público, produção independente de energia elétrica, autoprodução), sendo os geradores de energia eólica, em sua maioria, enquadrados como Produtores Independentes de Energia Elétrica (“PIEs”), sujeitos à autorização do Poder Concedente para produzir energia destinada à comercialização por sua conta e risco.

A comercialização de energia no Brasil é realizada nos chamados Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACR a energia é vendida às distribuidoras de energia elétrica e a contratação é feita por meio de leilões de energia promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), sob delegação do Ministério de Minas e Energia (“MME”), não havendo flexibilidade para negociação das condições contratuais, que seguem as minutas aprovadas pela ANEEL. Já os contratos de compra e venda de energia celebrados no ACL são negociados livremente entre as partes (geradoras, comercializadoras, consumidores livres e especiais) e o preço e demais condições (e.g. prazos) são acordados entre o comprador e vendedor da energia. Os contratos de comercialização de energia elétrica devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Alterações na regulação atual ou nas condições impostas para obtenção de autorização para se estabelecer como PIEs, categoria na qual os geradores de energia eólica, em sua maioria, são enquadrados, mediante a exploração de projetos de geração de energia eólica, poderão ter impacto na atratividade de tais projetos, refletindo, consequentemente, aumento ou redução dos preços da energia comercializada pelos geradores eólicos, seja no ACR ou no ACL. Caso tal impacto seja negativo, tais alterações poderão afetar adversamente a demanda por pás eólicas e, consequentemente, nossas condições operacionais e financeiras.

***Uma mudança significativa na taxa de câmbio pode afetar nossa competitividade em mercados internacionais.***

A taxa de câmbio tem papel fundamental na economia de um país, uma vez que pode influenciar diretamente no sistema econômico, afetando as empresas nacionais. A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar ou outras moedas estrangeiras

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

pode resultar em pressões inflacionárias adicionais no nosso país, levando a um aumento nas taxas de juros, limitando nosso acesso aos mercados estrangeiros e enfraquecendo a confiança dos investidores no Brasil. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do país, o que pode comprometer as exportações brasileiras. Qualquer um desses eventos pode prejudicar de forma relevante e negativa a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossos resultados.

A constante flutuação no câmbio e variação do Real frente às moedas internacionais, entre elas principalmente o dólar, oferece grande risco ao nosso segmento de atuação, devido principalmente ao fato de a maior parte dos clientes serem internacionais. Para as empresas exportadoras, a baixa do dólar oferece menores benefícios, pois o pagamento dos produtos comercializados será feito com uma moeda desvalorizada, acarretando a nós possíveis prejuízos financeiros e perda de competitividade frente aos players internacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$ 4,8413 por US\$ 1,00, representando uma valorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 7,2%, em relação a 31 de dezembro de 2022.

Uma desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nossa negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

***Mudanças das regras tributárias e trabalhistas podem afetar adversamente nossos custos, bem como comprometer nossas margens no produto vendido localmente.***

Mudanças de regras tributárias oriundas de novas legislações podem acarretar custos extras e não planejados, tanto diretamente em nosso processo produtivo, quanto em nossa cadeia de suprimentos, que poderão nos repassar custos adicionais. Não conseguimos prever tais mudanças nas leis ou ter influência sobre elas. Da mesma forma, mudanças repentinas em leis trabalhistas, federais, estaduais, municipais e ainda sindicais podem sofrer acréscimos de encargos trabalhistas, influenciando negativamente nossos custos operacionais e comprometendo de forma imprevisível nosso planejamento financeiro, comprometendo diretamente nossos resultados.

- **países estrangeiros onde o emissor atue**

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Uma escalada de protecionismo pode inviabilizar nossas exportações com significativo impacto em nossa receita.***

O protecionismo é utilizado por praticamente todos os países em maior ou menor grau, sendo um conjunto de medidas a serem tomadas no sentido de favorecer as atividades econômicas internas, reduzindo e dificultando ao máximo, a importação de produtos e a concorrência internacional. Quanto maior o poder econômico de um país, maior será seu grau de influência no mercado internacional. No mercado em que atuamos, há vários países fabricantes de pás eólicas com grande poder econômico. Dentre eles vale destacar, como exemplo, os Estados Unidos. Caso os Estados Unidos decidam estabelecer alguma medida protecionista ou acordos comerciais com outros países que exportam pás, nossa competitividade pode diminuir inviabilizando nossas exportações e com isso impactar de forma relevante e adversa nossa receita e nossos resultados.

- ***questões sociais***

***A ação de grupos contrários à geração de energia eólica pode influenciar a legislação e comprometer a viabilidade da geração de energia eólica.***

A energia eólica pode causar impactos ambientais não desprezíveis, como mortes de animais, especialmente avifauna que venha a chocar-se com as pás em pleno voo, danos causados pela fabricação de matérias-primas e emissão de gases de efeitos estufa durante os procedimentos de transporte dos nossos produtos desde o chão de fábrica até os locais de destinação final realizados por nossos clientes, fatores esses que ocorrem a jusante da nossa cadeia de atuação. Exposições de mídia a esse respeito podem relacionar a imagem da empresa e do setor eólico aos danos acima citados. Caso isso ocorra, podemos ter afetada negativamente e de forma relevante nossa reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

- ***questões ambientais***

***Nossas atividades estão sujeitas a extensa regulamentação ambiental e o descumprimento dessas normas pode causar impactos às nossas operações.***

Devido à natureza das atividades desenvolvidas, a Companhia está sujeita a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção ambiental, cujo cumprimento é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Eventuais descumprimentos dessas normas poderão ensejar responsabilidade da Companhia e, em algumas hipóteses, de seus administradores nas esferas criminal,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

administrativa e civil, nos termos do artigo 225, § 3º da Constituição Federal, o que poderá causar efeitos adversos em nossos resultados e negócios, inclusive sob o ponto de vista reputacional. Para mais informações, veja o item 1.6 deste Formulário de Referência.

***Nossos controles internos no cumprimento da legislação ambiental podem falhar causando restrições à nossa operação.***

A continuidade de nossas operações depende da total conformidade com a legislação ambiental vigente. Eventuais falhas neste controle, incluindo na gestão da regularidade de terceiros contratados para diversos serviços como transporte e destinação de resíduos sólidos, podem acarretar sanções administrativas e criminais, incluindo eventual paralisação de nossas operações, bem como a responsabilização por recuperar e/ou compensar eventuais danos ambientais causados, impactando de forma relevante e adversa nossos resultados.

- **fatores macroeconômicos**

***Um mercado ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las pelo preço e/ou na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial em relação aos seus investimentos; e (ii) restrições ao investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como o dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

***A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda de nossos valores mobiliários pelo preço e momento desejados.***

O mercado de valores mobiliários brasileiro é menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Além disso, o mercado secundário de ações no Brasil apresenta liquidez limitada. Não podemos assegurar que, após a conclusão de nossa oferta pública inicial de ações, haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo subscritor de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião desejados. Além disso, o preço das ações vendidas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito a volatilidade imediatamente após sua realização. Essas características de mercado podem limitar a capacidade dos detentores de ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente seu valor de negociação.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar desfavoravelmente o negócio, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia.***

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossas atividades, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

- Flutuações de taxas de juros;
- Políticas de controle de taxa de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez disponível no mercado doméstico de crédito e no mercado financeiro;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do produto interno bruto (“PIB”);
- Alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Flutuações cambiais;
- Alterações na Política fiscal ou criação de novos tributos;
- Aumento de desemprego;
- Saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a pandemia de COVID-19; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro sobre as políticas ou regras que envolvem os fatores macroeconômicos listados acima podem afetar adversamente as atividades da Companhia e a análise de sensibilidade a taxas de juros mais altas. Além disso, mudanças nos preços das ações ordinárias de companhias abertas, ausência de crédito disponível, redução de gastos, desaceleração da economia global, instabilidade da taxa de câmbio, aumento das taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

podem diretamente ou afetar adversamente e indiretamente a economia brasileira e os mercados de capitais, o que poderia reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, com um efeito adverso sobre as ações da Companhia, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.***

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, afetaram e continuam a afetar a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

***A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios os resultados e o preço das ações da Companhia.***

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos, e os desdobramentos da pandemia da COVID-19, observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.).

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, com o resultado das eleições de 2022 e, considerando que o presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira, há incertezas que podem vir a afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o desempenho da Companhia. Não podemos prever quais políticas o presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

***Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (“Rating”) pode afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.***

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB- com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, com perspectiva positiva, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022. E em dezembro de 2023 a Standard & Poor's elevou o rating para BB com perspectiva estável. O upgrade do rating foi devido principalmente a aprovação da reforma tributária no país.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para "Ba2" com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além perspectiva para estável, esperando que o Governo Federal reúna esforços para aprovar reformas necessárias, em particular para a Previdência. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país, reafirmando o posicionamento em abril de 2022. Em maio de 2024 a Moody's manteve a nota de crédito do Brasil no nível Ba2, mas mudou a perspectiva de estável para positiva.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito do Brasil para "BB+" com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada, e rebaixou em maio de 2016 para "BB" com perspectiva negativa. Manteve-se em 2017 e rebaixou para o "BB-" em fevereiro de 2018. Como resultado, os preços de negociação de títulos de dívida e ações de emissores brasileiros foram afetados negativamente. Em 2020 e 2021, a agência de classificação de riscos Fitch Ratings manteve o rating de crédito soberano do Brasil em "BB-", na avaliação, a Fitch destacou o peso das incertezas fiscais, além da alta da inflação e da volatilidade do real, em julho de 2022, retornou para BB- com perspectiva estável. Em julho de 2023, a Fitch Ratings elevou de "BB-" para "BB" a nota de crédito do Brasil, com perspectiva em estável e até o momento se manteve nesse rating.

A Companhia não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.***

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia (“SELIC”) tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo.

O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45% e 3,18% em 2021, 2022 e 2023, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M), e de 10,6%, 5,79% e 4,62% em 2021, 2021 e 2023, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA).

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar

#### **4.1 Descrição dos fatores de risco**

não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1º - Nossos produtos podem não atingir as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente, podemos não ser capazes de identificar e corrigir estas não conformidades e as pás podem apresentar falhas durante a operação do aerogerador, expondo a empresa a elevados custos com garantia e afetando a reputação da empresa.

2º - A demanda por instalação de parques eólicos pode flutuar consideravelmente nos mercados nos quais atuamos por conta de fatores políticos, volatilidade cambial, regulatórios, econômicos e ambientais, impactando negativamente e de forma relevante nas vendas e, consequentemente, nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

3º - Podemos ser incapazes de produzir nosso produto em quantidade suficiente ou nos prazos acordados com nossos clientes. Podemos não ser capazes de cumprir as metas de volume de entrega estabelecidos em contratos de fornecimento de pás. Isso pode comprometer as projeções de receitas e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

4º - Nossa receita está concentrada em poucos clientes. A não renovação de contratos de longo prazo ou a falha de algum dos clientes em cumprirem seus compromissos contratuais podem afetar significativamente, de forma negativa, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

5º - Temos nossas atividades concentradas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o que nos expõe a riscos que, se concretizados, deverão impactar nossa situação operacional e nossas condições financeiras de forma adversa e relevante.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Este item destina-se a descrever os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Tais riscos referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, relacionados às oscilações de câmbio, preço e taxas de juros.

#### Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas provenientes de inadimplência de suas contrapartes.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia são provenientes de empréstimos tomados com instituições financeiras com vencimento de longo prazo e realização da venda de seus produtos. As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da necessidade do pagamento de matéria-prima para produção, das despesas operacionais, despesas com salários e outros desembolsos operacionais.

Caso a Companhia não possua liquidez para honrar suas obrigações relativas a financiamento, debêntures e fornecedores, os respectivos credores da Companhia poderão: (i) declarar o vencimento antecipado dos contratos de financiamento e debêntures emitidos pela Companhia, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-acceleration* e *cross-default*) de outras obrigações da Companhia; e (ii) tomar as medidas judiciais cabíveis para cobrança dos respectivos créditos, o que pode afetar os resultados operacionais da Companhia de forma negativa.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros nas posições:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Fornecedores</b>	288.763	336.048
<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures</b>	1.695.593	1.816.726

#### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

<b>Outras contas a pagar</b>	1.289	7.293
<b>Total</b>	<b>1.985.645</b>	<b>2.160.067</b>

##### Risco de Mercado

O risco de mercado está associado ao impacto gerado pelas variações dos ativos e passivos da Companhia, bem como nas receitas oriundas das oscilações de taxa de câmbio, taxas de juros e indexadores, conforme demonstrado a seguir.

A seguir demonstramos a exposição cambial da Companhia:

	<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>
<b>Saldos indexados em</b>		
<b>dólares</b>	<b>(US\$)</b>	<b>(US\$)</b>
Fornecedores no Exterior	55.595	62.378
Cliente no exterior	(15.861)	(13.360)
Contratos de swap/NDF	-	-
<b>Posição Líquida</b>	<b>39.734</b>	<b>49.018</b>

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos financeiros tem os seguintes valores:

	<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>31 de Dezembro de 2022</b>
<b>Taxa variável - CDI</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos Financeiros	1.056.344	1.046.246
Passivos Financeiro	(1.598.850)	(1.811.297)
<b>Total</b>	<b>(542.506)</b>	<b>(765.051)</b>

Adicionalmente, conforme descrito na seção 1.4(e) deste Formulário de Referência, a produção da Companhia está sujeita ao fornecimento de determinadas matérias primas, as quais, atualmente, são fornecidas por poucos fornecedores no mercado.

##### Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros está ligado à possibilidade da variação da taxa de juros que especificam os ativos e passivos da Companhia. Eventual aumento da taxa de juros poderá

#### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

provocar aumento dos custos de captação da Companhia, bem como dos custos dos empréstimos. Os efeitos desses movimentos são refletidos no resultado financeiro da Companhia.

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto de mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado. O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e publicações BC Focus).

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2023 em 11,65% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (14,56% a.a.) e 50% (17,48% a.a.), respectivamente. A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2024, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar, indicando a deterioração na situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada abaixo:

31 de dezembro de 2023 (Milhares de reais)				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos		Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	CDI	11,65%	1.056.344	11,65%	123.064	14,56%	153.830	17,48%	184.596
Posição Passiva	CDI	11,65%	(1.598.850)	11,65%	(186.266)	14,56%	(232.833)	17,48%	(279.399)
<b>Exposição líquida</b>			<b>(542.506)</b>		<b>(63.202)</b>		<b>(79.003)</b>		<b>(94.803)</b>

#### Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

O risco de câmbio está atrelado às significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. A elevação da taxa de câmbio poderá acarretar um aumento no valor do endividamento financeiro da Companhia, se houver novas contratações de empréstimos contraídos em moedas estrangeiras, bem como aumento no custo de compra de matéria prima importada.

#### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das contas da Companhia a receber derivadas de exportação representaram 2% do total consolidado de contas a receber, na posição dessa data base, não havia contratos ativos relacionados ao endividamento financeiro da Companhia em moedas estrangeiras. Ainda, nesse mesmo período, 70% da matéria-prima da Companhia foi adquirida em moeda estrangeira, sendo que 68% deste montante em dólares norte-americanos.

Eventualmente, tais instrumentos derivativos poderão deixar a empresa exposta e afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira, os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de pagamento. Para mais informações sobre o nível de endividamento da Companhia, veja item 2.1 deste Formulário de Referência.

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto de mudanças em relação às variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, o cenário provável (cenário base) considerou a manutenção da cotação do dólar.

Os cálculos estimados pela Administração da Companhia estão refletidos no cenário provável, conforme tabela abaixo:

31 de dezembro de 2023			Cenário Provável		Cenário Provável -25%		Cenário Remoto - 50%		
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	4,84	76.788	4,84	-	6,05	19.197	7,26	38.394
Posição Passiva	USD	4,84	(269.152)	4,84	-	6,05	(67.288)	7,26	(134.576)
Exposição líquida			(192.364)		-		(48.091)		(96.182)

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:**

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que possuem potencial capacidade de influenciar a decisão de investimento. Para tanto, foram considerados critérios quantitativos combinados com critérios qualitativos.

O critério qualitativo baseia-se na natureza e no potencial impacto dos processos sobre os negócios, operações e a imagem da Companhia. Foram analisados processos que, de acordo com suas características e desenvolvimentos, possam ter um efeito significativo nessas frentes. Incluíram-se situações que poderiam afetar a reputação, relacionamentos com *stakeholders*, conformidade legal, responsabilidade social, operações e outras dimensões relacionadas ao desempenho da Companhia.

Já o critério quantitativo concentrou-se no valor financeiro associado aos processos. Todos os processos que, individualmente, envolvessem um valor acima de 1% do patrimônio líquido da Companhia no último exercício social, isto é, R\$ 11.382.580,00, foram considerados relevantes.

### Processos cíveis

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos cíveis individualmente relevantes.

### Processos tributários

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em um processo tributário individualmente relevante:

Auto de Infração nº 0317900.2023.00083-9	
<b>JUÍZO</b>	DRJ - Delegacia Regional de Julgamento
<b>INSTÂNCIA</b>	1ª Instância
<b>DATA DE INSTAURAÇÃO</b>	12/03/2024
<b>PARTES NO PROCESSO</b>	Sujeito Ativo: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Sujeito Passivo: Companhia
<b>VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS</b>	A Companhia foi cobrada:  (i) No valor do imposto sobre importação do referido material (R\$ 43.058.336,07),

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>acrescido de juros (R\$ 32.293.752,29) e multa de 75% (R\$ 13.817.815,22);</p> <p>(ii) No imposto sobre produtos industrializados na Importação (principal – R\$ 4.305.833,07, juros - R\$ 3.229.375,02 e multa de 75% - R\$ 1.381.781,30); e</p> <p>(iii) Na multa do art. 711 do Regulamento Aduaneiro, em R\$ 3.588.194,00.</p> <p>Perfazendo-se o montante de R\$ 101.675.086,97.</p>
<b>PRINCIPAIS FATOS</b>	<p>A Companhia importou, no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2023, perfis planos pultrudados de fibra de carbono de diversas larguras, espessuras e comprimentos, acondicionados em bobinas , utilizados na produção de longarinas de pás eólicas e classificou-os erroneamente nas importações (até fevereiro de 2021). A fiscalização constatou que houve erro de classificação, por corresponder a uma obra de fibra de carbono.</p> <p>Como resultado deste erro de classificação, a Companhia foi cobrada na diferença referente a alíquota maior do imposto , com repercussão no valor do IPI devido e multa regulamentar de 75% nos termos do ART 44 , da Lei nº 9.430/96.</p>
<b>RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS</b>	Não houve decisão de mérito proferida até o presente momento.
<b>ESTÁGIO DO PROCESSO</b>	Atualmente, ainda se trata de procedimento fiscal.
<b>PROBABILIDADE DE PERDA</b>	Possível
<b>MOTIVO DA RELEVÂNCIA</b>	Valor autuado. Não há maiores riscos para a Companhia, considerando que a divergência de entendimento relativa ao NCM foi resolvida com a unificação promovida pela TEC 2022.
<b>ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO</b>	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

#### Processos trabalhistas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em um processo trabalhista individualmente relevante:

Ação Civil Pública Cível nº 0000134-14.2023.5.07.0030	
<b>JUÍZO</b>	1ª Vara do Trabalho da Comarca de Caucaia - CE

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>INSTÂNCIA</b>	1ª Instância
<b>DATA DE INSTAURAÇÃO</b>	24/03/2023
<b>PARTES NO PROCESSO</b>	Requerente: SINTRAMOC Requerida: Companhia
<b>VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS</b>	A ACP contém o requerimento de condenação da Companhia ao pagamento de adicional de insalubridade devido a todos os empregados expostos a ambiente supostamente insalubre, bem como os reflexos (incluindo FGTS, INSS, DSR, férias mais 1/3, 13º salário, horas extras, adicionais, verbas rescisórias), havendo ainda pedido de dano moral coletivo ("dumping social"), no percentual de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da Companhia.  Valor da Causa: R\$ 55 milhões
<b>PRINCIPAIS FATOS</b>	A ACP foi instaurada em 24/03/2023, com o objeto acima, tendo sido realizada, em 15/05/2023, audiência de conciliação entre o Requerente e a Companhia. Na audiência de conciliação, em que não houve acordo.
<b>RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS</b>	Não houve decisão de mérito proferida até o presente momento.
<b>ESTÁGIO DO PROCESSO</b>	Atualmente, o processo está em fase de instrução, com laudo pericial favorável para Aeris. A audiência de instrução e razões finais está designada para o mês de maio/2024.
<b>PROBABILIDADE DE PERDA</b>	Remota
<b>MOTIVO DA RELEVÂNCIA</b>	A relevância do processo para a Companhia considera a natureza jurídica da ação e seus possíveis reflexos, especialmente do ponto de vista obrigacional.
<b>ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO</b>	Não é possível afirmar com precisão os impactos decorrentes do deslinde da ACP, observado, porém, que estes seriam potencialmente significativos, do ponto de vista econômico, em caso de condenação da Companhia.

#### Processos ambientais

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não estavam envolvidas em qualquer processo de natureza ambiental.

#### Outros

#### **4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não estavam envolvidas em quaisquer processos de outras naturezas que não as citadas acima individualmente relevantes.

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### 4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

#### Processos cíveis

Em 31 de março de 2024, não foram indicados processos cíveis relevantes no item 4.4 e, portanto, não há provisionamento realizado pela Companhia.

#### Processos tributários

Em 31 de março de 2024, não foram indicados quaisquer processos tributários relevantes no item 4.4 e, portanto, não há provisionamento realizado pela Companhia.

#### Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2024, foi indicado um único processo trabalhista relevante no item 4.4., com sua chance de perda classificada como remota e, portanto, não há provisionamento realizado pela Companhia.

#### Processos ambientais

Em 31 de março de 2024, não foram indicados quaisquer processos ambientais relevantes no item 4.4 e, portanto, não há provisionamento realizado pela Companhia.

#### Outros

Em 31 de março de 2024, não foram indicados quaisquer processos de outras naturezas que não mencionadas acima relevantes no item 4.4 e, portanto, não há provisionamento realizado pela Companhia.

#### **4.6 Processos sigilosos relevantes**

**4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Até 30/04/2024, a Companhia e suas controladas informam que não possuem processos sigilosos relevantes a que referir neste item 4.6.

## 4.7 Outras contingências relevantes

### 4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

#### Informações adicionais ao item 4.4.

Em 30 de abril de 2024, existiam 36 (trinta e seis) Autos de Infração lavrados em relação às declarações de importação da Companhia, com aplicação de multa por erro de classificação fiscal de mercadoria (fibra de carbono pultrudada), somado à diferença de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, bem como, em alguns casos, desclassificação de regime de *drawback* com reflexo de diferenças no PIS/COFINS.

Ainda que não sejam individualmente relevantes, a Companhia entende que o Autos de Infração em conjunto são relevantes, uma vez que o valor envolvido dos Autos de Infração soma R\$ 37.395.148,49 (trinta e sete milhões trezentos e noventa e cinco mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

#### 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política”), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora especialmente os riscos aos quais está exposta em linha com os itens 4.1, 4.2 e 4.3 do Formulário de Referência. Tratam-se de eventos incertos que podem afetar em maior ou menor grau, se realizados, os ativos e o patrimônio da Companhia.

Dentre esses, podemos citar:

- i. **Risco Cibernético:** está associado a ataques cibernéticos, assim compreendidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.
- ii. **Risco de Compliance:** está associado a aplicações de punições legais e/ou regulatórias, bem como a perdas reputacionais e/ou financeiras, decorrentes de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis, regulamentações, do Código de Conduta e/ou de políticas corporativas da Companhia.
- iii. **Risco Estratégico:** está associado à tomada de decisão da alta administração e pode gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- iv. **Risco Financeiro:** está associado às operações financeiras/contábeis da Companhia e à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções. Adicionalmente, é o risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas estabelecidas.
- v. **Risco de Imagem:** está associado à ocorrência de evento que pode causar impacto negativo à reputação, credibilidade ou marca da Companhia.
- vi. **Risco de Liquidez:** está associado à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, no vencimento ou somente fazê-lo incorrendo em perdas significativas.
- vii. **Risco Operacional:** está associado à ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; entre outros.
- viii. **Risco de Produto:** está associado a uma eventual desconformidade com as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente ou possíveis falhas dos produtos da Companhia durante a operação do aerogerador, expondo a Companhia a Riscos de Imagem e Riscos Financeiros.
- ix. **Risco Regulatório:** está associado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores que podem afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.
- x. **Risco Socioambiental:** está associado à ocorrência de perdas em virtude de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

xi. **Risco Tecnológico:** está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

As ações resultantes da análise de riscos mencionados no item, classificados conforme a relação entre probabilidade de ocorrência e impacto caso ocorram estão identificadas no subitem “ii” da letra “b” deste item 5.1 abaixo.

Além dos riscos acima mencionados, a Companhia busca proteção contra os seguintes riscos de mercado:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e o tratamento destes visa reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e/ou reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia.

Depois de identificados, avaliados e mensurados, a Companhia define o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

Existem várias alternativas para tratamento dos riscos:

- **Evitar o Risco:** decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de risco;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Aceitar o Risco:** caso a Companhia opte por aceitar o risco, existem quatro alternativas possíveis: reter, reduzir, transferir/compartilhar ou explorar o risco, conforme segue:
  - o **Reter o Risco:** manter o risco no nível atual de impacto e probabilidade;
  - o **Reducir o risco:** a Companhia toma ações no sentido de minimizar a probabilidade e/ou impacto do risco;
  - o **Transferir e/ou compartilhar:** a Companhia realiza atividades que visam à redução do impacto e/ou da probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência ou do compartilhamento de uma parte do risco; e
  - o **Explorar o Risco:** a Companhia aumenta o grau de exposição ao risco na medida em que isto possibilita vantagens competitivas

Adicionalmente, destacamos os principais instrumentos que são utilizados para proteção patrimonial:

- **Taxa de Juros:** diversificação de índices para as aplicações financeiras da Companhia, construindo assim um portfólio pulverizado de riscos. Além disso, a Companhia gerencia sua exposição líquida considerando valores, prazos e taxas de juros dos seus financiamentos e empréstimos.
- **Taxa de Câmbio:** a Companhia se utiliza dos instrumentos financeiros devidamente alinhados às exposições que às necessitam, sejam eles NDF, para cobertura de suas importações diretamente relacionadas a sua produção (matéria-prima e demais itens de estoques), ou seja, de Swap, para dívidas em moeda estrangeira. A Companhia conta com um controle gerencial através de planilhas que acompanha os volumes de exposição e a necessidade de contratação de instrumentos para proteção.
- **Risco de Líquidez:** Companhia adota em suas práticas o monitoramento de suas contas afim de manter índices de liquidez adequados para o perfeito cumprimento de suas obrigações; bem como gerencia suas reservas para situações inesperadas, investimentos ou oportunidades de negócios futuros.
- **Risco de Crédito:** a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito a medida em que faz a gestão da carteira de clientes. Diversifica suas vendas entre os principais clientes do mercado eólico e as distribui tanto para o mercado interno como para mercado externo (exportação). Adicionalmente, analisa as demonstrações financeiras dos clientes, bem como mantém um monitoramento de perto dos principais indicadores

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de mercado dos quais estão inseridos (leilão e projetos eólicos). Adicionalmente, a Companhia adota como prática a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.

- **Risco de Mercado:** a Companhia monitora e se utiliza de instrumentos financeiros para mitigar os riscos associados às oscilações de taxas de juros e de câmbio. Adicionalmente controla seus Ativos e Passivos a fim de garantir um equilíbrio em suas contas e reduzir possíveis exposições aos riscos de Mercado.

Quanto a concentração de determinadas matérias primas em poucos fornecedores, a Companhia tem buscado, juntamente com seus clientes, alternativas de desenvolvimento e homologação de novos parceiros comerciais que possibilite maiores opções de fornecimento de material.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política prevê os papéis e responsabilidades para condução deste tema dentro da Companhia.

Atualmente, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com o envolvimento dos seguintes órgãos e agentes: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna, sendo essa última coordenada pela Grant Thornton, uma das maiores empresas globais de auditoria, tributos, consultoria e transações do país; e (vi) os gestores e colaboradores (que atuam na chamada 1<sup>a</sup> (primeira) linha de defesa).

Nota-se que o processo de gerenciamento de riscos da Companhia é estruturado a partir de 3 (três) linhas de defesa.

A 1<sup>a</sup> (primeira) linha de defesa é formada essencialmente pelos gestores e colaboradores que atuam na linha de frente dos negócios da Companhia. Nessa condição, gestores e colaboradores, no tocante às operações sob sua gestão, assumem responsabilidade por observarem a Política e as diretrizes de gerenciamento de risco estabelecidas no âmbito da Companhia.

Os gestores e colaboradores devem identificar e monitorar riscos sob sua gestão, reportando à Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* (e/ou à Auditoria Interna, se aplicável) eventos de risco materiais e/ou recorrentes ou que não estejam em consonância com diretrizes e limites de risco estabelecidos pela Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Por fim, cabe a esta 1<sup>a</sup> (primeira) linha de defesa executar, no dia a dia, os planos de ação eventualmente definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

Na 2<sup>a</sup> (segunda) linha de defesa, por sua vez, encontra-se diretamente a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*, cujas funções incluem a organização e estruturação do processo de gerenciamento de riscos no âmbito da Companhia.

Cabe a esta área atuar com vistas a desenvolver e padronizar procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar e tratar riscos. Ressalta-se que a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* atua tanto no apoio aos gestores e colaboradores na identificação e monitoramento de riscos e elaboração de planos de ação, quanto junto à alta administração da Companhia, reportando-lhes (de forma independente) informações e indicadores sobre a exposição a riscos e o processo de gerenciamento de riscos em si.

A 3<sup>a</sup> (terceira) linha de defesa, a seu tempo, é exercida primordialmente pela Auditoria Interna (coordenada pela Grant Thornton). A Auditoria Interna tem como função atuar de modo imparcial, independente e autônomo com vistas a monitorar e aferir a conformidade, qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nota-se ainda que, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna deve recomendar melhorias e/ou planos de ação para o adequado tratamento de riscos (auditando a implementação desses planos).

É de se destacar ainda que a alta administração da Companhia também é atuante neste processo, cabendo-lhe assegurar a efetividade das linhas de defesa descritas acima e a observância das diretrizes da Política.

Nesse processo, o Conselho de Administração, com o suporte do Comitê de Auditoria, assume papel geral de supervisão e avaliação periódica dos riscos a que a Companhia está exposta e da estrutura de gerenciamento de Riscos acima destacada e da eficácia dos controles internos, inclusive considerando os relatórios, avaliações, propostas e reportes recebidos, inclusive, da Diretoria.

Para referência, são destacadas, abaixo, as principais atribuições dos órgãos e agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, em conformidade com a Política:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar o portfólio de riscos assumidos pela Companhia;
- Supervisionar o gerenciamento de Riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de Riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os Riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados; e
- Aprovar esta Política, bem como aprovar atualizações e revisões à Política sempre que necessário.

### Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Identificar Riscos preventivamente e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de Apetite ao Risco e o nível de Tolerância a Risco da Companhia;
- Executar esta Política e propor ao Conselho de Administração, sempre que necessário, a necessidade de sua revisão em função de alterações nos Riscos a que a Companhia está exposta;
- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Comitê de Auditoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, as atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade dos controles internos e do gerenciamento de Riscos e *compliance* da Companhia;
- Propor ao Conselho de Administração a necessidade de revisão desta Política;
- Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; e
- Supervisionar e acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* da Companhia;

### Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* é responsável por:

- Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- Assessorar a Diretoria na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos;
- Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria;
- Apoiar gestores e colaboradores na elaboração de planos de ação; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

### Auditoria Interna

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna é responsável por:

- Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;
- Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e a efetividade dos tratamentos propostos.

### Gestores e Coordenadores:

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, atuando na denominada 1<sup>a</sup> (primeira) linha de defesa, compete aos gestores e coordenadores:

- Identificar e monitorar os riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, fornecendo relatórios adequados;
- Cumprir com os níveis de Apetite de Risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Operacionalizar o gerenciamento de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações de mitigação preventivas e corretivas;
- Participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de Riscos na Companhia; e
- Executar planos de ação definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos contempla procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia supervisiona o gerenciamento de riscos e avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento e dos controles internos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

- a. **as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Atualmente a Companhia conta com um modelo de gestão padronizado com estrutura voltada para atingimento de resultados. Essa transição foi impulsionada pela busca em avaliar a conformidade das áreas, obter resultados cada vez mais eficazes voltados para a rentabilidade, produzir informações mais confiáveis, garantir um maior controle de informações e aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios nas demonstrações financeiras da Companhia, garantindo assim uma gestão mais eficiente de seus números.

Nesse sentido, o objetivo dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle.

A Companhia, por meio de seu sistema contábil e de controles internos, garante que a condução dos negócios é adequadamente controlada, gerando um conjunto de ações/reações de qualquer elemento da organização com impacto no alcance do seu planejamento estratégico, devidamente reportado e aprovado pelo Conselho Administrativo.

O sistema de controles internos é capaz de avaliar e apreciar, de maneira contínua, os resultados da organização, comparando-os com os objetivos, metas e resultados propostos pela Diretoria, documentando a atividade de controle e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informação.

Com o intuito de fomentar a obrigação de cumprimento dos princípios contábeis aplicáveis, a Companhia é auditada por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, garantindo registros íntegros fiéis, completos e oportunos.

Importante ressaltar, que a Companhia aprovou, em Agosto de 2023, uma nova avaliação de Política de Gerenciamento de Riscos (“Política de Gerenciamento”) com intuito de aprimorar seus procedimentos de controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, o que inclui os riscos financeiros e relacionados às contas e demonstrações de resultado da Companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos

A aprovação da Política de Gerenciamento demonstra que a Companhia está em constante busca pelo aperfeiçoamento de suas práticas de controles internos.

Todo e qualquer tipo de informação financeira da Companhia, em especial seu Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras Anuais refletem com fidelidade sua real situação patrimonial, econômica e financeira, de acordo com os princípios contábeis atuais e as normas internacionais aplicáveis em termos de relatórios e controles financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Os Diretores da Companhia estão atentos às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

### b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme indicado no item 5.1 deste Formulário de Referência, fazem parte dos controles internos da Companhia os seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna e (vi) Gestores e Colaboradores.

Além das competências relacionadas ao gerenciamento de riscos já expostas naquele item, com relação exclusivamente ao controle das Demonstrações Financeiras, destaca-se que o Conselho de Administração se manifesta sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício e por submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

A Diretoria, por sua vez, é a responsável por submeter anualmente, ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício anterior.

O Diretor Administrativo Financeiro é o responsável direto por: (i) dirigir e coordenar a área Administrativa-Financeira da Companhia, incluindo elaborando sua proposta de orçamento anual (ii) coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iii) supervisionar os serviços contábeis e de gestão e controle financeiro da Companhia.; (iv) coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, provendo informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho de Administração; (v) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando a maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente

## 5.2 Descrição dos controles internos

estabelecidos pela Companhia; (vi) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (vii) elaborar proposta de destinação do lucro do exercício a ser apresentada ao Conselho de Administração, bem como sobre a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sobre capital próprio para deliberação do Conselho de Administração; e (viii) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, executada por empresa de classe mundial, contratada para emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, e, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A gestão de riscos implementada na Companhia está alinhada e coerente com o seu planejamento estratégico, estando inserida no compromisso da organização de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos do cliente, legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão é realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

No que tange ao processo de gerenciamento de riscos, conforme mencionado mais acima, a Companhia possui implementada uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece princípios, diretrizes a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa.

Conforme disposto na Política de Gerenciamento da Companhia, o Conselho de Administração é o responsável por supervisionar o gerenciamento de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*).

## 5.2 Descrição dos controles internos

Cumpre, ainda, à Diretoria, avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentaram sugestões de aprimoramento dos controles, sendo que a seguinte deficiência foi apontada como significativa:

### **Formalização de programa de monitoramento dos controles**

Embora a Companhia conte com um ambiente de controles internos com padronização de processos e controles internos estabelecidos, além de executar um plano de monitoramento dos controles com seu time de auditoria interna, ainda são observadas necessidades de análises de processos de negócio relevantes que assegurem a geração de informações financeiras utilizadas para tomada de decisões e preparação das demonstrações financeiras, tais como:

1. Ausência de políticas e procedimentos adequados de contabilização de:

- Reconhecimento de Receitas (alteração da política)
- Classificação de saldos de aplicação financeira
- Operação de Arrendamento Mercantil

2. Necessidade de aprimoramento no processo de formalização das avaliações de recuperabilidade de Estoque:

3. Ausência de procedimentos para monitorar e detectar violações ou incidentes de segurança cibernetica.

4. Elaboração de relatório de transparência fiscal.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

## 5.2 Descrição dos controles internos

Em relação às deficiências significativas apontadas no relatório circunstanciado, conforme descritas acima, os diretores notam que a Companhia efetuou todo o mapeamento dos processos de negócio relevantes por meio de contratação de Auditoria Interna, a qual executou os planos de ações para a remediação das fragilidades identificadas, além da adoção de políticas e procedimentos de operações relevantes que requerem maior divulgação pelos órgãos reguladores.

### 1. Ausência de políticas e procedimentos adequados de contabilização:

Estão sendo elaboradas todas as políticas a fim de formalizar os procedimentos relacionados ao Reconhecimento de Receitas (alteração da política), Classificação de saldos de aplicação financeira e operação de Arrendamento Mercantil.

As Políticas têm como objetivo estabelecer as diretrizes e melhores práticas a serem observadas quando da realização das operações acima listadas.

A Companhia nota que as Políticas após elaboradas serão comentadas pela área jurídica e passará pelo processo de aprovação pelo Conselho de Administração.

### 2 . Necessidade de aprimoramento no processo de formalização das avaliações de recuperabilidade de Estoque:

A Companhia realizará estudo de viabilidade econômica entre os clients e empresas que fazem a gestão dos parques eólicos referente aos modelos que estão na posição de phase out de projetos.

### 3 . Ausência de procedimentos para monitorar e detectar violações ou incidentes de segurança cibernetica:

A Companhia concluiu a implementação de ferramenta avançada de Endpoint com função de EDR e uma ferramenta de anti spam para mitigar possíveis ataques pronvidos de e-mails para todos os usuarios da companhia.

### 4. Elaboração de relatório de transparência fiscal:

Está sendo avaliado pela administração à necessidade / viabilidade da elaboração desse relatório para o ano de 2024.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Aeris se preocupa em manter uma cultura de integridade como base para um ambiente ético e íntegro. Neste sentido, como principal mecanismo de integridade, temos o Programa de Integridade Aeris (“Programa”), que é composto por um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, com o intuito de prevenir, detectar e combater a ocorrência de más práticas de *Compliance*. Este Programa possui como principais pilares, a aplicação efetiva dos seguintes documentos:

(i) Código de Conduta Aeris, conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação;

(ii) as Políticas de *Compliance*, quais sejam: (a) Política Anticorrupção e Relacionamento com a Administração Pública; (b) Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; (c) Política Concorrencial e Antitruste; (d) Política de Relacionamento com os fornecedores; (e) Política de Divulgação das Informações; (f) Política de Transações com Partes Relacionadas; (g) Política de Aplicação de Medidas Disciplinares; (h) Política de Doações e Patrocínios; (i) Política de Doações Filantrópicas; (j) Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; e (k) Política do Canal de Denúncias;

(iii) os regimentos internos da Comissão Operacional de Integridade (“Comissão de Integridade”) e Comitê Operacional de Integridade (“Comitê de Integridade”), aprovadas formalmente pelo Conselho de Administração;

(iv) a divulgação e gestão responsável do Canal de Denúncia Aeris, cujas denúncias são recebidas, analisadas e deliberadas junto a Comissão de Integridade e ao Comitê de Integridade Aeris.

Esses mecanismos possuem o objetivo de informar as diretrizes da Companhia quanto à conduta esperada por seus conselheiros, diretores, representantes, gerentes,

### 5.3 Programa de integridade

colaboradores, estagiários, prestadores de serviço, fornecedores, clientes, parceiros de negócios, consultores, terceiros em geral, atuando de forma a detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, sejam eles praticados na esfera privada ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Nosso Programa está em constante desenvolvimento, de modo que a administração entende que está adequado aos riscos identificados até o momento. Em nossas políticas, reforçamos a preocupação em evitar danos reputacionais, patrimoniais e financeiros à Aeris, de modo que seus conteúdos foram estruturados de forma a prevenir e mitigar os riscos cuja materialização possam implicar nesses danos.

Em atenção especial ao combate à corrupção, instituímos as Políticas e diretrizes de *Compliance* que abordam fortemente este tema, além de trazer as condutas adequadas para que nossos colaboradores e terceiros se mantenham ativos nesse combate, conforme listadas no início deste item. No entanto, é importante destacar que todas as nossas Políticas de *Compliance* abordam em seu conteúdo temas relacionados ao relacionamento ético junto à administração pública, nacional ou estrangeira.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são avaliados periodicamente, com frequência mínima anual, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes. As adaptações das Políticas de *Compliance* acompanham as revisões dos riscos da Companhia, com frequência mínima, portanto, anual. No entanto, considerando tratar-se de um cenário dinâmico no qual a Companhia busca constante evolução, os documentos podem ser atualizados a qualquer tempo na medida que forem identificados eventuais pontos passíveis de aprimoramento.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Para promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento do comportamento ético e da conduta profissional dos colaboradores que atuam na Aeris, criamos o Comitê de Integridade Aeris, que atua sob a Coordenação da Diretoria Jurídica e *Compliance*. O Comitê de Integridade é liderado pelo Diretor Presidente da Aeris e abrange todas as ações relacionadas às questões éticas da Companhia, no tocante à conduta que a empresa espera de seus colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros, terceiros agentes públicos, e demais integrantes da sociedade.

### 5.3 Programa de integridade

Este Comitê de Integridade foi formalmente constituído, tendo como base o Regimento do Comitê de Integridade Aeris e, em última instância, reporta ao Conselho de Administração as estatísticas e casos excepcionais tratados a partir de denúncias recebidas. Atualmente o Comitê de Integridade é formado pelo Diretor Presidente, pela Diretoria Jurídica e *Compliance*, pelo Diretor de Operações, pelo Diretor Administrativo Financeiro, pelo Diretor de Recursos Humanos, pelo Diretor Industrial e pelo Diretor de Planejamento e Relações Institucionais e Diretora de Suprimentos.

A Companhia tem a intenção de aprimorar continuamente as regras de composição do órgão, garantindo a existência de mecanismos de independência em sua composição.

Além disso, também estabelecemos a Comissão de Integridade, responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias tanto via 0800 como pelo site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento da Comissão de Integridade Aeris.

Com a intenção de garantir sua independência, a Comissão é composta por empregados de reputação ilibada, das mais diversas áreas que foram indicadas pelo Comitê de Integridade com base em seu histórico íntegro de atuação na Companhia. Adicionalmente, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia do Comitê de Integridade - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

Destaca-se, ainda, que a Diretoria Jurídica e *Compliance* atua também como interlocutor interno e externo, quando necessário, sobre situações de fraude e outros temas aplicáveis ao referido escopo. Como responsável pela área de *Compliance*, cabe à Diretoria Jurídica e *Compliance* garantir a existência de uma atuação estratégica antifraude, com atuação direta nas áreas envolvidas, de forma a prevenir e/ou atuar sobre as situações identificadas, tenham sido elas reportadas por meio do Canal de Denúncia Aeris ou não.

Tais situações deverão ser reportadas ao Comitê de Integridade, quando a situação em questão não envolver algum de seus membros. Quando isto acontecer, apenas os demais

### 5.3 Programa de integridade

membros deverão tomar conhecimento da situação identificada, tenha sido a fraude concretizada ou não (estando ainda na iminência de ocorrer).

A instituição da Diretoria Jurídica e *Compliance* não foi formalmente aprovada, tendo em vista que não há previsão nesse sentido no Estatuto Social e demais documentos corporativos da Companhia. A Diretoria Jurídica e *Compliance* atua de maneira autônoma e independente, e se reporta, no que for necessário ao exercício de suas atribuições na condução do Programa de *Compliance* da Companhia, diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. Para garantir a independência do órgão, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia dos órgãos da administração - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

Como mecanismo de garantia da independência dos controles, foi instituído o Canal de Denúncias em 2020, administrado exclusivamente por empresa terceirizada, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. O anonimato é garantido aos denunciantes, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. Tal mecanismo foi formalizado e atua em consonância ao item 4.a do Código de Conduta.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de setembro de 2020 e atualizando em dezembro de 2022, como forma de tornar os princípios e regras de conduta acessíveis a todos os nossos colaboradores e terceiros. O Código de Conduta Aeris se aplica a qualquer pessoa que trabalhe na Aeris ou que represente a Aeris, incluindo diretores, gerentes e todos os demais colaboradores, assim como seus fornecedores, prestadores de serviço, representantes etc.

Além disso, a Aeris instituiu em 2021, o Código de Conduta do Fornecedor, estabelecendo as normas e diretrizes especificamente para terceiros, fornecedores, clientes, e todos aqueles que estejam alocados nas suas imediações. Este código foi atualização em dezembro de 2022 e está disponível no site da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

Adicionalmente, todos os colaboradores da Aeris que têm interface com terceiros, sejam eles clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços independentes, devem estar comprometidos em fazer com que estes terceiros conheçam o Código de Conduta de Terceiros, fornecendo-lhes sempre todas as instruções necessárias para evitar qualquer tipo de descumprimento às Políticas da Aeris.

O mesmo acontece com as Políticas de *Compliance* da Companhia, que também se aplicam a todos os colaboradores, dirigentes, conselheiros, e fornecedores de qualquer espécie.

E em dezembro de 2022, a Aeris estabeleceu o Código de Conduta para Colaboradores. O principal objetivo é estabelecer diretrizes claras sobre o comportamento esperado e aceitável dentro da organização. Ele serve para orientar as ações e decisões dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho ético, seguro e respeitoso.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nosso Programa de Integridade foi concebido de forma a educar nossos colaboradores, dirigentes e fornecedores de um modo geral quanto à conduta íntegra esperada pela Aeris acerca dos mais diversos temas. No entanto, sabemos que haverá casos em que condutas inadequadas acontecerão, e que poderão variar com base na gravidade e reincidência. Neste sentido, foi criada a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, que possui o propósito de estabelecer as regras, diretrizes e orientações aos colaboradores e às partes interessadas quanto à aplicação de Medidas Disciplinares às condutas que infringirem as regras do Código de Conduta, das Políticas e demais normativos internos da Aeris e ainda, a legislação aplicável à Companhia.

Como exemplos de medidas disciplinares contidas em nossa Política, podemos mencionar:

As medidas orientativas: são medidas disciplinares que envolvem a orientação ao colaborador ou terceiro sobre o seu comportamento, aplicáveis em casos de desvios de conduta de menor relevância e impacto para a Aeris e não reincidentes. Nesse caso, seu gestor imediato deverá monitorar a reincidência e manter o Comitê de Integridade informado sobre eventuais desvios de conduta adicionais do colaborador ou terceiro, para que seja avaliada a adoção de medidas formais. Exemplos: orientações, treinamentos, reciclagens, mudanças nos processos, estabelecimento de controles adicionais, alteração de sistema ou ferramenta de informática etc.

## 5.3 Programa de integridade

As medidas formais: são aquelas baseadas na legislação trabalhista, e cuja aplicação deverá contar com o apoio de um representante da Administração de Pessoal, garantindo a observância dos princípios aqui definidos e os demais aspectos legais, tais como, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão por justa causa e para os casos envolvendo terceiros, não colaboradores, há as sanções previstas em contrato, incluindo a possibilidade de rescisão por culpa do fornecedor.

A aplicação de medidas disciplinares por infração ao Código de Conduta, descumprimento da lei ou das Políticas Internas da Aeris, conforme apuração das evidências e conclusões dos processos investigativos fornecidos pelo Comitê de Integridade e pela Comissão Operacional de Integridade será executada pela Área de Recursos Humanos.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Aeris foi aprovado em 28 de setembro de 2020 pelo Conselho de Administração da Companhia e atualizado em dezembro de 2022, podendo ser consultado por nossos colaboradores pela Intranet da Companhia, e pelas partes interessadas através do site: <https://www.ri.aerisenergy.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-conduta/> e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Denúncia Aeris e é terceirizado com a ICTS Global, referência mundial neste tipo de ferramenta. Estruturamos nosso Canal de Denúncia tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de *Compliance*.

O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site [www.canaldedenuncia.com.br/aeris](http://www.canaldedenuncia.com.br/aeris). As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela Comissão Operacional de Integridade, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que dará seguimento às investigações para as situações denunciadas, ou ainda, contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

## 5.3 Programa de integridade

Desde então é garantida a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificados, como ação preventiva e melhorias. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação e auditorias semestrais.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está aberto para recebimento de denúncias de terceiros, que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que violem a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Aeris ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus colaboradores, acionistas e demais interessados. A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

**iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncia Aeris fornece confidencialidade e segurança para o denunciante, garantindo o anonimato. Não é necessário se identificar, mas é fundamental agir com responsabilidade na hora de realizar os relatos, tendo como base evidências e, sempre que possível, fornecendo estas evidências ao Canal de Denúncias Aeris, anexando-as no site [www.canaldedenuncia.com.br/aeris](http://www.canaldedenuncia.com.br/aeris), o que também poderá ser feito de forma anônima. O denunciante também consegue acompanhar o status de sua denúncia, por meio de código informado pelo Canal de Denúncia.

A Aeris garante o máximo sigilo possível e que nenhuma retaliação acontecerá em virtude da sua denúncia. No entanto, caso o denunciante queira se identificar, ainda assim sua identidade será mantida em sigilo. Para maiores detalhes a Política do Canal de Denúncia Aeris poderá ser consultada.

**iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Comissão Operacional de Integridade é a área responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias (tanto via 0800 como pelo

### 5.3 Programa de integridade

site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento interno da Comissão de Integridade Aeris. Caso seja necessário, poderão ser contratados investigadores externos profissionais, para a realização de investigações mais complexas.

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, visto que não há casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui o Código de Conduta e Políticas de *Compliance* que contemplam regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.3.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

A Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta no último exercício social. A Companhia entende que os procedimentos e práticas adotados para o gerenciamento de riscos atendem de forma satisfatória suas necessidades de monitoramento e ações de prevenção, mitigação, contingenciamento ou transferência de riscos.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem reportadas nesta seção 5 deste Formulário de Referência.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
<b>Alexandre Sarnes Negrão</b>					
323.567.238-97	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
3.926.187	6,320	0	0,000	3.926.187	6,320
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>BANCO BTG PACTUAL S/A</b>					
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Não	14/05/2024	
Não	BANCO BTG PACTUAL S/A		Juridica	30.306.294/0001-45	
23.042.959	37,094	0	0,000	23.042.959	37,094
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>BERNARDO ROMANO NEGRAO</b>					
533.088.938-35	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não	VANESSA ROMANO		Fisica	185.892.408-19	
2.572.329	4,141	0	0,000	2.572.329	4,141
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
<b>Bruno Iolli</b>					
313.301.408-00	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
427.940	0,689	0	0,000	427.940	0,689
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Bruno Vilela Cunha</b>					
013.775.636-42	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
457.252	0,736	0	0,000	457.252	0,736
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Cássio Cancela E Penna</b>					
044.690.916-50	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
560.215	0,902	0	0,000	560.215	0,902
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
<b>Daniel Henrique da Costa Mello</b>					
303.633.878-03	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
376.040	0,605	0	0,000	376.040	0,605
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Fernanda Sarnes Negrão</b>					
289.699.648-60	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
3.113.873	5,013	0	0,000	3.113.873	5,013
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Gisele Sarnes Negrão Assis</b>					
271.575.058-78	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
3.113.873	5,013	0	0,000	3.113.873	5,013
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
<b>Luiz Henrique Del Cistia Thonon</b>					
316.600.158-12	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
334.196	0,538	0	0,000	334.196	0,538
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Vera Sarnes Negrão</b>					
046.744.348-31	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
10.289.319	16,564	0	0,000	10.289.319	16,564
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>Vitor de Araujo Santos</b>					
324.538.388-65	Brasil	Sim	Sim	14/05/2024	
Não					
562.965	0,906	0	0,000	562.965	0,906
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>					

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
914.365	1,472	0	0,000	914.365	1,472
OUTROS					
12.428.683	20,007	0	0,000	12.428.683	20,007
TOTAL					
62.120.196	100,000	0	0,000	62.120.196	100,000
Composição capital social					

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/05/2024
Quantidade acionistas pessoa física	67.840
Quantidade acionistas pessoa jurídica	224
Quantidade investidores institucionais	66

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	35.461.088	57,085%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	35.461.088	57,085%

## 6.4 Participação em sociedades

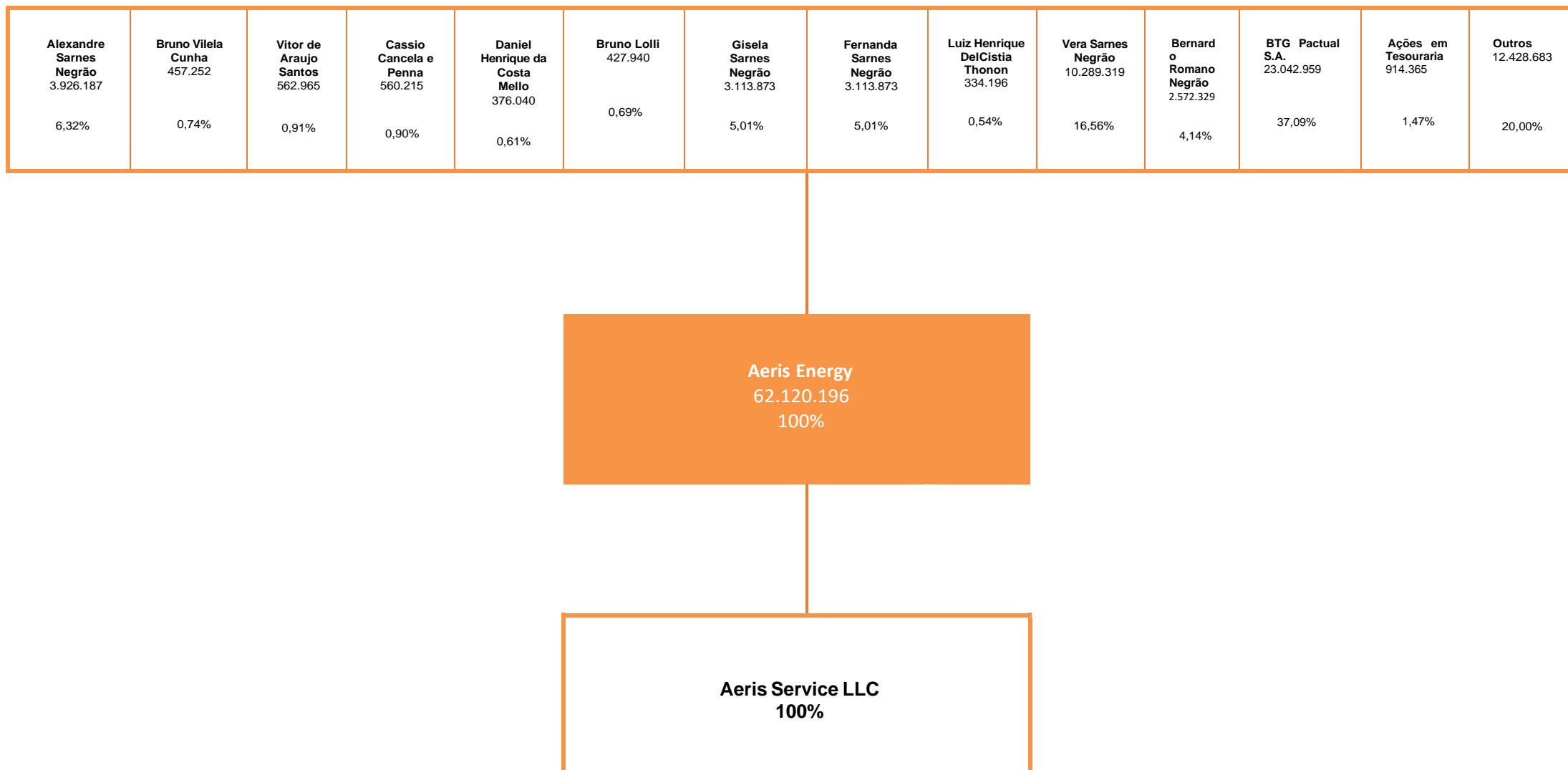
Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AERIS SERVICE LLC	00.000.000/0000-00	100

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

**6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:**

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações**
- b. principais controladas e coligadas do emissor**
- c. participações do emissor em sociedades do grupo**
- d. participações de sociedades do grupo no emissor**
- e. principais sociedades sob controle comum**

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.6 Outras informações relevantes

### 6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que a serem reportadas nesta Seção 6 deste Formulário de Referência.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

#### 7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020 (“Política”).

A Política busca determinar as regras, procedimentos, diretrizes e critérios a serem observados na determinação da composição e no processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e Comitês da Companhia, pautando-se pelas melhores práticas de governança corporativa e pelos seguintes objetivos: (i) buscar a formação de grupo de profissionais alinhados à missão, princípios e valores éticos e corporativos da Companhia; (ii) promover a diversidade e complementaridade de conhecimento, experiências e capacidades nos órgãos de administração da Companhia; e (iii) contribuir para que as atividades de gestão e administração da Companhia privilegiem um desempenho técnico e eficiente.

A composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês deve observar as diretrizes e prioridades estratégicas da Companhia e as necessidades de cada órgão. Além disso, a indicação dos membros que comporão o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês devem considerar a disponibilidade dos membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, capacidade técnica, complementaridade de experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero.

Devem ser indicados para compor o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês profissionais qualificados, com experiência técnica, profissional e/ou acadêmica, aptos a enfrentar os desafios da Companhia, com reputação ilibada, cuja conduta e trajetória profissional estejam alinhadas aos princípios e valores da Companhia, e com compromisso com suas funções e deveres fiduciários.

Os seguintes aspectos são considerados e ponderados na escolha e nomeações de candidatos para cargos de Administrador e membro de Comitês, sem prejuízo de outros que venham a ser considerados relevantes pelo Conselho de Administração: (i)

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo; (ii) demais atividades exercidas pelo candidato, especialmente à luz: (a) das restrições constantes do artigo 147, § 3º, da Lei das S.A.; (b) de eventuais conflitos de interesse; e (c) da disponibilidade de tempo do candidato para o adequado e diligente exercício da função a que seria indicado; (iii) complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; (iv) quando aplicável, a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior na Companhia e seu desempenho no período, conforme processo de avaliação.

Nas hipóteses em que o Conselho de Administração entender conveniente, a Companhia poderá contratar empresa ou profissionais independentes para realizar consultorias ou obter pareceres sobre os candidatos, bem como para avaliar o enquadramento dos candidatos nos critérios de elegibilidade aplicáveis, nos termos das normas aplicáveis e da Política.

### b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

#### i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração realiza, no mínimo 1 (uma) vez ao ano, a avaliação das atividades e desempenho: (i) do próprio Conselho de Administração e de cada um dos seus membros; (ii) da Diretoria e de cada um de seus membros; e (iii) do Comitê de Auditoria e de cada um de seus membros.

Estão sujeitos ao processo de avaliação os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A avaliação deverá abranger as metas estabelecidas e a performance dos membros de cada órgão, bem como sua aderência às políticas e aos valores da Companhia.

#### ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, bem como dos respectivos membros, é de responsabilidade do Conselho de Administração, sendo possível a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho. Já os

## **7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal**

resultados individuais de cada um dos conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho. Por sua vez os resultados do Presidente do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os conselheiros.

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: (i) autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, (ii) avaliação, pelo Conselho de Administração, do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria enquanto órgãos colegiados e (iii) avaliação individual, pelo Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, seu Presidente, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, bem como dos respectivos membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

A avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Comitê de Auditoria deve considerar, dentre outros critérios: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Os membros da Diretoria, por sua vez, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

### **iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

O processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria deve ser coordenado pelo Conselho de Administração, sendo facultativa a contratação de empresa de consultoria para assessorar este processo. Até o momento, não foi contratada empresa para essa finalidade.

### **c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar e administrar conflitos de interesse, uma vez que considera as regras constantes na legislação brasileira suficientes.

No entanto, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração, é vedado ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Neste caso, cumpre ao membro do Conselho de Administração em situação de conflito de interesses cientificar o restante do órgão do seu impedimento e fazer consignar seu impedimento em ata de reunião do Conselho de Administração. Se o próprio conselheiro não se manifestar, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deve informá-lo ao Presidente do Conselho de Administração.

Existem, ainda, previsões específicas em se tratando de transações com partes relacionadas, as quais estão previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Conforme tais previsões, administradores, acionistas e demais pessoas envolvidas no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas que se encontrem em situação de conflito de interesses devem: (i) declarar sua condição ao órgão responsável pela deliberação relativa à transação com partes relacionadas; (ii) quando aplicável, abster-se de votar nas deliberações relativas à transação com partes relacionadas; e (iii) abster-se de participar das discussões para decisão a respeito da aprovação, pela Companhia, da transação com partes relacionadas, devendo, inclusive, quando for o caso, retirar-se da reunião enquanto a discussão estiver ocorrendo.

Caso uma pessoa envolvida no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas se encontre em situação de conflito de interesses e não se manifeste oportunamente, qualquer outra pessoa envolvida no processo decisório relativo à aprovação da respectiva transação com partes relacionadas, que tenha ciência do fato, deverá reportar essa questão à mesa da referida reunião.

O Código de Conduta da Companhia também dispõe que se espera que o colaborador da Companhia sempre tome suas decisões priorizando os melhores interesses para a Companhia. Neste sentido, define que há conflito de interesses quando os interesses pessoais dos colaboradores se contrapõem aos interesses da Companhia.

Para tanto, a Companhia proíbe a contratação de parentes até terceiro grau com relacionamento hierárquico ou na mesma área, por entender que é uma das formas de combater qualquer conflito de interesses relacionados a promoções de cargo ou de salário que não ocorram de forma justa, mas apenas pelo grau de parentesco.

Ainda, o Código de Conduta da Companhia estabelece ser fundamental, sempre que houver dúvida se alguma situação representa ou não um conflito de interesses, que o

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

colaborador informe imediatamente o fato ao seu gestor direto, ao gestor da área de Gente e Gestão ou ao Departamento Jurídico, para que a situação seja devidamente avaliada e para que possa ser orientado sobre como proceder.

### d. por órgão:

#### i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da Administração	Conselho de Administração (Efetivos)	Conselho de Administração (Suplentes)	Conselho Fiscal (Efetivos )	Conselho Fiscal (Suplentes )	Diretoria	Total
Feminino	1	N/A	N/A	N/A	1	2
Masculino	5	N/A	N/A	N/A	6	11
Não Binário	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Outros	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Prefere não responder	-	N/A	N/A	N/A	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>7</b>	<b>13</b>

#### ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Cor ou Raça						
Órgão da Administração	Conselho de Administração (Efetivos)	Conselho de Administração (Suplentes)	Conselho Fiscal (Efetivos)	Conselho Fiscal (Suplentes)	Diretoria	Total
Branco	6	N/A	N/A	N/A	7	13
Preto	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Pardo	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Amarelo	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Indígena	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Outros	-	N/A	N/A	N/A	-	-
Prefere não responder	-	N/A	N/A	N/A	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>7</b>	<b>13</b>

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### **iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

A Companhia não agrupa os membros da administração por outros atributos de diversidade.

### **e.se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia não possui objetivos específicos em relação à diversidade de gênero, cor ou raça, ou outros atributos, que envolvam os seus membros e órgãos de administração.

### **f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

A Aeris entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e o tratamento destes visam reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia. Desta forma, a gestão adequada dos riscos e oportunidades constitui um fator fundamental à sustentabilidade dos negócios no longo prazo.

O tema é tratado pela área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance, e tem o envolvimento direto do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, além do apoio da área de Auditoria Interna, com atividades realizadas por empresa terceira especializada. O Conselho de Administração realiza a supervisão e avaliação periódica dos riscos, além de definir o nível e o grau de exposição que a Aeris está disposta a aceitar na implementação de suas estratégias de negócio e na condução das atividades.

A Aeris possui, desde 2020, uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 13</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 13</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

#### a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O único comitê permanente de assessoramento do Conselho de Administração existente atualmente na Companhia é o Comitê de Auditoria Estatutário.

Trata-se de órgão colegiado, de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que atua com independência com relação à Diretoria da Companhia, e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade das demonstrações e informações financeiras, no gerenciamento de riscos e nos controles internos da Companhia.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de agosto de 2020 e está disponível para consulta no site da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.ri.aerisenergy.com.br](http://www.ri.aerisenergy.com.br)).

Por fim, conforme indicado na Seção 5 deste Formulário de Referência, a Companhia conta com uma Área de Auditoria Interna, atualmente liderada pela Grant Thornton, uma das maiores empresas globais de auditoria, tributos, consultoria e transações do país.

#### b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não obstante a Companhia não possua uma política de contratação de serviços de extra-auditoria, o Conselho de Administração tem conhecimento e aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada de modo a assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

#### c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG/ESG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Conselho de Administração, por intermédio da Comissão de Integridade, acompanha, fiscaliza e supervisiona os temas relacionados as práticas ASG/ESG e de conformidade por meio do canal de denúncias, tanto via 0800, quanto pelo site, coletando as evidências necessárias para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia.

Ele está disponível tanto para o público interno (colaboradores AERIS), quanto para o público em geral. Esse canal é terceirizado com a ICTS Global, referência mundial neste tipo de ferramenta. O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site [www.canaldedenuncia.com.br/aeris](http://www.canaldedenuncia.com.br/aeris). Frise-se que o Canal de Denúncia foi criado tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de Compliance da Companhia.

As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela Comissão Operacional de Integridade, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que dará seguimento às investigações para as situações denunciadas, ou ainda, contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

## 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

<b>Nome:</b>	Alexandre Sarnes Negrão	<b>CPF:</b>	323.567.238-97	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profissões:</b>	Administrador	<b>Data de Nascimento:</b>	14/10/1984
--------------	-------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	---------------	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** O Sr. Alexandre possui curso superior na FGV-RJ em Tecnologia de Marketing. Possui curso (Executive Course) de Program for Leadership Development – PLD, pela IESE Business School (2013) e Owner Management Program – OMP, pela UCLA Anderson School of Management (2019). O Sr. Alexandre atuou como Vice-presidente da Conforto Empreendimentos e Participações S/A (2009-até o presente momento). Na Companhia atuou como membro do Conselho de Administração, cargo que ocupou por sete anos (2010 a 2017) e retornou em Janeiro de 2023 como membro efetivo. De 2017 a 2021 atuou como Diretor Presidente na Companhia e em Janeiro de 2023 o Sr. Alexandre retornou como Diretor Presidente. Alexandre também ocupou a posição de Board Member na ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica (2018 a 2021), e é empresário individual (CNPJ 10.790.347/0001-39). Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Alexandre declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		11/04/2024	Sim	10/01/2023

**Nome:** Cássio Cancela E Penna    **CPF:** 044.690.916-50    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Engenheiro    **Data de Nascimento:** 15/05/1980

**Experiência Profissional:** O Sr. Cássio é formado em Engenharia de Controle e Automação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Ele também possui Mestrado em Engenharia Aeronáutica no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e MBA Executivo na Fundação Dom Cabral. O Sr. Cassio iniciou sua carreira em 2004 na Cedro Têxtil; de 2005 a 2006 trabalhou na Vallourec & Mannesmann Tubes como Engenheiro de Manutenção; de 2007 a 2010 atuou como Engenheiro de Desenvolvimento de processos na Embraer; e em 2010 ingressou na Aeris como Diretor de Produção. De 2014 a 2021 exerceu o cargo de Diretor de Operações na Companhia e atualmente exerce o cargo de Diretor de Recursos Humanos. Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Cassio declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. O Sr. Cassio declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cassio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/12/2022	10/01/2026	Outros Diretores	Diretor de Recursos Humanos	10/01/2023	Sim	01/11/2020

**Nome:** CLAUS HENNING BERNHARD PAULO VON HEYDEBRECK    **CPF:** 248.674.868-76    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Engenheiro    **Data de Nascimento:** 15/02/1971

**Experiência Profissional:** O Sr. Claus possui pós-graduação (diplom-Ingenieur) em engenharia mecânica na Technische Universität München, Alemanha. Possui mais de 20 anos de experiência internacional em negócios de fornecimento automotivo para OEM's e pós-venda independente, com histórico de atuação em gestão geral e áreas comerciais. Acumula também experiências em vendas, marketing e desenvolvimento de negócios. O Sr. Claus teve passagens na diretoria de marketing e desenvolvimento de negócios na ThyssenKrupp Sales & Technical Center no Michigan, Estados Unidos (2008-2009), na diretoria gerencial da MS Motorservice Brazil (2010-2022) e como diretor presidente na KSPG Automotive Brazil Ltda. onde atualmente ainda exerce o cargo.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		11/04/2024	Sim	18/08/2023

**Nome:** Daniel Henrique da Costa Mello    **CPF:** 303.633.878-03    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Engenheiro    **Data de Nascimento:** 10/12/1982

**Experiência Profissional:** O Sr. Daniel é graduado em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de São Paulo – USP. O Sr. Daniel iniciou sua carreira em 2005 na Aeroálcool Tecnologia em Franca –SP. Também atuou como Engenheiro de Desenvolvimento de Processo na Embraer por três anos. Daniel ingressou na Companhia em 2010. De 2010 a 2014 atuou como Diretor Industrial. De 2014 a 2017 atuou como Diretor de Novos Negócios e de 2017 até o momento está responsável pela Diretoria Industrial. Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Daniel declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. O Sr. Daniel declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Daniel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/12/2022	10/01/2026	Outros Diretores	Diretor Industrial	10/01/2023	Sim	01/11/2020

**Nome:** Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho    **CPF:** 296.300.688-85    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Administrador de Empresas e Economista    **Data de Nascimento:** 01/12/1978

**Experiência Profissional:** O Sr. Edison Ticle é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e cursou Economia na Universidade de São Paulo (USP). Ele também possui mestrado em Economia pela FGV, MBA em Economia de Negócios pela USP e é pós graduado em Advanced Management pela Harvard Business School (AMP 202). O Sr. Edison iniciou sua carreira em 1999, no BTG Pactual. Ele também trabalhou como Portfólio Manager Sênior na Constellation Asset Management e na Black River Gestão de Investimentos (pertencente à Cargill). Em 2007, ele ingressou no Banco Safra, onde exerceu o cargo de Tesoureiro Chefe e Head da área de Trading Proprietário. Em fevereiro de 2009, Edison Ticle ingressou na Minerva, e, desde abril de 2010, exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Desde 2020, é membro independente do conselho de Administração do Grupo Soma S/A, da Aeris S/A, e do TC Traders Club S/A, coordenando, em todas, o Comitê de Auditoria e Riscos. As sociedades acima indicadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Edison não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/04/2024	Sim	11/11/2020

<b>Nome</b>	ERICA MARIA CORDEIRO	<b>CPF:</b>	035.080.046-43	<b>Passaporte:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Administradora	<b>Data de Nascimento:</b>	07/06/1977
-------------	----------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	------------------------	----------------	--------------------------------	------------

**Experiência Profissional:** Erica Maria Cordeiro é graduada em Administração de Empresas e Comércio Exterior, com especialização em Gestão de Pessoas - FGV e com MBA Supply Chain - FGV e MBA em Negócios IESE Business School. A Sra. Erica possui experiência de 15 anos nas áreas de Supply Chain e Comercial, em empresas multinacionais de grande porte, nos seguimentos de Energia Renovável, Óleo & Gás e Siderurgia. Suas últimas experiências profissionais antes de entrar na Companhia foram na Siemens Gamesa e SPIC Brasil.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	17/07/2023	10/01/2026	Outros Diretores	Diretora Comercial	17/07/2023	Sim	17/07/2023

<b>Nome</b>	Gisela Sarnes Negrão Assis	<b>CPF:</b>	271.575.058-78	<b>Passaporte:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Publicitária	<b>Data de Nascimento:</b>	03/05/1978
-------------	----------------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	------------------------	--------------	--------------------------------	------------

**Experiência Profissional:** A Sra. Gisela é graduada em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP, em 2000; pós-graduada em Gestão de Projetos pela Fundação Don Cabral em 2006. A Sra. Gisela iniciou sua carreira em 2003, na Medley S/A Indústria Farmacêutica, como analista de marketing, tendo ainda ocupado as posições de gerente de marketing esportivo e, posteriormente, gerente de branding, até 2008. De 2010 a 2013 foi proprietária e administradora de lojas de franquia de varejo de moda (Osklen), tendo em 2014 fundado a Lapima Eyewear, onde ocupa até então a posição de diretora comercial, tendo sido responsável pela expansão da marca nos mercados brasileiro, norte americano e europeu. As sociedades acima indicadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. A Sra. Gisela não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Presidente do Conselho de Administração		11/04/2024	Sim	01/01/2020

**Nome:** JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA AZEVEDO    **CPF:** 234.100.998-08    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Administrador    **Data de Nascimento:** 15/11/1974

**Experiência Profissional:** O Sr. José Antônio tem uma carreira profissional de quase 20 (vinte) anos gerenciando operações financeiras globais a partir de posições em conselhos de administração e comitês de gestão, tendo também atuado como diretor financeiro em empresas como Atento e Unidas. O Sr. José Antônio é graduado em administração, pós-graduado em economia, e possui diversas especializações em estratégia, governança, dentre outros, em instituições como Columbia Business School, Universidade da Califórnia e INSEAD.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/08/2023	Janeiro/2026	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro e Relações com Investidores	14/08/2023	Sim	14/08/2023

**Nome:** Luiz Henrique Del Cistia Thonon    **CPF:** 316.600.158-12    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Advogado    **Data de Nascimento:** 25/06/1983

**Experiência Profissional:** O Sr. Luiz Henrique é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP em 2005. Ele também possui pós graduação (MBA em Gestão Empresarial) pela FGV em 2008. O Sr. Luiz Henrique iniciou sua carreira em 2006, na Medley S/A Indústria Farmacêutica, como advogado integrante do departamento jurídico da Medley. Em 2009, após a alienação de 100% da participação acionária da Medley pelo seu então controlador, Luiz Henrique assumiu a diretoria jurídica da Conforto Empreendimentos e Participações S/A, onde atua até hoje, tendo desde 2018 sido eleito como membro do Conselho de Administração da Companhia. Membro do Conselho de Energia Eólica Onshore e Offshore da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ desde 2020 e inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP sob nº 250.777. Quotista e administrador das seguintes sociedades: Thonon e Thonon Sociedade de Advogados, CNPJ 22.253.332/0001-10; Briathos Empreendimentos e Participações Ltda., CNPJ 17.681.609/0001-76. As sociedades acima indicadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Luiz não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		11/04/2024	Sim	01/11/2020

**Nome:** Marcelo Costa Nasser    **CPF:** 766.161.777-34    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Engenheiro Mecânico    **Data de Nascimento:** 09/01/1963

**Experiência Profissional:** O Sr. Marcelo Nasser é engenheiro mecânico, com MBA em Gestão Empresarial pela PUC do Rio de Janeiro, em Marketing de Serviços pela ESPM e MBA Executivo pelo Insper. O Sr. Marcelo possui uma larga experiência em operações, com passagens pela Gerdau, onde atuou por 27 anos, sendo 3 deles como Diretor Executivo de Operações no Brasil, pela Ternium Brasil, atuando como Diretor de Engenharia e Manutenção, e pela Usiminas, onde ocupou o cargo de Diretor de Engenharia. Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Marcelo Nasser declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/02/2023	10/01/2026	Outros Diretores	Diretor de Operações	01/02/2023	Sim	01/11/2020

**Nome:** Rogério Sekeff Zampronha    **CPF:** 065.692.368-73    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Economista    **Data de Nascimento:** 10/10/1964

**Experiência Profissional:** O Sr. Rogério formou-se em economia na Universidade de São Paulo e possui MBA no IMC (Lausanne, Suíça). O Sr. Rogério iniciou sua carreira no setor financeiro e, nos anos 1990, fundou sua primeira empresa. Após vender sua participação, iniciou a Soft Brasil, empresa de tecnologia focada em automação industrial, adquirida pela Schneider Electric em 2010, empresa da qual foi nomeado presidente no Brasil em 2013. Em 2015, foi convidado para se unir à Vestas, principal fabricante de turbinas eólicas do mundo, levando a empresa dinamarquesa à liderança de mercado na América do Sul.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	11/04/2024	AGO 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/04/2024	Sim	07/06/2022

**Nome:** Vitor de Araujo Santos      **CPF:** 324.538.388-65      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 05/01/1984

**Experiência Profissional:** O Sr. Vitor é formado em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de São Paulo – USP. Ele também possui MBA pela COOPPEAD/UFRJ e Pós-Graduação pela Stanford University. O Sr. Vitor iniciou sua carreira em 2005 na Opto Eletrônica, onde atuou até 2007; de 2007 a 2010 trabalhou na Embraer como Engenheiro de Desenvolvimento; e em 2010 ingressou na Companhia como Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento. De 2014 a 2017 atuou como Diretor Industrial; de 2017 a 2020 como Diretor de Engenharia e atualmente está atuando como Diretor de Tecnologia. Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Vitor declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. O Sr. Vitor declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Vitor declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/12/2022	10/01/2026	Outros Diretores	Diretor de Tecnologia	10/01/2023	Sim	01/11/2020

## 7.4 Composição dos comitês

---

**Nome:** Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho    **CPF:** 296.300.688-85    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Administrador de Empresas e Economista    **Data de Nascimento:** 01/12/1978

**Experiência Profissional:**

O Sr. Edison Ticle é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e cursou Economia na Universidade de São Paulo (USP). Ele também possui mestrado em Economia pela FGV, MBA em Economia de Negócios pela USP e é pós graduado em Advanced Management pela Harvard Business School (AMP 202). O Sr. Edison iniciou sua carreira em 1999, no BTG Pactual. Ele também trabalhou como Portfólio Manager Sênior na Constellation Asset Management e na Black River Gestão de Investimentos (pertencente à Cargill). Em 2007, ele ingressou no Banco Safra, onde exerceu o cargo de Tesoureiro Chefe e Head da área de Trading Proprietário. Em fevereiro de 2009, Edison Ticle ingressou na Minerva, e, desde abril de 2010, exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Desde 2020, é membro independente do conselho de Administração do Grupo Soma S/A, da Aeris S/A, e do TC Traders Club S/A, coordenando, em todas, o Comitê de Auditoria e Riscos. As sociedades acima indicadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia. O Sr. Edison não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	06/11/2023	06/11/2024		Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	06/11/2023	Sim	01/11/2020

**Nome:** Eduardo Luiz Rota    **CPF:** 165.966.778-00    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Economista e contador    **Data de Nascimento:** 15/07/1976

**Experiência Profissional:** O Sr. Eduardo é formado em ciências econômicas e ciências contábeis e possui cursos de especialização em finanças, gestão estratégica e governança corporativa pela FGV.

O Sr. Eduardo é responsável pela prática de Consultoria Empresarial na VACC–Verdus|Auditória|Consultoria|Contabilidade desde 2013. Foi Diretor de Controladoria na Minerva S.A. de janeiro de 2011 a junho de 2013. Na Minerva S.A., atuou, ainda como (i) Diretor responsável pelo atendimento ao Conselho Fiscal (CF), bem como pela condução de todas as reuniões do referido Conselho; e (ii) Diretor responsável pelas informações estratégicas utilizadas nas reuniões de Conselho de Administração (CA) , com participação eventual nas reuniões do referido Conselho.

Foi, ainda, Sócio-Diretor de Auditoria na BDO Trevisan, carreira iniciada em junho de 2.000 (trainee) à janeiro de 2011 (Sócio-Diretor–por 2 anos). Lá foi Sócio-Diretor, Gerente sênior responsável pelos trabalhos de auditoria em empresas de Capital Aberto, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal destas Companhias: (i) JBSS/A; (ii)Paranapanema S/A; (iii)Eluma S/A; e (iv)Companhia Brasileira de Cartuchos(CBC).

Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Eduardo declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor. Critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado.

O Sr. Eduardo declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

#### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/2023	1 ano			06/11/2023	Não	01/11/2020

**Nome:** Fabrício La Gamba    **CPF:** 321.350.968-06    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Contador    **Data de Nascimento:** 01/06/1983

**Experiência Profissional:**

Formado em ciências contábeis pela FEARP-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo). Participação em diversos treinamentos sobre práticas contábeis adotadas no Brasil e normas brasileiras e internacionais de auditoria contábil.

Experiência profissional (últimos 5 anos): O Sr. Fabrício é Sócio-Diretor responsável pela área de Corporate Finance na VACC–Verdus|Auditoria|Consultoria|Contabilidade desde outubro de 2013. Foi Membro independente do Conselho de Família–Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A. e JMoreira Comercial de Alimentos Ltda.

Atuou como Gerente de Auditoria na KPMG e BDO Trevisan de junho de 2006 (trainee) até setembro de 2013 (gerente). Na KPMG foi Gerente responsável pelos trabalhos de auditoria em companhias abertas, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal e em algumas reuniões de Conselho de Administração destas Companhias: (i) CMAA Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações S.A.; (ii) Transbrasiliiana Concessionária de Rodovia S.A.; (iii) Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.; e (iv) Iguá Saneamento S.A.

Foi Gerente responsável pelos trabalhos de auditoria em companhias abertas, bem como pelo atendimento ao Conselho Fiscal destas Companhias: (i) JBSS/A; e (ii) Marfrig Global Foods S.A.

Possui Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) desde agosto de 2011 e registro no Conselho Regional de Contabilidade do estado de São Paulo (CRCSP) desde 2010.

O Sr. Fabrício declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e/ou qualquer outra pena aplicada pelo referido órgão, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Fabrício declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/2023	1 ano			06/11/2023	Não	01/11/2020

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Fernanda Sarnes Negrão	289.699.648-60	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
<hr/>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
<hr/>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Vera Sarnes Negrão	046.744.348-31	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A			Brasileiro(a)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
BERNARDO ROMANO NEGRAO	533.088.938-35	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A			Brasil
<b><u>Observação</u></b>				
Não Aplicável				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A			Brasileiro(a)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Vera Sarnes Negrão	046.744.348-31	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A			Brasileiro(a)
<b><u>Observação</u></b>				
Não aplicável.				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A			Brasileiro(a)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte			Nacionalidade
Fernanda Sarnes Negrão	289.699.648-60	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A			Brasileiro(a)
<u>Observação</u>				
Não Aplicável				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A			Brasileiro(a)
<u>Pessoa relacionada</u>				
BERNARDO ROMANO NEGRAO	533.088.938-35	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A			Brasil
<u>Observação</u>				
Não Aplicável				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A			Brasileiro(a)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho da Administração	N/A			Brasileiro(a)
<u>Observação</u>				

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

**7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Dessa forma, a Companhia contrata seguro de responsabilidade civil (*D&O insurance*) para membros da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, assim como para membros de comitês técnicos e consultivos e administradores de suas controladas.

O valor do prêmio líquido da apólice de D&O atualmente vigente é de R\$ 45.200,07 (quarenta e cinco mil, duzentos reais e sete centavos).

O seguro cobre segurados que eventualmente venham a ser responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, com o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, observados os termos da respectiva apólice de seguros. A cobertura da apólice vigente é de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A Companhia considera que a sua contratação de D&O está em linha com padrões de mercado, bem como leva em conta os riscos que a Companhia e seus administradores podem estar sujeitos.

Adicionalmente, a Companhia tem contratado seguro de responsabilidade civil para cobertura empresarial geral, por atividades operacionais da Companhia. O seguro cobre segurados que eventualmente venham a ser responsabilizados em decorrência do exercício regular das atividades operacionais da Companhia, como danos morais, materiais e responsabilidade civil. Sua garantia máxima é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e seu prêmio líquido total é de R\$ 45.200,07 (quarenta e cinco mil, duzentos reais e sete centavos).

## 7.8 Outras informações relevantes

### 7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Instalação em 1ª convocação</b>	<b>Quórum da 1ª convocação</b>
AGOE	11/04/2024	Sim	80,17
AGE	18/08/2023	Sim	69,80%
AGOE	29/03/2023	Sim	70,00%
AGO	25/03/2022	Sim	80,67%
AGE	10/01/2022	Sim	74,20%

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### 8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma Política de Remuneração (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020, que busca estabelecer a estratégia geral de remuneração, compreendendo, de forma ampla, qualquer valor, de natureza salarial ou não, previsto nesse documento, e atribuído aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”) e do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos da Política, a estratégia geral de remuneração da Companhia deve considerar parâmetros de mercado, funções e responsabilidades de cada profissional e os seguintes principais objetivos:

- (i) buscar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades dos negócios da Companhia;
- (ii) motivar os profissionais da Companhia ao fornecer remuneração compatível com a praticada pelo mercado;
- (iii) alinhar os interesses dos profissionais da Companhia aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco na retenção de profissionais e na criação de valor a longo prazo;
- (iv) promover práticas de remuneração atraentes e meritocráticas, de acordo com o desempenho dos profissionais e o alcance de metas individuais e da Companhia; e
- (v) incentivar a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

A Política teve como base as principais competências e atribuições referentes ao processo de definição e aprovação da remuneração, em linha com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), o Estatuto Social da Companhia e seus demais documentos internos. Ainda, define os principais parâmetros

## 8.1 Política ou prática de remuneração

e critérios que devem nortear a estrutura e a composição da remuneração e dos incentivos dos profissionais da Companhia.

A Política encontra-se disponível para consulta no site da Companhia ([www.ri.aerisenergy.com.br](http://www.ri.aerisenergy.com.br)) e em sua página eletrônica no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, no site da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

**b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Nos termos da Política, a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração entre tais membros e sobre a repartição entre parcela fixa e parcela variável.

Também compete à Assembleia Geral criar e alterar planos de remuneração baseados em ações, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a criação de programas de remuneração variável, outorga de opções de compra de ações, ações restritas, de acordo com planos aprovados pela Assembleia Geral, estabelecendo suas condições e beneficiários.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia é fixada a partir de pesquisas de mercado e análises de empresas comparáveis do setor, visando a assegurar remuneração atrativa a seus administradores.

**iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A Política da Companhia pode ser alterada, sempre que necessário, por deliberação do Conselho de Administração.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia, bem como os elementos que a compõem, são periodicamente revisitadas e atualizadas de modo a manter a sua atratividade competitividade.

Especificamente no caso dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração, a Política determina a revisão da remuneração fixa adotada anualmente, com base em pesquisas de mercado.

**c. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Os principais elementos que compõem a remuneração do Conselho de Administração da Diretoria, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são abaixo indicados:

**Conselho de Administração:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa mensal, sendo que os membros do Conselho de Administração não farão jus ao recebimento de remuneração variável pelo exercício do cargo.

**(a) Remuneração fixa:** A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de 12 (doze) parcelas ao ano, sem qualquer vinculação à participação dos membros em reuniões do órgão, pagas mensalmente a título de *pro labore*. O valor da remuneração fixa mensal de cada membro do Conselho de Administração pode variar de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas tarefas, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

**(b) Remuneração variável:** Os membros do Conselho de Administração não farão jus ao recebimento de remuneração variável.

**(c) Benefícios:** Os membros do Conselho de Administração farão jus ao recebimento de seguro devida, a título de benefício pelo exercício do cargo.

**Diretoria Estatutária:** A remuneração dos diretores estatutários da Companhia é composta da seguinte forma: (i) remuneração fixa mensal, a título de pro labore; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios. Os diretores estatutários da Companhia fazem

## 8.1 Política ou prática de remuneração

jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

**(a) Remuneração fixa:** A remuneração fixa dos diretores estatutários é composta por 12 (doze) parcelas ao ano. O valor da remuneração fixa mensal de cada diretor estatutário pode variar de acordo com suas funções, o tempo dedicado às suas atividades, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

**(b) Remuneração variável:** Os diretores estatutários da Companhia fazem jus ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus e podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração baseada em ações, bem como incentivos extraordinários.

**(b.1) Bônus:** O pagamento de bônus tem como objetivo recompensar os diretores estatutários pelo cumprimento de metas individuais e metas da Companhia, estabelecidas com base em critérios de meritocracia e/ou indicadores previamente determinados pelo Conselho de Administração;

**(b.2) Remuneração Baseada em Ações:** Os diretores estatutários da Companhia podem fazer jus ao recebimento de incentivos baseados em ações, desde que sejam considerados elegíveis e indicados como beneficiários no âmbito de planos de remuneração baseada em ações;

**(b.3) Incentivos Extraordinários:** O Conselho de Administração poderá aprovar incentivos extraordinários aos diretores estatutários pelo desempenho extraordinário das atividades exercidas.

**(c) Benefícios:** os Diretores Estatutários farão jus ao recebimento dos seguintes benefícios pelo exercício do cargo: assistência médica, vale-refeição, plano dental, seguro de vida, *smartphone*, carro e cartão combustível.

**Diretoria Não Estatutária:** A remuneração dos diretores não estatutários da Companhia é composta da seguinte forma: (i) remuneração fixa mensal, a título de salário; (ii) remuneração variável e (iii) benefícios. Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

**(a) Remuneração fixa:** A remuneração fixa dos diretores não estatutários é composta por 12 (doze) salários ao ano, 13º (décimo terceiro) salário e acréscimo de 1/3 (um terço) do valor do salário mensal relativo às férias do período, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”).

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**(b) Remuneração variável:** Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus e participação nos lucros e resultados e podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração baseada em ações, bem como de incentivos extraordinários.

**(b.1) Bônus:** O pagamento de bônus tem como objetivo recompensar os diretores não estatutários pelo cumprimento de metas individuais e metas da Companhia, estabelecidas com base em critérios de meritocracia e/ou indicadores previamente determinados pelo Conselho de Administração;

**(b.2) Programa de Participação nos Lucros e Resultados:** O programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”) consiste no pagamento aos diretores não estatutários de participação nos lucros e resultados da Companhia, de acordo com os programas estabelecidos pelo Conselho de Administração e aprovados nos termos da legislação aplicável;

**(b.3) Remuneração Baseada em Ações:** Os diretores não estatutários da Companhia podem fazer jus ao recebimento de incentivos baseados em ações, desde que sejam considerados elegíveis e indicados como beneficiários no âmbito de planos de remuneração baseada em ações;

**(b.4) Incentivos Extraordinários:** O Conselho de Administração poderá aprovar remuneração e/ou incentivos extraordinários aos diretores não estatutários pelo desempenho extraordinário das atividades exercidas.

**(c) Benefícios:** os Diretores Estatutários farão jus ao recebimento dos seguintes benefícios pelo exercício do cargo: assistência médica, vale-refeição, plano dental, seguro de vida, *smartphone*, carro e cartão combustível.

**Conselho Fiscal:** Quando o Conselho Fiscal estiver instalado, os seus membros fazem jus a remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas anuais, em conformidade com o art. 162, §3º, da Lei das S.A., equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal que for atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A remuneração fixa visa a oferecer compensação direta aos membros do Conselho Fiscal pelos serviços prestados e reconhecer e refletir a demanda de tempo, responsabilidades e complexidade inerente ao cargo. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios, nem remuneração variável pelo exercício do cargo.

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

**Comitês:** A remuneração dos membros dos Comitês da Companhia é fixa mensal, sendo que os membros dos Comitês não farão jus ao recebimento de remuneração variável pelo exercício do cargo. Os membros dos Comitês fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

- Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter o alinhamento a seus interesses retendo e incentivando seus colaboradores por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- Em uma perspectiva de médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento retendo sua Diretoria Estatutária com o pagamento de bônus atrelado a metas de desempenho; e
- Em uma perspectiva de longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio do recebimento de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, estimulando, assim, a consecução dos objetivos sociais, com a consequente criação de valor de longo para a Companhia e seus acionistas.
- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria não Estatutária
Salário ou Pró-Labore	100,00%	84,52%	0%	72,37%
Benefícios	0%	15,48%	0%	27,63%
Participação de Resultados	0%	0%	0%	0%
Cessação do cargo	0%	0%	0%	0%
Total	100,00%	100,00%	0%	100,00%

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria não Estatutária

## 8.1 Política ou prática de remuneração

	de Administração			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	88,24%	100,00%	70,29%
Benefícios	0%	11,76%	0%	26,03%
Participação de Resultados	0%	0%	0%	3,68%
Cessação do cargo	0%	0%	0%	0%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021				
Órgão / Elemento da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Diretoria Não Estatutária
Salário ou Pró-Labore	100,00%	66,64%	100,00%	76,54%
Benefícios	0%	8,23%	0%	14,95%
Participação de Resultados	0%	11,03%	0%	8,51%
Cessação do cargo	0%	14,09%	0%	0%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A revisão da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária é definida anualmente, com base em pesquisas de mercado.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária, por sua vez, está atrelada ao atingimento de metas definidas anualmente pelo Conselho de Administração.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

A remuneração fixa e os benefícios devidos aos membros da administração, como acima indicado, não estão diretamente atrelados a indicadores de desempenho.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária pode ser definida com base em indicadores de desempenho a ser determinados pelo Conselho de Administração.

Os indicadores de desempenho e/ou metas poderão estar atrelados a parâmetros financeiros, operacionais, ambientais, sociais, de governança, sustentabilidade, ou outros que sejam considerados pertinentes, a critério do Conselho de Administração.

### **ii. razões que justificam a composição da remuneração**

Os administradores da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos, objetivando a manter o nível de competitividade da Companhia perante as práticas de mercado em empresas do mesmo porte, atraindo e retendo executivos e profissionais.

Adicionalmente, a estratégia de remuneração, de forma geral, procura atrelar a remuneração aos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia, especialmente no tocante à remuneração variável a que podem ser elegíveis os membros da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária.

### **iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, da Diretoria Não Estatutária e dos Comitês são atualmente remunerados pela Companhia.

### **d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

No exercício social encerrado em 2021 havia um membro da Diretoria Estatutária que recebia sua remuneração pelas funções exercidas na Companhia por meio da Aeris Service LLC, controlada da Companhia localizada nos Estados Unidos.

### **e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários da Companhia.

## 8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,83		13,83
Nº de membros remunerados	6,00	7,83		13,83
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	3.060.000,00	7.471.611,20		10.531.611,20
Benefícios direto e indireto	0,00	1.316.000,00		1.316.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	348.122,40		348.122,40
Participação de resultados	0,00	3.223.732,00		3.223.732,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	696.244,80		696.244,80
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	3.060.000,00	13.055.710,40		16.115.710,40

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,42	6,83		12,25
Nº de membros remunerados	5,33	6,58		11,91
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.255.000,00	5.338.608,00		7.593.608,00
Benefícios direto e indireto	0,00	978.000,00		978.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
<b>Total da remuneração</b>	2.255.000,00	6.316.608,00		8.571.608,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,67	0,75	11,42
Nº de membros remunerados	5,00	5,67	0,75	11,42
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.045.000,00	4.080.000,00	63.000,00	8.188.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	544.000,00	0,00	544.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	4.045.000,00	4.624.000,00	63.000,00	8.732.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,33	2,50	13,83
Nº de membros remunerados	5,00	6,33	2,50	13,83
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.620.000,00	4.728.500,00	194.599,98	6.543.099,98
Benefícios direto e indireto	0,00	584.000,00	0,00	584.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	782.889,60	0,00	782.889,60
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	1.620.000,00	7.095.389,60	194.599,98	8.909.989,58

### 8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,83		<b>13,83</b>
Nº de membros remunerados	0,00	7,83		<b>7,83</b>
Esclarecimento	N/A			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	348122,40		<b>348.122,40</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3223732,00		<b>3.223.732,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,42	6,83		<b>12,25</b>
Nº de membros remunerados	0,00	6,58		<b>6,58</b>
Esclarecimento	NA			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,67	0,75	<b>11,42</b>
Nº de membros remunerados	0,00	5,67	0,00	<b>5,67</b>
Esclarecimento	NA		NA	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1500000,00	0,00	<b>1.500.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15180,00	0,00	<b>15.180,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	15180,00	0,00	<b>15.180,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,33	2,50	<b>13,83</b>
Nº de membros remunerados	0,00	6,33	0,00	<b>6,33</b>
Esclarecimento	NA		NA	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1500000,00	0,00	<b>1.500.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1000000,00	0,00	<b>1.000.000,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3480825,50	0,00	<b>3.480.825,50</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1490412,75	0,00	<b>1.490.412,75</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	782889,60	0,00	<b>782.889,60</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

**8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

Como nota introdutória a este item 8.4, a Companhia esclarece que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) a extinção do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano de Opções 2020"); e (ii) a criação de novo Plano de Outorga de Ações Restritas ("1º Plano").

Nota-se que as deliberações acima se inseriram no contexto do aprimoramento da estrutura de incentivos da Companhia, tendo a administração da Companhia revisitado o modelo anteriormente previsto para os incentivos baseados em ações e considerado pertinente atualizá-lo de modo a otimizar as alternativas à disposição da administração nessa seara.

A administração da Companhia ressalta que o Plano de Opções 2020 não chegou a ser efetivamente implementado pela administração da Companhia, não tendo ocorrido a outorga de opções em seu âmbito.

Nesse sentido, considerando que o Plano de Opções 2020 não foi efetivamente implementado e já teve sua extinção formalmente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022, para melhor compreensão acerca da estrutura de incentivos atualmente em vigor, este item 8.4 contempla as informações relativas ao 1º Plano, aprovado na mesma assembleia. Adicionalmente, para referência, informa-se que, salvo se registrado de forma diversa, os termos aqui definidos terão o significado que lhes é atribuído no 1º Plano, disponível para consulta nos sites da Companhia e da CVM.

Ainda, a Companhia esclarece que as informações relacionadas ao Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas ("2º Plano") e, em conjunto com o 1º Plano, "Planos"), ora descrito está sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação em 11 de abril de 2024.

### a. termos e condições gerais

Os Planos têm como premissa essencial a possibilidade de a Companhia entregar aos respectivos participantes número de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Restritas"), ficando a efetiva transferência dessas Ações Restritas sujeita à verificação de determinados termos e condições, inclusive período de vesting.

Poderão ser contemplados pelos Plenos, a critério do Conselho de Administração (ou de comitê especialmente nomeado pelo Conselho de Administração para essa finalidade ("Comitê")), pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, coordenadores, especialistas, supervisores, empregados, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

pessoas-chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas (“Pessoas Elegíveis”).

O Conselho de Administração será responsável pela administração dos Planos, podendo nomear Comitê para assessorá-lo, delegando poderes para essa finalidade. Sendo assim, o Conselho de Administração (ou, conforme o caso, o Comitê) poderá aprovar programas de outorga de Ações Restritas com condições específicas, observadas os termos e condições dos respectivos Planos (“Programa”), bem como escolher, dentre as Pessoas Elegíveis, aquelas que receberão a outorga das Ações Restritas, nas condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Planos.

### 1º Plano

O 1º Plano abrange a possibilidade de outorga de Ações Restritas que, via de regra, deverão ser entregues no prazo mínimo de 3 (três) anos a partir da data de sua outorga, observado o disposto no 1º Plano.

### 2º Plano

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão fixar os prazos de vesting, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das Ações Restritas.

#### b. data de aprovação e órgão responsável

##### 1º Plano

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022.

##### 2º Plano

Sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em primeira convocação, em 11 de abril de 2024.

#### c. número máximo de ações abrangidas

##### 1º Plano

As Ações Restritas outorgadas nos termos do 1º Plano, considerando todos os Programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 0,31% (trinta e um centésimos por cento) do total das ações de emissão da Companhia.

Como, nesta data, o capital social da Companhia está dividido em 766.213.456 (setecentos e sessenta

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

e seis milhões, duzentas e treze mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações, o total de Ações Restritas que poderiam ser outorgadas no âmbito do 1º Plano, nesta data, seria de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) Ações Restritas, correspondentes, nesta data, a aproximadamente 0,31% (trinta e um centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

### 2º Plano

As Ações Restritas outorgadas nos termos do 2º Plano, considerando todos os Programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia, correspondentes, a 18.000.000 (dezoito milhões)<sup>71</sup> de ações ordinárias de emissão da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos do 2º Plano.

#### d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

#### e. condições de aquisição de ações

No âmbito da aprovação de cada Programa e/ou da celebração dos Contratos de Outorga com os Participantes (escolhidos dentre as Pessoas Elegíveis, conforme definido nos respectivos Planos), o Conselho de Administração (ou o Comitê, conforme o caso) os termos e condições das outorgas.

Ressalta-se que a efetiva transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos nos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga, de modo que a mera outorga em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

### 1º Plano

Nos termos do 1º Plano, as Ações Restritas somente poderão ser entregues aos Participantes após o decurso do Período de Vesting estabelecido no respectivo Programa ou Contrato de Outorga. Ressalta-se que, em regra, o Período de Vesting será de 3 (três) anos contados da outorga, havendo ainda a previsão de vesting parcial a partir do período mínimo de 1 (um) ano a contar da outorga (ao final do qual o Participante fará jus às Ações Restritas, de forma proporcional ao Período de Vesting transcorrido, observado que a efetiva transferência das Ações Restritas será realizada ao final do Período de Vesting).

### 2º Plano

---

<sup>1</sup> Considerando o capital social da Companhia em 12 de março de 2024 (data da Proposta da Administração). Ressalva-se que o 2º Plano é submetido a deliberação dos acionistas no âmbito da AGOE a ser realizada em primeira convocação em 11 de abril de 2024. Tendo em vista que a AGOE também irá deliberar sobre a proposta de grupamento de ações, na proporção de 20:1, caso o grupamento seja aprovado o limite previsto pelo 2º Plano deverá ser proporcionalmente ajustado à luz da nova composição do capital social (900.000 ações).

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão fixar os prazos de vesting, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das Ações Restritas.

### f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

### g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

### h. forma de liquidação

A liquidação das outorgas no âmbito dos Planos ocorre mediante a transferência das Ações Restritas para o Participante e somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos nos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga.

Para fins de esclarecimento, as Ações Restritas entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidos nos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga, observado que o Participante em questão não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das Ações Restritas para os Participantes.

Em regra, a transferência das Ações Restritas será realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de término do respectivo período de *vesting*, mediante alienação privada ao Participante de ações mantidas em tesouraria, nos termos dos respectivos Planos e da Resolução CVM 77, e sempre observadas as autorizações societárias pertinentes à negociação com ações de própria emissão.

### i. restrições à transferência das ações

Nos termos dos Planos, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante em questão dessas mesmas Ações Restritas.

### j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extintos, suspensos ou alterados, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral.

Além disso, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de ajustes nos Programas já instituídos nas hipóteses de reorganização societária ou alteração do número espécie e classe

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de outros valores mobiliários de emissão da Companhia em ações.

### k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

#### 1º Plano

Nos termos do 1º Plano, e sem prejuízo do estabelecido nos respectivos Contratos de Outorga, na hipótese de ocorrer o Desligamento do Participante (i) por sua própria iniciativa (incluindo mas não se limitando a pedido de demissão ou de renúncia ao cargo ocupado na Companhia ou em suas controladas); (ii) antes de finalizado o Período Mínimo de Vesting; ou (iii) por iniciativa da Companhia ou de suas controladas, com justa causa (incluindo, mas não se limitando à demissão com justa causa), o Participante perderá integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas (“Desligamento sem Vesting”). Caso o Desligamento do Participante ocorra após o Período Mínimo de Vesting, por iniciativa da Companhia ou de suas controladas e sem justa causa, incluindo as hipóteses de invalidez permanente, falecimento, aposentadoria ou processo sucessório negociado com o Conselho de Administração, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting transcorrido até a data do Desligamento (“Desligamento com Vesting Parcial”). Especificamente em relação ao 1º Plano, é previsto Desligamento com Vesting Parcial, na proporção de 1/36 das Ações Restritas por cada mês desde a Data de Outorga.

#### 2º Plano

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, na hipótese de ocorrer o Desligamento do Participante (i) por sua própria iniciativa (incluindo mas não se limitando a pedido de demissão ou de renúncia ao cargo ocupado na Companhia ou em suas controladas); (ii) antes de finalizado o Período de Vesting, por qualquer motivo; ou (iii) por iniciativa da Companhia ou de suas controladas (incluindo, mas não se limitando à demissão com justa causa), o Participante perderá integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas (“Desligamento sem Vesting 2º Plano”). Caso o Desligamento do Participante ocorra após o Período de Vesting, por iniciativa da Companhia ou de suas controladas e sem justa causa, incluindo as hipóteses de invalidez permanente, falecimento, aposentadoria, processo sucessório, ou conforme negociado com o Conselho de Administração, o Participante (ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso) permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting transcorrido até a data do Desligamento (“Desligamento com Vesting Parcial”), cuja entrega permanecerá sujeita aos termos e prazos previstos no 2º Plano ou no Programa e Contrato de Outorga aplicável.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que não houve de compra de ações reconhecidas nos últimos três exercícios sociais e não há previsão de que sejam realizadas opções de compra de ações durante este exercício social corrente.

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais não foram realizadas outorgas de opções de compra ações aos diretores e membros do conselho de administração, e não há previsão para tanto no exercício social corrente.

## 8.7 Opções em aberto

**8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Não aplicável, considerando que, ao final do último exercício social, não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

**8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

**8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

A Companhia esclarece que nos 3 últimos exercícios sociais não foi reconhecida remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Caso o Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas seja aprovado no âmbito da assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação em 11 de abril de 2024, a Companhia prevê, para o exercício social corrente:

**Ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - previsão para o exercício social corrente 2024**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	6,00	7,83
<b>N.º de membros remunerados</b>	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,09%

## 8.10 Outorga de ações

**8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

A Companhia esclarece que não foram realizadas outorgas de ações nos últimos 3 exercícios sociais para o conselho de administração e da diretoria estatutária.

Caso o Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas seja aprovado no âmbito da assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação em 11 de abril de 2024, a Companhia prevê, para o exercício social corrente:

<b>Exercício Social prevista para o exercício social corrente – 2024</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
N.º total de membros	6,00	7,83
N.º de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	-	Abril/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	11.600.000
Prazo máximo para entrega das ações	-	2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	-	0,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor	-	7.888.000

**8.10 Outorga de ações**

justo das ações na data da outorga		
------------------------------------	--	--

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que não houve entregas de ações nos últimos três exercícios sociais e não há previsão de que sejam entregues ações durante este exercício.

## 8.12 Precificação das ações/opções

**8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

**a. modelo de precificação**

Para o 2º Plano, o preço de referência por Ação Restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Conforme item acima, para o 2º Plano, o preço de referência por ação restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

Para cálculo do preço médio ponderado das ações previsto para o exercício social corrente a Companhia utilizou como base a cotação das ações no período que antecedeu a divulgação da proposta da administração para a AGOE de 2024<sup>1</sup>.

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Todas as características importantes relacionadas as ações restritas estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

---

<sup>1</sup> Divulgado em 12.03.2024

## 8.13 Participações detidas por órgão

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

Sociedade	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Quantidade alde ações/ cotas	tot %	Quantidade total deações / cotas	%	Quantidade total de ações / cotas	%
Companhia	7.878.186	12,7%	1.500.720	2,4%	0	0

## 8.14 Planos de previdência

**8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. nome do plano**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. condições para se aposentar antecipadamente**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

## 8.15 Remuneração mínima, média e máxima

### Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Nº de membros	6,83	5,67	6,33	5,42	5,00	5,00	0,75
Nº de membros remunerados	6,58	5,67	6,33	5,33	5,00	5,00	0,75
Valor da maior remuneraçãoReal	1.109.283,00	816.000,00	1.368.600,58	535.000,00	2.800.000,00	420.000,00	21.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	720.000,00	816.000,00	831.048,17	360.000,00	200.000,00	100.000,00	21.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	959.970,82	815.520,28	1.120.914,63	423.076,92	809.000,00	324.000,00	84.000,00

### Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para cálculo da menor remuneração foram considerados apenas os membros que exerceram o cargo por mais de 12 meses. A maior remuneração foi recebida por membro que exerceu o cargo por 12 meses.	
31/12/2022	Apenas um membro ocupou o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2021	Todos os membros da Diretoria reportados ocuparam seus respectivos cargos pelo prazo de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Para cálculo da menor remuneração foram considerados apenas os membros que exerceram o cargo por mais de 12 meses. A maior remuneração foi recebida por membro que exerceu o cargo por 12 meses.	
31/12/2022	Todos os membros do Conselho de Administração reportados ocuparam seus respectivos cargos pelo prazo de 12 meses	
31/12/2021	Todos os membros do Conselho de Administração reportados ocuparam seus respectivos cargos pelo prazo de 12 meses.	

	<b>Conselho Fiscal</b>	
	<b>Observação</b>	<b>Esclarecimento</b>
<b>31/12/2022</b>	O conselho Fiscal ficou instalado até março de 2022. De forma que a menor remuneração considera todas as remunerações recebidas, sem qualquer exclusão. A remuneração média informada para fins deste item, adotando os critérios previstos no Ofício-Circular Anual SEP 2022, considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. Neste caso, segundo os critérios estabelecidos no Ofício-Circular Anual SEP 2022, o valor da remuneração média é maior do que o valor da maior remuneração, considerando a divisão por número inferior a 1.	O conselho Fiscal ficou instalado até março de 2022. De forma que a menor remuneração considera todas as remunerações recebidas, sem qualquer exclusão .A remuneração média informada para fins deste item, adotando os critérios previstos no Ofício-Circular Anual SEP , considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. Neste caso, seguindo os critérios estabelecidos no Ofício-Circular Anual SEP.

## 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

**8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Órgão	2021	2022	2023	Prevista para o exercício social corrente - 2024
<b>Diretoria Estatutária</b>	78,69%	49,83%	73,69%	81,01%
<b>Conselho de Administração</b>	19,02%	49,40%	26,31%	18,99%
<b>Conselho Fiscal</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

## 8.18 Remuneração - Outras funções

**8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os administradores da Companhia não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam e não há previsão para o exercício social corrente que os administradores da Companhia recebam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

**8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 e ao exercício social corrente, não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

**2021:**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas	N/A	R\$ 276.500,00	N/A	R\$ 276.500,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

\*O valor pago pelas controladas à Diretoria Estatutária, foi de USD 50.000,00. Para conversão do Dólar foi considerado a cotação em 26.02.2021 equivalente a R\$ 5,53.

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes para esta seção 8 que não informadas nos itens anteriores.

## 9.1/9.2 Identificação e Remuneração

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>002879</b>			
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>		
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20		
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>			
24/05/2019	01/01/2019			
<b>Descrição dos serviços prestados</b>				
(i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022 e elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (iii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB);				
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>				
A remuneração dos auditores independentes paga no último exercício social foi de R\$ 386.890,00, referente apenas aos serviços de auditoria independente, não havendo quaisquer outros serviços prestados.				
<b>Justificativa da substituição</b>				
A decisão para a substituição do auditor independente ocorreu como boa prática de governança corporativa e analisa como saudável a referida substituição (passados 5 (cinco) anos consecutivos de prestação de serviços).				
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>				
N/A				

---

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>010324</b>			
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>		
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79		
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>			
26/03/2024	01/01/2024			
<b>Descrição dos serviços prestados</b>				
(i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 e elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (iii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB);				

<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>
N/A

<b>Justificativa da substituição</b>
N/A

<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>
N/A

---

### 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

**9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

A Companhia não possui uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria, contudo, adota práticas com o objetivo de evitar a existência de conflitos de interesse ou a perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, vedando a contratação de serviços de consultoria que podem ameaçar a independência dos auditores independentes durante a vigência do contrato de auditoria.

O Conselho de Administração da Companhia tem conhecimento e aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes. A contratação de eventual serviço não relacionado à auditoria externa está alinhada de modo a assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes para esta seção 9 que não informadas nos itens anteriores.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	60	264	0	0	0
Não-liderança	1108	4712	0	0	0
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>1168</b>	<b>4976</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	3	89	11	200	2	0	19
Não-liderança	77	795	377	4270	140	0	161
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>80</b>	<b>884</b>	<b>388</b>	<b>4470</b>	<b>142</b>	<b>0</b>	<b>180</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	67	248	9
Não-liderança	3171	2556	93
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>3238</b>	<b>2804</b>	<b>102</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	297	0	25	2	0
Não-liderança	1	5794	0	24	1	0
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>1</b>	<b>6091</b>	<b>0</b>	<b>49</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	0	0	0
Nordeste	1161	4930	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	5	44	0	0	0
Sul	2	1	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>1168</b>	<b>4976</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	1
Nordeste	80	852	385	4456	142	0	176
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	30	2	14	0	0	3
Sul	0	2	1	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 6.144	80	884	388	4470	142	0	180
---------------	----	-----	-----	------	-----	---	-----

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	1
Nordeste	3235	2761	95
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	3	40	6
Sul	0	3	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 6.144</b>	<b>3238</b>	<b>2804</b>	<b>102</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1. Descrição dos recursos humanos

**b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)**

Atividade	Exercício Social encerrado em 31.12.2023					
	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Total
Administrativo	0	132	0	0	0	0
Coordenação	0	0	0	0	0	0
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Engenharia	0	0	0	0	0	0
Especialista	0	0	0	0	0	0
Estagiário	0	0	0	0	0	0
Gerência	0	0	0	0	0	0
Liderança Operacional	0	0	0	0	0	0
Operacional	0	910	0	0	0	0
Técnica	0	145	0	0	0	0
Controles internos, riscos corporativos e <i>compliance</i>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1.187</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Redução de terceiros devido a atividades concluídas no período.

### c. índice de rotatividade

No período de 12 (doze) meses do ano de 2023 o acumulado de turnover da companhia fechou em 13,03%.

## 10.2 Alterações relevantes

### **10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima**

Em 2023, nota-se aumento no número total de funcionários próprios devido à mudança de escala dos colaboradores, que requereu aumento de quadro.

Nota-se também redução no número total de funcionários terceirizados devido à conclusão de atividades para os quais eram contratados.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

#### a. política de salários e remuneração variável

A Companhia possui um Procedimento de Remuneração Interna (“Procedimento”), que tem como objetivo: (i) manter o equilíbrio interno, proporcionando estabilidade entre os cargos e salários da Companhia; (ii) elaborar um plano de carreira a fim de proporcionar o desenvolvimento profissional; (iii) promover o equilíbrio interno e externo dos salários pagos pela Companhia com os salários pagos pelo mercado, através de pesquisa salarial; (iv) atrair, reter e desenvolver o capital intelectual com real capacidade de atender as necessidades e prioridades da Companhia frente ao mercado; (v) estimular o aperfeiçoamento dos colaboradores, possibilitando o desenvolvimento profissional e pessoal, baseado nas perspectivas de aproveitamento interno (oportunidades); e (vi) reconhecer os protagonistas que realizam atividades de alto desempenho.

O Procedimento é aplicável para todos os colaboradores da Companhia, exceto estagiários e aprendizes.

De acordo com o Procedimento, é de responsabilidade da área de Remuneração, conforme a necessidade, realizar a cada dois anos uma pesquisa salarial em empresas do mesmo segmento para analisar as práticas salariais adotadas pelo mercado.

Conforme previsto no Procedimento, a remuneração dos colaboradores está dividida em três pontos: fixa, variável e indireta. Remuneração fixa refere-se ao valor recebido pelo exercício das funções (salário). Remuneração variável refere-se ao valor em função de sua contribuição para o resultado da Companhia – são os valores pagos em PLR. Remuneração indireta, por fim, são os pacotes de benefícios.

A Companhia entende que o Procedimento é importante parte de sua estratégia de pessoas, na medida em que auxilia a assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e retermos profissionais; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

#### b. política de benefícios

Está contemplado no Procedimento o oferecimento de benefícios específicos. Isso inclui o plano de saúde, que é custeado integralmente pela empresa, para nossos

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

colaboradores, assim como o plano odontológico. Além disso, oferecemos vale-alimentação, transporte fretado, refeições no local de trabalho, seguro de vida, programas de desenvolvimento profissional, entre outros, para atender aos nossos colaboradores. Esses benefícios podem ser do tipo flexível ou definido. Nossos benefícios estão alinhados com as práticas de mercado e ainda contamos com o programa de AIS (Atenção Integral à Saúde).

**c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:**

- i. grupos de beneficiários**
- ii. condições para exercício**
- iii. preços de exercício**
- iv. prazos de exercício**
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 10 de janeiro de 2022, seus acionistas aprovaram pela extinção do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia antes vigente, o qual foi substituído, na mesma Assembleia, pelo Primeiro Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“1º Plano”).

Ainda, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 11 de abril de 2024, seus acionistas aprovaram o Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas (“2º Plano” e, em conjunto com o 1º Plano, “Planos”).

Dentre as previsões dos Planos, são elegíveis serem participantes do 1º Plano, a critério do Conselho de Administração (ou de comitê especialmente nomeado pelo Conselho de Administração para essa finalidade, conforme o caso – (“Comitê”)), pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, coordenadores, especialistas, supervisores, empregados, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas, por serem considerados pessoas-chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas.

Quando da aprovação de cada programa de outorga de ações restritas, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, elegerá seus participantes e fixará os termos e condições das outorgas de ações restritas por meio do contrato de outorga, a ser celebrado entre a Companhia e cada participante.

#### **1º Plano**

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O 1º Plano prevê, ainda, que o preço de referência das ações restritas deverá corresponder à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes de sua aquisição pela Companhia.

O 1º Plano abrange a possibilidade de outorga de ações restritas, que, via de regra, deverão respeitar o “Período de *Vesting*”, correspondente ao prazo de 3 (três) anos a contar da a data em que o Conselho de Administração e/ou o Comitê, caso seja constituído, aprovar a outorga de ações restritas ao respectivo participante, ao final do qual serão transferidas as ações restritas aos participantes.

As ações restritas outorgadas nos termos do 1º Plano, considerando todos os programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 0,31% (trinta e um centésimos por cento) do total das ações de emissão da Companhia.

### **2º Plano**

Para o 2º Plano, o preço de referência por ação restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão fixar os prazos de *vesting*, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das ações restritas.

As ações restritas outorgadas nos termos do 2º Plano, considerando todos os programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

A Companhia ressalta que os principais termos e condições dos Planos também se encontram detalhados no item 8.4 deste Formulário de Referência. Os Planos se encontram disponíveis para consulta nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da Companhia (<https://www.ri.aerisenergy.com.br/>).

**d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador**

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

**estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

(i) A maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d deste Formulário de Referência), incluindo a remuneração de administrador estatutário, foi R\$ 1.463.283,00.

(ii) A mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social, foi de R\$ 82.075,51.

Nesse sentido, a razão é de, aproximadamente, 17,8285 x.

Para o cálculo da mediana da remuneração dos empregados da Companhia, não consideramos a diretoria estatutária, membros dos conselhos de administração e fiscal ou estagiários e jovens aprendizes.

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### **10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais**

A Aeris mantém um bom relacionamento com o sindicato patronal da sua categoria, assim como com os sindicatos representativos dos seus empregados, não havendo histórico de greves ou paralisações.

Atualmente a Companhia paga taxa associativa dos seus empregados que são associados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos do Estado do Ceará.

Não foram reportadas greves nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

## 10.5 Outras informações relevantes

### 10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

**11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia adotou, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de agosto de 2020, uma Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política”), com objetivo de estabelecer regras, procedimentos e diretrizes que contribuam para assegurar que Transações com Partes Relacionadas envolvendo a Companhia sejam realizadas no seu melhor interesse.

A Política foi elaborada em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado Resolução CVM n.º 94, de 20 de maio de 2022, e visa garantir transparência ao processo de contratação com partes relacionadas perante seus acionistas, investidores e o mercado em geral.

Nesse sentido, a Política estabelece que as Transações com Partes Relacionadas devem observar os seguintes critérios:

- i. as transações devem atender aos interesses da Companhia, terem justificativa econômica, serem comutativas e estarem em condições ao menos igualmente favoráveis a preços, termos e condições praticados no mercado e disponíveis para a Companhia, assim compreendidas como aquelas oferecidas por um terceiro não- relacionado com a Companhia em circunstâncias equivalentes;
- ii. devem ser formalizadas por escrito e o documento deve especificar as principais características e condições da transação, incluindo, conforme aplicável, preço, prazos, garantias e responsabilidades referentes à operação;
- iii. no caso de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas, as transações devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas; e
- iv. devem ser descritas quaisquer outras informações que possam ser relevantes diante das circunstâncias da transação específica.

Cabe à Diretoria da Companhia negociar e conduzir as Transações com Partes Relacionadas, observadas as regras de alçada aplicáveis.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

Cabe, ainda, ao Comitê de Auditoria avaliar previamente cada uma das transações com o intuito de identificar, em conformidade com os critérios da Política: (i) as transações classificadas ou potencialmente classificadas como Transações com Partes Relacionadas; (ii) a aplicabilidade dos procedimentos e condições previstos na Política; (iii) as Partes Relacionadas envolvidas na transação e (iv) a existência de situações envolvendo conflitos de interesses entre tais partes.

As Transações com Partes Relacionadas devem ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ressalvadas as hipóteses em que o órgão, nos termos do Estatuto Social, estabeleça valores de alçada para a Diretoria da Companhia, casos em que caberá à Diretoria, de forma colegiada, aprovar tais transações. A Diretoria ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderão condicionar a aprovação da Transação com Partes Relacionadas às adequações que julgar necessárias.

Ainda, nos termos do art. 122 da Lei das S.A., será de competência da assembleia geral deliberar sobre a celebração de Transações com Partes Relacionadas, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

Não se sujeitam às regras e aos procedimentos da Política as Transações com Partes Relacionadas referentes a: (i) remuneração dos administradores da Companhia; e (ii) prestação de garantias à Companhia por seus acionistas controladores, desde que prestadas no melhor interesse da Companhia.

A Política em sua íntegra se encontra disponível para acesso e consulta dos investidores e público em geral nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e de relações com investidores da Companhia (<https://www.ri.aerisenergy.com.br/governanca-corporativa/politicas/>). D

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AERIS LLC	01/11/2022	10.792.944,03	10.504.616,14	0,00	3 anos	3,50000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo entre partes relacionadas oriundo de recursos próprios da Controladora no Brasil. O contrato considera uma taxa de juros SOFR + 3,5%					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prover capital de giro para as operações da Aeris LLC.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
<b>Especificação Posição Contratual</b>						
AERIS LLC	24/03/2023	34.772.410,00	34.000.760,58	0,00	3 anos	3,50000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo entre partes relacionadas oriundo de recursos próprios da Controladora no Brasil					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prover capital de giro para as operações da Aeris LLC.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
<b>Especificação Posição Contratual</b>						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

**11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:**

**(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Para celebração de transações com partes relacionadas a Companhia adota as medidas previstas na Lei das S.A., nas normas da CVM, no Regulamento do Novo Mercado e na sua Política de Transações com Partes Relacionadas.

As operações realizadas foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Cumpre notar que, em relação às transações celebradas no último exercício social e em vigor no exercício social corrente, não houve necessidade de estabelecimento, pela Companhia, de nenhum mecanismo formal adicional para verificar a existência de eventual conflito de interesses nestas operações, tendo sido celebrada em observância a e conformidade com as medidas legais de tratamento de conflitos de interesses adotadas pela Companhia.

**(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Em relação às transações com partes relacionadas celebradas no último exercício social e em vigor no exercício social corrente, a Companhia nota que foram celebradas em condições equitativas, ou ao menos igualmente favoráveis à Companhia, quando comparadas às condições disponíveis no mercado, de modo que, para tais celebrações, foram contemplados seus principais termos, as bases de mercado e as condições financeiras e operacionais que justificaram sua realização.

A Companhia destaca que a contratação de serviços, a celebração de contratos e o estabelecimento de suas relações comerciais consideram avaliações internas e condições praticadas no mercado, inclusive no que se refere a esta operação em específico, cuidando de assegurar que seu próprio interesse e o interesse de seus acionistas fossem observados. Assim, as transações com partes relacionadas celebradas no último exercício social e em vigor no exercício social corrente foram realizadas no interesse da Companhia.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Especificamente no caso de mútuos, quando celebrados com partes relacionadas em que a Companhia figura como credora, os prazos, cronogramas de pagamentos e taxas de juros são condizentes com as praticadas no mercado, observado que as taxas de juros, neste caso, são maiores do que as taxas de captação própria da Companhia, compatíveis com o risco da parte relacionada em questão e com as taxas de juros que poderiam ser obtidas pelo devedor no mercado.

## 11.3 Outras informações relevantes

### 11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além do critério de materialidade, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem informadas nesta seção 11 do Formulário de Referência.

## 12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
11/04/2024	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
11/04/2024	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
11/04/2024	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
20/08/2020	N/A	1.328.024.995,17
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
766.213.456	0	766.213.456

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

**12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:**

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
  - i. condições
  - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
  - i. hipóteses de resgate
  - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é companhia estrangeira e suas ações se encontram custodiadas no Brasil.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Únic
<b>Data de emissão</b>	15/01/2021
<b>Data de vencimento</b>	15/01/2026
<b>Quantidade</b>	600.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor nominal global</b>	600.000.000,00
<b>R\$</b>	
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	637.081.934,08
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de Debêntures, objeto de garantia firme, indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	15 de janeiro 2026. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de vencimento; no parâmetro de cálculo dos juros remuneratórios; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado, deverá ser aprovada pelos debenturistas que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
	As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 dias e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
	Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
<b>Outras características relevantes</b>	N/A
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Únic
<b>Data de emissão</b>	31/07/2021
<b>Data de vencimento</b>	31/07/2026
<b>Quantidade</b>	700.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor nominal global</b>	700.000.000,00
<b>R\$</b>	
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	693.905.578,51
<b>Restrição a circulação</b>	Não

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada a todos os debenturistas, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado").  O valor a ser pago aos debenturistas será equivalente ao valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos juros remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a primeira data de integralização, ou a data do pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (ii) se for o caso, do prêmio de resgate, que não pode ser negativo, indicado na comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	31 de julho de 2026. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de vencimento; (iii) qualquer das condições de remuneração das Debêntures; (iv) nas datas de pagamento dos juros remuneratórios; (v) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (vi) nas hipóteses de vencimento antecipado, deverá ser aprovada pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.  As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 30 dias e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
<b>Outras características relevantes</b>	N/A

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1680	540	387

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

### 12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 sob o código AERI3 desde novembro de 2020.

As debêntures emitidas pela Companhia:

- (i) Depósito para Distribuição: As Debêntures foram depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A., sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.
- (ii) Depósito para Negociação. As Debêntures foram depositadas para negociação em mercado de balcão organizado por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negocações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável. Não há valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável. Não há títulos de emissão da Companhia emitidos no exterior.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

**12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:**

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

**Oferta Pública de Distribuição de Ações:**

A Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, compreendendo a distribuição primária de 476.190.477 (quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e noventa mil e quatrocentas e setenta e sete) novas ações, ao preço de R\$0,84 (oitenta e quatro centavos) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos) (“Follow-On”).

A Companhia está fazendo o uso dos recursos líquidos provenientes do Follow-On para otimizar a estrutura de capital, reduzir o índice de alavancagem e suprir as necessidades de caixa para amortização das operações financeiras vincendas em 2024.

**2ª Emissão de Debêntures:**

A Companhia concluiu, em 16 de agosto de 2021, a oferta pública da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 476/2009 (“Segunda Emissão de Debêntures”), perfazendo o montante total de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Os recursos obtidos por meio da referida emissão foram destinados: (i) à quitação de financiamentos contraídos pela Companhia no montante de aproximadamente R\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais); e (ii) o que sobrar, para reforço de caixa e capital de giro, em ambos os casos, dentro do curso ordinário de negócios da Companhia.

**1ª Emissão de Debêntures:**

Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu a oferta pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 476/2009 (“Primeira Emissão de Debêntures”), perfazendo o montante total de R\$ 670.704.000,00 (seiscentos e setenta milhões, setecentos e quatro mil reais). Os recursos obtidos por meio da referida emissão foram destinados ao refinanciamento de dívidas da Companhia.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no item acima.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

## 12.9 Outras informações relevantes

### 12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

#### Grupamento de Ações

A Companhia esclarece que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11.04.2024 aprovou a proposta de grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 20 (vinte) ações para formar 1 (uma) ação. A esse respeito, a Companhia esclarece que o item 12.1 deste Formulário de Referência já contempla os efeitos do grupamento sobre o capital social da Companhia, observado, contudo, que tendo em vista os procedimentos operacionais para efetivação do grupamento, as ações somente passarão a ser efetivamente negociadas “ex-grupamento” a partir do pregão de 14.05.2024 (inclusive).

#### Informações adicionais ao item 12.3.

Em virtude de restrições do Sistema Empresas.NET, apresenta-se, abaixo, as informações completas sobre a 1<sup>a</sup> (primeira) e a 2<sup>a</sup> (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia:

#### 2<sup>a</sup> (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única (“Segunda Emissão de Debêntures”)

#### Condições de vencimento antecipado

Sujeito ao disposto nas Cláusulas 4.15.2 a 4.15.10 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, o agente fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário (ou do saldo do valor nominal unitário), acrescido dos juros remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos encargos moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 4.15.2 e 4.15.3 (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”).

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:

- I. decretação de falência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de sua

## 12.9 Outras informações relevantes

concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, formulado pela Emissora, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;

- II. extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Emissora;
- III. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, na data de seu vencimento, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado do respectivo inadimplemento;
- IV. não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no respectivo prazo de cura da obrigação financeira;
- V. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado financeiro ou de capitais local ou internacional;
- VI. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão, no todo ou em parte, a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- VII. na hipótese de a Companhia ou qualquer de suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;
- VIII. se a Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures for declarada inválida, nula ou inexequível, por qualquer lei, decisão judicial ou sentença arbitral; e

## 12.9 Outras informações relevantes

IX. cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM ou qualquer transformação da Companhia em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento (“Vencimento Antecipado Não Automático”):

I.inadimplemento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento, quando não houver prazo diverso expressamente definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;

II. protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra quaisquer das controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou por quaisquer das controladas, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do referido protesto, ou (b) se o protesto for cancelado ou sustado judicialmente no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis;

III. violação pela Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos diretores ou membros do conselho de administração no âmbito da emissão, ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a UK Bribery Act of 2010 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977;

IV. redução de capital social da Companhia sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, convocada especialmente para este fim, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na data de emissão;

## 12.9 Outras informações relevantes

V. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos 19 dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

VI. caso as declarações feitas pela Companhia na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, na data em que forem prestadas, (a) sejam falsas ou enganosas, ou ainda, (b) sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

VII. aplicação dos recursos oriundos da emissão em destinação diversa da definida na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;

VIII. não observância pela Companhia, trimestralmente, até a data de vencimento, da razão entre a dívida líquida pelo EBITDA (“Índice Financeiro”) máxima de 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), de acordo com os procedimentos descritos abaixo. O índice financeiro será calculado pela Companhia, validado pelos auditores independentes e verificado pelo agente fiduciário, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores com as informações financeiras auditadas da Companhia, a partir do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021:

“Dívida Líquida” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídos dos valores em caixa e em aplicações financeiras; e

“EBITDA” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

IX. a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Companhia no pagamento das Debêntures;

## 12.9 Outras informações relevantes

- X. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou ações do capital social da Companhia;
- XI. sem prévio consentimento dos debenturistas reunidos em assembleia específica, realização de qualquer operação isolada ou série de operações, oferta de aquisição e/ou celebração de acordos que implique(m) na alienação do controle da Companhia em relação ao controle atualmente detido pelos atuais acionistas controladores diretos da Companhia, na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, signatários do Acordo de Acionistas celebrado em 25 de agosto de 2020;
- XII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto (a) se previamente autorizado pelos debenturistas; ou (b) nos termos do artigo 231, parágrafos primeiro e segundo, da Lei das Sociedades por Ações, caso seja assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação societária em questão, o resgate das Debêntures de que forem titulares e, caso aplicável, a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio respondam solidariamente pelo resgate das Debêntures;
- XIII. venda, alienação, transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia que ultrapassem a valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, respectivamente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior;
- XIV. inobservância da Legislação Socioambiental em vigor (abaixo definida), em especial, mas não se limitando: (a) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (b) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo;
- XV. não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou administrativa definitiva, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer decisão para a qual não tenha sido obtido o efeito suspensivo para eventual pagamento, nos termos dos parágrafos 6º ao 10º do artigo 525, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas,

## 12.9 Outras informações relevantes

na data de apuração, não sanado no prazo de até 1 (um) dia corrido contado da ocorrência do referido descumprimento; e XVI. alteração ou modificação do objeto social da Companhia que possa causar um efeito adverso relevante.

### Juros:

Sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou sobre o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) correspondente a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”).

### Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- **à distribuição de dividendos:** dentre outras, incluem o seguinte: item (v) de Vencimento Antecipado Não Automático descrita acima.
- **à alienação de determinados ativos:** dentre outras, incluem o seguinte: item (xiii) de Vencimento Antecipado Não Automático descrita acima.
- **à contratação de novas dívidas:** dentre outras, incluem o seguinte: item (viii) de Vencimento Antecipado Não Automático descrita acima.
- **à emissão de novos valores mobiliários:** além disso, nos termos da cláusula 8.1.(xiii) da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, a Companhia declarou e garantiu que não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da oferta, com esforços restritos de distribuição, da Segunda Emissão de Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- **à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas:** dentre outras, incluem o seguinte: itens (xi) e (xii) de Vencimento Antecipado Não Automático descritas acima.

### Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### Aquisição Facultativa:

## 12.9 Outras informações relevantes

Conforme Avisos aos Debenturistas divulgados pela Companhia em 24 de novembro de 2023 e 20 de dezembro de 2023, a Companhia realizou duas rodadas de aquisições facultativas de Debêntures da Segunda Emissão de Debêntures, para manutenção em tesouraria, com o objetivo otimizar o passivo financeiro da Companhia, no contexto da gestão do seu endividamento, considerando as condições de mercado e de negociação de tais valores mobiliários.

As aquisições facultativas somaram 42.241 Debêntures da Segunda Emissão de Debêntures.

### 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única (Primeira Emissão de Debêntures)

#### **Características dos valores mobiliários de dívida**

##### **Vencimento Antecipado**

Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.2 a 4.14.8 da Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do valor nominal unitário (ou do saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável) de cada Debênture, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) decretação de falência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, formulado pela Companhia, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (ii) extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Companhia;

## 12.9 Outras informações relevantes

- (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, na data de seu vencimento, no prazo de até 1 (um) dia útil, contado do respectivo inadimplemento;
- (iv) inadimplemento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento, quando não houver prazo diverso expressamente definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;
- (v) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra quaisquer das controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou por quaisquer das controladas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da ocorrência do referido protesto, ou (b) se o protesto for cancelado ou sustado judicialmente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- (vi) não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no respectivo prazo de cura da obrigação financeira;
- (vii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado financeiro ou de capitais local ou internacional;
- (viii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão, no todo ou em parte, a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (ix) na hipótese de a Companhia ou qualquer de suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;

## 12.9 Outras informações relevantes

- (x) se a Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures for declarada inválida, nula ou inexequível, por qualquer lei, decisão judicial ou sentença arbitral;
- (xi) violação pela Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a UK Bribery Act of 2010 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977;
- (xii) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou administrativa definitiva, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer decisão para a qual não tenha sido obtido o efeito suspensivo para eventual pagamento, nos termos dos parágrafos 6º ao 10º do artigo 525, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, na data de apuração, não sanado no prazo de até 1 (um) dia corrido contado da ocorrência do referido descumprimento;
- (xiii) redução de capital social da Companhia sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, convocada especialmente para este fim, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na data de emissão;
- (xiv) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM ou qualquer transformação da Companhia em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

## 12.9 Outras informações relevantes

(xvi) caso as declarações feitas pela Companhia na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, na data em que forem prestadas, (a) sejam falsas ou enganosas, ou ainda, (b) sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(xvii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;

(xviii) não observância pela Companhia, trimestralmente, até a data de vencimento, da razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA (“Índice Financeiro”) máxima de 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), de acordo com os procedimentos descritos abaixo. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia, validado pelos auditores independentes e verificado pelo agente fiduciário, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores com as informações financeiras auditadas da Companhia, a partir do trimestre encerrado em 31 de março de 2021:

“Dívida Líquida” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídos dos valores em caixa e em aplicações financeiras;

“EBITDA” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

(xix) a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Companhia no pagamento das Debêntures;

(xx) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou ações do capital social da Companhia;

(xi) sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica, realização de qualquer operação isolada ou série de operações, oferta de aquisição e/ou celebração de acordos que implique(m) na alienação do controle da Companhia em relação ao controle atualmente detido pelos atuais acionistas

## 12.9 Outras informações relevantes

controladores da Companhia, na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, signatários do Acordo de Acionistas celebrado em 25 de agosto de 2020;

(xxii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto (a) se previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) nos termos do artigo 231, parágrafos primeiro e segundo, da Lei das Sociedades por Ações, caso seja assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação societária em questão, o resgate das Debêntures de que forem titulares e, caso aplicável, a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio respondam solidariamente pelo resgate das Debêntures;

(xxiii) venda, alienação, transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia que ultrapassem a valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, respectivamente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior;

(xxiv) inobservância da Legislação Socioambiental em vigor (abaixo definida), em especial, mas não se limitando, (a) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (b) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo; e

(xxv) alteração ou modificação do objeto social da Companhia que possa causar um efeito adverso relevante.

### Juros:

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida de sobretaxa de 2,9000% (dois inteiros e nove mil décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis

### Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

## 12.9 Outras informações relevantes

- **à distribuição de dividendos:** vide a hipótese (xiv) de vencimento antecipado descrita acima.
- **à alienação de determinados ativos:** vide a hipótese (xxiii) de vencimento antecipado descrita acima.
- **à contratação de novas dívidas:** vide a hipótese (xviii) de vencimento antecipado descrita acima.
- **à emissão de novos valores mobiliários:** vide a hipótese (xviii) de vencimento antecipado descrita acima. Além disso, nos termos da cláusula 8.1.(j) da Escritura de Emissão, a Companhia declarou e garantiu que não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da oferta, com esforços restritos de distribuição, da Primeira Emissão de Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- **à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas:** vide as hipóteses (xxi) e (xxii) de vencimento antecipado descritas acima.

### **Agente Fiduciário:**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### **Aquisição Facultativa:**

Conforme Aviso aos Debenturistas divulgado pela Companhia em 28 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a aquisição facultativa de Debêntures da Primeira Emissão de Debêntures, para manutenção em tesouraria, com o objetivo otimizar o passivo financeiro da Companhia, no contexto da gestão do seu endividamento, considerando as condições de mercado e de negociação de tais valores mobiliários.

A aquisição facultativa teve por objeto 2.029 Debêntures da Primeira Emissão de Debêntures.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Alexandre Sarnes Negrão	Diretor Presidente	Registrado	
José Antônio de Sousa Azevedo	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1. Declarações do Diretor Presidente

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Alexandre Sarnes Negrão**, brasileiro, divorciado, empresário, portador de cédula de identidade RG n.º 35.461.487-3, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 323.567.238-9, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Horácio Lafer, 593, Itaim Bibi, CEP 04.538-082, na qualidade de Diretor Presidente da **Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.** ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.



*Alexandre Sarnes Negrão*  
Diretor Presidente

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1. Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

#### DECLARAÇÃO

Eu, **José Antônio de Sousa Azevedo**, português, casado, administrador de empresas, portador do RNM n.º V694290-8, inscrito no CPF sob o n.º 234.100.998-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, 343, AP.2905, Cidade Monções, CEP: 04571-090, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20;
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.



---

José Antônio de Sousa Azevedo  
Diretor de Relações com Investidores